

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO HUMANO

Rosalba Ramos Reis

**A percepção de professores acerca da polarização ideológica
brasileira**

Taubaté – SP

2021

Rosalba Ramos Reis

**A percepção de professores acerca da polarização ideológica
brasileira**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca de Defesa para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté

Área de Concentração: Formação, Políticas e Práticas Sociais

Linha Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Profa. Dra. Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Taubaté – SP

2021

ROSALBA RAMOS REIS

A Percepção de Professores Acerca da Polarização Ideológica Brasileira

Dissertação de Mestrado apresentada à banca de Defesa para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté

Área de Concentração: Formação, Políticas e Práticas Sociais
Área de Concentração: Ciências Humanas.
Linha Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.
Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) Dr. (a) Elisa Maria Andrade Brisola Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. (a) Dr. (a) Celso Augusto dos Santos Gomes Centro Universitário UNIS

Assinatura _____

Prof. (a) Dr. (a) André Luiz da Silva Universidade de Taubaté

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo minha orientadora, a professora Dra. Elisa Maria Andrade Brisola por ter compartilhado comigo seus saberes e conhecimentos nessa caminhada, por ter me auxiliado, orientado, apoiado e corrigido minha dissertação, para que eu conseguisse concluí-la.

Agradeço também, à professora Dra. Ângela Michele Suave, que me ajudou a definir as diretrizes desse trabalho, acompanhou sua construção e contribuiu com indicações para leituras e aos membros da Banca Examinadora.

À minha família, deixo um agradecimento especial, por entenderem os momentos de ausência, que foram necessários para escrita, leitura e construção da pesquisa, bem como minha mãe, por sempre me mostrar a importância dos estudos e conhecimento e minha avó, por facilitar minha rotina, nos momentos mais difíceis.

“O discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optarmos, na verdade, por um mundo de gente. O discurso da globalização astutamente oculta ou nela busca penumbrar a reedição intensificada ao máximo, mesmo que modificada, de medonha malvadez com que o capitalismo aparece na História. O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca.”

(PAULO FREIRE, 1996, p. 80)

RESUMO

A polarização política e ideológica no Brasil iniciada em meados de junho de 2013 que culminou no pleito eleitoral de 2018, alcançou os professores enquanto categoria profissional e formadores de opinião por meio de suas práticas. Dessa forma, a compreensão da percepção de professores e suas opiniões acerca da polarização ideológica brasileira, bem como, quais elementos históricos, sociais e políticos, são entendidos como determinantes para sua construção, é o objetivo central deste estudo. Busca-se ainda conhecer o ingresso na profissão docente e na rede pública municipal de Ensino de Taubaté e identificar seus valores e consciência sobre sua formação e participação política. A pesquisa de abordagem qualitativa, utilizou a Metodologia da História Oral. O instrumento da pesquisa foi a entrevista guiada por roteiro. Foram entrevistados sete professores selecionados por serem efetivos no cargo de professores e ingressado na rede municipal por meio de concurso público. O critério de escolha também considerou a equivalência entre gêneros de acordo com a atuação nos segmentos da Educação Básica. A análise dos dados se deu por meio da técnica da triangulação e se encontrou narrativas contraditórias por parte dos participantes da pesquisa. O ingresso na carreira por meio do magistério foi majoritariamente declarado pelas mulheres entrevistadas, diferentemente dos professores do sexo masculino, caracterizando a divisão sexual do trabalho. Quanto às escolhas políticas eleitorais estas foram baseadas em crenças e militância religiosa, sobretudo pelo segmento evangélico, o que não se constatou nos entrevistados que afirmaram ter outra ou nenhuma religião. Os entrevistados declaram a importância da atuação dos sindicatos para o fortalecimento da categoria de professores, porém poucos participam deles. O movimento Escola sem Partido também recebeu interpretações contraditórias dos participantes. Assim, conclui-se que a polarização política atinge os professores de modo geral e o discurso conservador ganha espaço na categoria, alienando, ocultando as condições objetivas e subjetivas para a compreensão da ideia de polarização ideológica, fruto de processos mais amplos e complexos da sociedade capitalista contemporânea.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Polarização ideológica. Professores. Participação política.

ABSTRACT

The political and ideological polarization in Brazil that started in mid-June 2013, culminating in the 2018 election, reached teachers as a professional category and opinion formers through their practices. Thus, the understanding of the perception of teachers and their opinions about the Brazilian ideological polarization, as well as, which historical, social and political elements are understood as determinants for its construction, is the central objective of this study. It also seeks to learn about entering the teaching profession and the municipal public school system in Taubaté and to identify their values and awareness of their education and political participation. The research with a qualitative approach, used the Oral History Methodology. The research instrument was a script-guided interview. Seven selected teachers were interviewed because they were effective in the position of teachers and entered the municipal system through a public exam. The choice criterion also considered the equivalence between genders according to the performance in the Basic Education segments. Data analysis was performed using the triangulation technique and contradictory narratives were found on the part of the research participants. The entry into the career through the teaching profession was mostly declared by the women interviewed, unlike male teachers, characterizing the sexual division of work. As for the electoral political choices, these were based on religious beliefs and militancy, especially by the evangelical segment, which was not observed in the interviewees who claimed to have another or no religion. Respondents declare the importance of the work of unions to strengthen the category of teachers, but few participate in them. The School without Party movement also received contradictory interpretations from the participants. Thus, it is concluded that political polarization affects teachers in general and the conservative discourse gains space in the category, alienating, hiding the objective and subjective conditions for understanding the idea of ideological polarization, the result of broader and more complex processes in society contemporary capitalist.

Keywords: Human Development. Ideological polarization. Teachers. Political participation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

51

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEP - UNITAU – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

CLT – Consolidação das leis do Trabalho

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COVID19 – Corona Vírus Disease 2019

CUT – Central Única dos Trabalhadores

G20 – Grupo dos 20 (países com maiores economias mundiais)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

EI -M – Educação Infantil (mulher)

EM-H – Ensino Médio (homem)

EM-M – Ensino Médio (mulher)

FUNDI – H – Fundamental I (homem)

FUNDI – M – Fundamental I (mulher)

FUNDII – H – Fundamental I (homem)

FUNDI – M – Fundamental I (mulher)

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LG – Life`s Good

LGBTQIA+ - Lésbicas Gays Bissexuais Transexuais Queer Intersexo Assexual e + (para outras variações de sexualidade e gênero)

MBL – Movimento Brasil Livre

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PE – Polícia do Exército

PEA - População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Programa nacional por Amostra de Domicílios

PO – População Ocupada

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PSC – Partido Social Cristão

PT – Partido dos Trabalhadores

TCLE – Termos de Consentimento Livre Esclarecido

UEE – União Estadual dos Estudantes

UIP – União Interparlamentar

UNE – União Nacional dos estudantes

UNITAU – Universidade de Taubaté

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema	16
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 Delimitação do Estudo	17
1.4 Relevância do Estudo / Justificativa	19
1.5 Organização do Trabalho	20
2 REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 Formação do profissional professor	22
2.2 Construção dos valores	26
2.3 Ideologia	29
2.4 Ideias em polos antagônicos	30
3 METODOLOGIA	41
3.1 Tipo de Pesquisa	41
3.2 Participantes	42
3.3 Instrumentos de pesquisa	43
3.4 Procedimentos para Coleta de Dados	43
3.5 Procedimentos para Análise de Dados	44
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
4.1 Quadro do perfil dos entrevistados	46
4.2 Ingresso na profissão docente e na rede municipal de Taubaté	48

4.3 Polarização ideológica brasileira: a percepção dos professores	59
4.4 Participação e formação política de professores	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE I – Roteiro para Entrevista	122
ANEXO A – Ofício à Instituição	123
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	124
ANEXO C – Parecer Consubstanciado	126

Escrevo porque creio, a despeito de quaisquer argumentos em contrário, que a linguagem e o pensamento também sustentam o mundo e que, portanto, pela transformação da linguagem e do pensamento, algo está sendo feito para que o mundo se transforme. Se assim não cresce, deixaria de ensinar e escrever.

(RUBEM ALVES, 1979, p.25)

1 – INTRODUÇÃO

Como professora de educação física da rede municipal de Ensino de Taubaté/SP tomada por inquietações a respeito da compreensão da formação e participação política de professores de carreira, concursados e efetivos no município, e de como seus valores pessoais são condicionantes de sua participação política e social foram balizadores na opção por realizar esse trabalho.

O momento político, social e econômico vivido atualmente no Brasil, as discussões da sociedade contemporânea acerca de professores, de sua capacidade de atuação profissional, acusações de se comportarem como doutrinadores ideológicos em ambiente escolar e o ambiente político polarizado no cenário brasileiro, para além das percepções pessoais, desencadearam o desenvolvimento dessa pesquisa, por entendermos a necessidade e urgência da compreensão do posicionamento e participação de professores nos processos de resistência e não alienação em suas atividades laborativas e leitura de mundo, uma vez, que atendem um número expressivo de alunos matriculados nas redes públicas do país.

Os professores de Educação Básica de escolas públicas no Brasil atendem a um número muito grande de alunos, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) dispõe que é responsabilidade do Estado e da família prover a educação.

No município de Taubaté essa realidade não é diferente dos demais municípios brasileiros, pois à medida em que a Educação Básica se tornou obrigatória estabelecendo o ensino dos 4 aos 17 anos de idade, da criança e adolescente, com a alteração da LDB, por meio da Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013, os municípios e estados tiveram até 2016 que se adaptar para o atendimento dessa diretriz.

A rede do município de Taubaté atende 42.254 alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE TAUBATÉ, 2019), destes, aproximadamente 36.000 alunos estão na faixa etária obrigatória da Educação Básica, com um total de 1527 professores concursados em cargo efetivo, mais de 500

professores contratados em regime trabalhista regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), atendendo à comunidade da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Cabe destacar que os professores que trabalham sob o regime da CLT passam por um processo a mais de desvalorização e instabilidade profissional, quando comparados com o regime estatutário, pois a cada dois anos de trabalho no município, o mesmo deve ser desligado do quadro de funcionários e permanecer um ano afastado para não caracterizar vínculo empregatício, o que pode ser caracterizado por trabalho intermitente¹.

Em relação ao número de alunos atendidos pela rede municipal de educação este tende a aumentar, pois nos últimos três anos observou-se a migração de alunos advindos da rede particular para a pública, segundo dados da Secretaria de Educação (2020). Tal fato pode estar relacionado, ao número crescente de desemprego e desvalorização da moeda nacional, em um contexto de crise, incluindo a crise sanitária devido ao estado de pandemia mundial do Covid19, que no Brasil agravou ainda mais a questão social².

Ao se pensar no aumento da rede municipal, surgem questionamentos sobre a distância e extensão que os professores podem alcançar, dependendo da disciplina que lecionam e o número de aulas que têm por semana, por exemplo, se um professor tem 40 aulas semanais e sua disciplina tem carga horária, no currículo escolar, de 2 aulas por semana, este professor atende uma média de 600 alunos de segunda à sexta-feira. Dessa forma, saber e compreender se esse profissional tem a dimensão da importância de seu papel, enquanto profissional que auxilia a formação dos alunos será relevante para este estudo, afinal, semana após semana, esse professor poderá, de maneira direta ou indireta, influenciar, servir de exemplo, discutir e difundir ideias enquanto ser político e social; e ser considerado, de alguma maneira, formador e multiplicador de opiniões.

¹ Instituto introduzido na Reforma trabalhista de 2017. O artigo 443, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, incluído pela Lei nº 13.467/2017, aponta: “[...] § 3º. Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria”.

² A questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta. A perspectiva de análise da questão social aqui assumida recusa quaisquer reducionismos econômicos, políticos ou ideológicos. Ao contrário, o esforço orienta-se no sentido de captar as dimensões econômicas, políticas e ideológicas dos fenômenos que expressam a questão social, resguardando a fidelidade à história (IAMAMOTO, 2000, p.114).

Em nosso entendimento, as opiniões têm valoração a partir de determinada visão de homem, mundo e sociedade. Dentro desta perspectiva, a formação, bem como as experiências culturais, sociais, cognitivas e emocionais do indivíduo ajudam a formá-lo e esses valores podem ser considerados alicerces para suas práticas sociais. Assim, pode-se afirmar que não existe neutralidade no processo de formação.

Em ano de eleição presidencial é comum observarmos a sociedade, em linhas gerais, discutindo sobre os presidenciáveis e suas ideias, comentários ou propostas, mesmo que de maneira superficial em conversas informais. Em relação às eleições presidenciais de 2018 observamos uma acirrada polarização que foi se construindo desde 2013 com manifestações e já nas eleições de 2014, também ano eleitoral à presidência da república.

Em 2016, no bojo desse processo, houve o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) delineando no cenário nacional uma situação de polaridade e divergências ideológicas que foram se acentuando, resultando em dois lados distintos, definidos para a eleição presidencial de 2018: de um lado havia o candidato considerado de extrema direita, Jair Messias Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL) e do outro, o candidato considerado de esquerda, Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT), polarização, que foi se construindo com o auxílio das mídias e redes sociais, corroborando com o aumento dos discursos inflamados, de repúdio e ódio.

Neste contexto, os professores também discutiam os presidenciáveis, pois o momento eleitoral também estava presente nas escolas, fato que foi nos incomodando, pois os discursos polarizados e superficiais, muitas vezes, pautados em vídeos e postagens na internet, que na maioria dos casos, não vinham de fontes fidedignas, as chamadas “*Fake News*” tomavam conta das discussões sobre o tema.

As informações compartilhadas acabavam “viralizando” e invadindo os celulares e computadores por meio das redes sociais, de maneira intensa e velocidade descontrolada, típicas da internet.

As discussões se dividiam entre os apoiadores do PT e aqueles que apoiavam o candidato do PSL, descartando outras reflexões plausíveis, acerca de referenciais ideológicos, propostas de governos e condições para praticá-las, desprezando observações importantes, referente aos impactos do poder Legislativo, como implementações e aprovações de leis e projetos, que poderiam balizar as decisões

políticas, do poder Executivo, excluindo dessa maneira, outras possibilidades de votos, entre os 13 candidatos que concorriam ao pleito.

No contexto das eleições, mesmo antes delas, logo após o *impeachment* em 2016, inicia-se um ataque exaustivo aos professores sob a acusação de doutrinadores.

Desde então, os discursos sobre a ideia do professor como doutrinador ideológico em sala de aula é assunto recorrente, fortalecido pelo debate promovido pelo movimento “Escola sem Partido” que surgiu em 2004 com a intenção de apresentar uma lei contra o abuso da liberdade do professor em apresentar a sua visão de mundo.

O movimento “Escola sem Partido” conta com a participação de pais de estudantes que defendiam uma educação apartidária, sem doutrinação e livre de ideologias. Sob a influência do movimento, muitos municípios apresentaram projetos de lei visando a coibir a “doutrinação ideológica” dos professores.

No âmbito federal, o projeto de lei foi julgado ilegal em discordância com a Constituição Federal de 1988. No ano de 2018 o projeto foi reapresentado na Câmara de Deputados com adendos referentes à orientação sexual, ideologia de gênero, e preferências políticas e partidárias, que não poderiam fazer parte, não apenas do material didático e paradidático como era no texto original, mas, também, dos conteúdos curriculares, políticas e planos educacionais e projetos político pedagógicos das escolas.

Diante desse contexto que envolve a escola e o professor, entendemos ser necessário um estudo sobre as percepções de professores da rede pública municipal de Taubaté acerca desses processos, ou seja, buscar compreender como eles vêm essas questões, como percebem o papel do professor e os valores que defendem.

Acreditamos que ao buscar compreender o processo social, econômico e formação política dos professores, a fim de, estabelecer relação com o contexto central do estudo, será possível traçar um panorama de pesquisa relevante sobre a composição e importância social deste grupo para o município de Taubaté.

1.1 Problema

O contexto político de polarização ideológica na sociedade brasileira afetou também os professores e professoras em seu conjunto, pois o debate adentrou o ambiente escolar na medida em que este não é um espaço neutro. Os professores, por

sua vez, passaram a ser alvos de críticas negativas sobre seus posicionamentos ideopolíticos, e arrefeceu o movimento “Escola sem Partido” como expressão desse processo.

Dessa maneira, pergunta-se: qual a percepção de professores da rede municipal de ensino de Taubaté acerca da polarização ideológica em suas dimensões sociais e políticas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender as percepções dos professores acerca da polarização ideológica brasileira na contemporaneidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer o ingresso na profissão docente e na Rede de Ensino do município de Taubaté;
- Compreender a participação política de professores da rede pública municipal de Taubaté;
- Analisar a influência da polarização política na prática profissional dos professores.

1.3 Delimitação do Estudo

A pesquisa foi realizada no município de Taubaté localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba entre o eixo Rio de Janeiro e São Paulo, estando a 130 km da capital paulista. O nome da região, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deve-se ao fato de fazer parte da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e deve ser utilizado apenas para se referir a uma região com determinada característica geográfica. Economicamente a região é considerada um importante polo industrial do Estado de São Paulo e se destaca por concentrar uma parcela considerável do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

O município de Taubaté já foi destaque durante o ciclo do café, pois em 1900, atingindo o ápice da produção e foi considerado o maior produtor do estado de São Paulo, com produção de 600.000 arrobas, a sua participação na produção regional, que era de 12,8% em 1854, passou para 36,8% ao final do período, sediando a 26 de fevereiro de 1906, o Convênio de Taubaté, para tratar de interesses da produção e comércio daquele produto. (ABREU, 1985)

A população, segundo a estimativa do IBGE de julho de 2018 era de 311 854 habitantes. A cidade possui aproximadamente 6000 funcionários municipais e cerca de 1/3, ou seja, aproximadamente 2000, são professores que atuam desde a Educação Infantil até o terceiro ano do Ensino Médio no ensino público municipal.

A Secretaria de Educação do município é autônoma, não estando vinculada à Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo, como acontece com as demais cidades da região vale paraibana paulista. Os cargos técnicos administrativos, como: coordenação, supervisão, gestor escolar e professor coordenador pedagógico, são considerados cargos de confiança e, na maioria das vezes, são ocupados por professores em caráter de regime efetivo. Tal fato pode ser positivo, quando analisamos a continuidade e estabilidade dos profissionais envolvidos na gestão da Educação do município de maneira geral, mas por outro lado, pode ser considerado um dos motivos pelo qual, haja pouca autonomia em muitas das Unidades Escolares.

Atualmente, alguns professores são indicados e outros participam de um processo seletivo interno na rede municipal, para ocuparem cargos de gestores nas Unidades Escolares, assim, a avaliação de competência e aptidão para a função é determinada pela própria equipe gestora da Secretaria de Educação que seleciona os diretores, vice-diretores e professores coordenadores pedagógicos.

Os profissionais que avaliam e escolhem a equipe gestora escolar são os próprios, coordenadores e supervisores que também foram indicados ou escolhidos para tais funções, o que no final, acaba por ser uma indicação, de acordo com a preferência da equipe, seus apontamentos e ideologias. Dessa forma, o vínculo entre a Secretaria de Educação e os gestores das escolas se ajusta ocasionando uma dependência, que acaba por atrelar as ações dos gestores de forma semelhante, estando sujeitos às decisões da Secretaria de Educação sem reflexões ou críticas, podendo ser um dos motivos, da falta de autonomia de muitas Unidades Escolares, ocasionando um olhar comum e pouco particular, observado na atuação de muitos dos gestores das escolas, desconsiderando

muitas vezes, a comunidade onde a escola está situada, suas culturas, necessidades, desafios e geografia dentro da cidade.

Em nosso entendimento, tal fato pode interferir e afetar a produtividade e prática do profissional professor, pois suas ações acabam se limitando, muitas vezes, a um engessamento em moldes estabelecidos pelas deliberações de seus superiores diretos e da própria secretaria, com posicionamentos centralizadores e pouco democráticos, o que também poderia vir a influenciar, modificar, delimitar e direcionar a consciência e atuação dos professores, referente à discussão social e política que têm de si mesmo.

Ao propor e pensar o tema central desta pesquisa, acreditamos que quanto mais os estudos puderem apontar e demonstrar a consciência, que o professor tem de seu trabalho e de seu papel, enquanto profissional e ser social; e a relação destes, com o panorama nacional, estabelecendo os aspectos que são determinantes para seu posicionamento político e categoria de classe, maior poderá ser a sua contribuição para formação social e política da comunidade onde atuam, podendo, auxiliar a sociedade do município na transformação da realidade, de sua condição de vida e constituição de seus direitos de forma efetiva.

1.4 Relevância do Estudo / Justificativa

Na busca do aperfeiçoamento, no que diz respeito aos estudos sobre a interdisciplinaridade conforme as diretrizes do Mestrado em Desenvolvimento Humano, buscamos articular as disciplinas de Sociologia, Antropologia, Psicologia, História, Educação, Serviço Social e Ciências Políticas como e à linha de pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

As atuações profissionais de professores podem ser consideradas práticas sociais, principalmente para a comunidade do município de Taubaté, mas também, de como essa pesquisa pode apontar aspectos significativos ao cenário nacional e quais suas contribuições para o sentido de amplitude do Desenvolvimento Humano.

Nesse processo, começamos estabelecer o aspecto interdisciplinar que envolve essa relação de desenvolver-se, dentro de perspectivas pessoais e coletivas que constituem os indivíduos e suas relações com o trabalho e seu ambiente, trabalho esse, que citando (MARX, 2017) em texto escrito em 1837, diríamos ser um processo, entre o

homem e a natureza dada pela ação do ser humano, que impulsiona regula e controla sua própria natureza e tem a mesma, como uma de suas forças.

As relações que envolvem o trabalho estarão diretamente ligadas à compreensão que os professores têm de sua condição, enquanto categoria de professores, assim, seu desenvolvimento perpassa por esta condição, pois para Vygotsky (1984), as funções psicológicas emergem no plano das relações sociais, e o indivíduo se constrói a partir da relação indivíduo/sociedade que resulta da interação dialética do homem e seu meio sociocultural. Essa perspectiva, nos leva a afirmar que as relações se dão em meios sociais e por meio de suas interações, dessa forma, como boa parte do tempo desse profissional professor, ele passa executando sua função dentro do ambiente de trabalho, tornando-se imprescindível a sua reflexão sobre o quanto as relações: sociais, culturais e políticas, influenciam, interferem e delimitam suas ações e posicionamentos e como afetam sua prática enquanto sujeito formador no panorama político nacional.

Após a polarização política do Brasil, os professores estão no centro de discussões da sociedade e ações do atual governo, sobre o seu papel, capacidade, função e formação, mas muitas vezes, as condições de trabalho dos profissionais, seus baixos salários que norteiam sua condição de vida, por exemplo, são deixados de fora de discussões mais superficiais, dando a impressão que a Educação brasileira é única e exclusivamente responsabilidade dos professores, estando fadados aos apontamentos de fracassos da mesma. Dessa maneira, é preciso entender os certames aos quais esses profissionais se deparam em seu dia a dia para podermos compreender de maneira mais abrangente como se dá o desenvolvimento humano neste contexto.

Diante do exposto, em nosso entendimento, o tema tem relevância e deve ser motivo de estudo aprofundado, pois ao entendermos as concepções dos professores de acordo com sua formação e experiência podemos delinear, quais características profissionais e pessoais são importantes dentro do ponto de vista, de sujeito formador, que se desenvolve e auxilia o desenvolvimento de outros.

1.5 Organização do Projeto

Este trabalho está organizado em: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados e Discussões, Considerações Finais, Referências, Apêndices e Anexos.

A Introdução subdivide-se em seis subseções: Delineamento da pesquisa, Problema, Objetivos Geral, Objetivos Específicos, Delimitação do Estudo, Relevância do Estudo/Justificativa e Organização do Trabalho.

A Revisão de Literatura apresenta um panorama das pesquisas recentes sobre os conceitos de consciência e discussão de classe de Ricardo Antunes (2005), na perspectiva teórica de Karl Marx (2017) e Georg Lukács (2004). Buscou-se ainda apontamentos sobre desenvolvimento humano, valores e ideologia, dialogando com outros autores, além dos já citados que abordem estas temáticas. Dessa forma, buscamos uma abordagem mais completa dentro do ponto de vista teórico de acordo com as concepções políticas, culturais e sociais dos professores, visando a compreensão de quais valores são importantes, para o posicionamento destes profissionais perante, ao cenário político nacional estabelecido atualmente.

Na sequência apresentamos a metodologia da pesquisa e em seguida, apresentamos os resultados alcançados com a pesquisa e reflexões.

“O que nossa civilização precisa é superar a ditadura do modo-de-ser-trabalho-produção-dominação. Ela nos mantém reféns de uma lógica que hoje se mostra destrutiva da Terra e de seus recursos, das relações entre 25 os povos, das interações entre capital e trabalho, da espiritualidade e de nosso sentido de pertença a um destino comum. Libertados dos trabalhos estafantes e desumanizadores, agora feito pelas máquinas automáticas, recuperaríamos o trabalho no seu sentido antropológico originário, como plasmação da natureza e com atividade criativa, trabalho capaz de realizar o ser humano e de construir sentidos cada vez mais integradores com a dinâmica da natureza e do universo.”
 (LEONARDO BOFF, 1999, p. 25)

2. REVISÃO DE LITERATURA

Antes mesmo de iniciarmos as reflexões das categorias fundantes do presente trabalho, cumpre pontuar que ao discutirmos sobre a chamada “polarização ideológica” sua existência *strictu sensu* deveria ser suscitada pelas duas partes envolvidas- a direita e a esquerda. Entretanto, o que constamos na realidade brasileira em particular, é a polarização construída por meio do discurso da direita contra a esquerda, ou seja, há clara intenção da direita em disseminar discurso de desmoralização dos setores da esquerda por meio de notícias falsas, que vem ao encontro do “gosto” das classes médias e altas e grupos ligados a setores religiosos, também conservadores e antidemocráticos.

Nesse sentido, somente a partir dessa compreensão é que poderemos discutir a polarização ideológica na medida em que a compreendemos inscrita nesse contexto, o qual, por sua vez, se inscreve no escopo da crise do capital e nas lutas mais amplas por mudanças substantivas da e na ordem social vigente.

2.1. Formação do profissional professor

A formação de professores deveria englobar todos os fatores da formação do indivíduo, afinal o professor em sua essência, em sua prática laborativa é o sujeito formador e transformador social, reconhecido pela sociedade como agente importante na formação de outros. Para Martins (2009) a escola, historicamente tem sido escolhida pelo Estado e pela família como a instituição que melhor atende às expectativas de aprendizagem de valores, ao se considerar a educação para vida em sociedade, para o

exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, com a finalidade do desenvolvimento pleno do educando.

Desta forma, a escola, ou melhor, o ambiente escolar como local de desenvolvimento e de convívio com as diferenças, entre elas, as diferenças culturais, étnicas, gênero e valores capaz de gerar desequilíbrio e certos conflitos devido às subjetividades dos sujeitos possibilitando a constituição do ser coletivo e social, que pode, ou não, se tornar mais tolerante do ponto de vista dos valores humanos.

Tal abordagem faz emergir a necessidade de uma formação mais ampliada deste profissional que deveria contemplar não apenas aspectos voltados para sua práxis em sala de aula, como pedagogias e didáticas metodológicas, como acontece, devido a função formativa sistemática da escola, nesse sentido,

Embora seu objeto próprio estivesse todo ele embebido do caráter pedagógico-didático, este tendeu a ser interpretado como um conteúdo a ser transmitido aos alunos antes que como algo a ser assimilado teórica e praticamente para assegurar a eficácia qualitativa da ação docente. Conseqüentemente, o aspecto pedagógico-didático, em lugar de se constituir em um novo modelo a impregnar todo o processo da formação docente, foi incorporado sob a égide do modelo dos conteúdos culturais-cognitivos. (SAVIANI, 2009, p.14)

A formação política e de valores dos professores não desaparecem quando ele entra na sala de aula, pois não deixa de ser o Ser social que é, suas experiências caminham durante toda sua trajetória profissional, porque a Educação em seu amplo espectro e funções se estabelece como um produto social, influenciada, mas, que é, principalmente, capaz de transformar a sociedade e o meio em que se estabelece. Assim,

A educação é, desde a sua gênese, objetivos e funções, um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada sociedade. O ato de educar é um processo constante na história de todas as sociedades, não é o mesmo em todos os tempos e lugares, e é, em sua essência, um processo social. Além disso, educação e sociedade se correlacionam porque a primeira exerce forte influência nas transformações ocorridas no âmago da segunda. (DIAS; PINTO, 2019, p.01)

Mesmo estabelecida a importância e existência da interrelação de produto social-professor-educação, a formação de professores, ainda contempla prioritariamente o eixo de formação conteudista e didático-pedagógica, entretanto, é mister que esse profissional esteja minimamente preparado e capacitado, com consciência da

importância de sua formação política, para sua própria formação e também para ser capaz de auxiliar na formação de cidadãos capazes de romper com o ciclo exploratório do capitalismo de forma consciente, para ter condições de resistir e reivindicar enquanto Ser social, condições não apenas de trabalho e vida.

A consciência sobre a necessidade de formação política como eixo importante para a formação de professores também se estabelece pela consciência acerca da coletividade, de pertencimento a categoria de classe dos professores e a participação social relacionadas a profissão para além da sala de aula, nesse contexto,

Gramsci destaca três momentos da consciência política coletiva e ideológica das forças sociais: o primeiro é o econômico-corporativo cujas reações evidenciam ‘a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unicidade do grupo social mais amplo’; o segundo momento ‘é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. (...) Um terceiro momento é a fase mais estritamente política, ou fase da hegemonia propriamente dita, ‘na qual se atinge a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (SIMIONATTO, 2004, p. 45)

Entretanto, como a formação do professor se concentra hoje apenas em um campo de habilidades e competências considerando, sobretudo, as exigências contemporâneas voltadas para o mercado de trabalho, que está em sua essência cada vez mais alienante, torna-se importante esse profissional desenvolver uma consciência crítica que supere às expectativas do instituído socialmente sob pena de termos alunos formados com conhecimentos mínimos, à luz da lógica capitalista para se tornarem funcionais a esse sistema, ou seja, serem formados com acesso a conhecimentos mínimos, sem consciência crítica, exatamente com o intuito de alimentar este modelo econômico, alimentando os benefícios e a ideologia, que atende aos interesses da elite como classe dominante.

Nessa direção,

O capital é o sujeito, e, portanto, não há um projeto das elites, seja ele modernizante ou arcaizante, mas o movimento de um sujeito automático, do qual os homens são meramente suportes, por meio das relações sociais de produção. Ou se pode dizer que desde o início o projeto de nossas elites, incluindo as mudanças de projeto com a mudança das elites hegemônicas, foi impulsionado pelo movimento

do capital, movimento do qual as elites se alimentam e em função do qual atuam como classe. (TEIXEIRA, 2006, p.29)

Esse modelo de formação, no entanto, é capaz de homogeneizar os indivíduos destruindo possibilidades da formação para a liberdade, criatividade e pensamentos reflexivos, modelo pelo qual o professor também foi formado durante seu percurso de escolaridade. Dessa forma, romper com este paradigma estruturalmente instituído é um caminho longo e necessário a ser percorrido, pois,

Numa sociedade organizada, espera-se que a educação, como prática institucionalizada, contribua para a integração dos homens no tríplice universo das práticas que tecem sua existência histórica concreta: no universo do trabalho, âmbito da produção material e das relações econômicas; no universo da sociabilidade, âmbito das relações políticas; e no universo da cultura simbólica, âmbito da consciência pessoal, da subjetividade e das relações intencionais. (SEVERINO, 2002, p.11)

Para Macedo (2017), as demandas conservadoras defendidas pelo programa, denominado Escola Sem Partido, por exemplo, entram em cena, com a função de deslocar politicamente o sentido de controle que exclui as diferenças, tornando ainda mais explícita tal exclusão, assim, defende e argumenta sobre o compromisso em defesa da educação e de um currículo que sejam construídos com a participação dos professores e sejam capazes, de trazer à tona essas diferenças e, também, mesmo que poucas, as conquistas dos diferentes grupos sociais que lutam por representação na esfera pública.

Tal apontamento evidencia não apenas a necessidade de pluralizar e ampliar o discurso a fim de democratizar as ações escolares e sociais, mas, principalmente, o papel que cabe ao professor desempenhar e as condições de compreensão de seu desenvolvimento integral enquanto ser social e profissional, que auxilia na formação de opiniões e cidadãos. Neste sentido, compreender que a sua construção enquanto ser político, social e trabalhador, mesmo que intelectual, pode auxiliar na leitura de mundo que faz e interpreta sua profissão, pois,

[..] a profissão docente impregna-se de uma espécie de entre dois, que tem estigmatizado a história contemporânea dos professores: não devem saber de mais, nem de menos; não se devem misturar com o povo, nem com a burguesia; não devem ser pobres, nem ricos; não são (bem) funcionários públicos, nem profissionais liberais; etc. (NÓVOA, 1992, p.2).

A complexa trama a qual os professores se encontram e se constroem enquanto seres sociais está intimamente ligada às questões que circundam o desenvolvimento humano, tanto para a formação do seu ser individual e coletivo quanto de sujeito formador de outros. Assim, para Novaski (2004), a sala de aula não pode ser vista e considerada apenas como um espaço para aplicação, explanação e absorção dos conteúdos do programa escolar formal, mas, deve ter o propósito de auxiliar a construção do pleno desenvolvimento, o aprendendo a ser humano, na medida em que desenvolver-se é um processo multifacetado e multi-integrado, não contemplando apenas um ponto de vista ou viés, sem considerar as pluralidades que compõem os indivíduos e seus meios sociais.

Dentro da perspectiva do Ser social que forma e é formado pela sociedade onde é participante, os professores, por meio de seus posicionamentos e práticas, não apenas pedagógicas, mas, principalmente sociais, éticas e políticas, são capazes de influenciar e auxiliar na formação de seus educandos, mas não apenas deles e sim da comunidade escolar em geral.

A partir das perceptivas de formação elucidadas acima, passamos agora a refletir sobre valores, ideologias e a polarização ideológica presente na sociedade brasileira contemporânea.

2.2. A construção dos valores

Os valores são construções ontológicas inerentes ao Ser Social que construiu em sociedade por meio do trabalho³ e é portador de capacidade teleológica⁴ ou seja, o Ser

³ Tais afirmações estão fundamentadas na obra “Para uma ontologia do ser social” de György Lukács (2012) a qual é considerada uma das mais importantes obras do filósofo húngaro, concebida no curso dos anos 1960. O ser social na concepção de Luckács, construída partir dos escritos de Marx, faz parte da natureza, mas diferencia-se dela a partir do trabalho. O trabalho, portanto, nessa concepção, se compõem da capacidade teleológica – uma capacidade tipicamente humana de projetar idealmente a ação para então executá-la, e para tanto, construí os meios e instrumentos. Ao mesmo tempo o ser social estabelece vínculos com outros homens constituindo as relações sociais, produzindo, dessa maneira, materialidades e subjetividades e, nesse complexo de relações e manifestações, cria valores. (CARDOSO, 2013).

² Para Marx, explica-nos Cardoso (2013) o Ser Social é dotado de capacidade teleológica entendida como “momento em que o homem projeta sua ação antes de realizá-la, para então saber o que quer fazer e como fazer. Para isso leva em consideração aquilo que julga como melhor para cada situação e contexto, escolhendo e elegendo alternativas de ação a partir dos valores que atribui diante da forma de obtê-lo e utilizá-lo”.

Social é construção social. Nessa concepção, os valores vêm se modificando e transformando entre os tempos, pois, conforme Heller (1987) há certa decadência na estrutura dos princípios do poder, como por exemplo, do patriarcado e de controles religiosos e setores mais tradicionais, resultando em mudanças nas questões de gênero, autonomia de outros componentes da estrutura familiar, proporcionando a possibilidade de exercício da sexualidade desvinculada da responsabilidade de reprodução. Nessa perspectiva, as mulheres passam cada vez mais a ingressar no mercado de trabalho, havendo uma modificação contínua na formação de valores já estabelecidos.

Para Heller(1987) pode-se, a partir de uma visão simplista ou errônea entender e concluir que as “coisas na sociedade” estão desorganizadas ou fora de ordem, porém para a autora supracitada, vista em primeira instância, a realidade que se apresenta pode transparecer que as famílias se encontram desestruturadas, ameaçadas, ou, até mesmo, em vias de extinção, contudo, uma leitura rigorosa pode evidenciar sua plasticidade e sua capacidade de mudança e de adaptação às transformações econômicas, sociais e culturais em sua amplitude, bem como sua relevância, nos espaços de sociabilidade e socialização primárias, de solidariedade e de proteção social.

Ao considerarmos as mudanças da sociedade no que tange às mudanças de valores, não se pode ignorar as necessidades da sociedade contemporânea.

Neste sentido, para Luckács (2013) o desenvolvimento do Ser Social está cada vez mais relacionado ao avanço e desenvolvimento das relações de produção, distanciando-se das necessidades biológicas, passando a ser mediados pelas ideologias.

Os valores, por seu turno, são criações humanas construídos a partir das relações sociais e só ganham sentido por conta do processo de valoração que os indivíduos fazem tanto em relação à natureza, quanto a objetos e produtos de seu trabalho. Assim, podemos afirmar que os valores se referem às condutas humanas. (VÁZQUEZ, 2000).

Assim, podemos ainda afirmar que os valores se constituem em princípios e conceitos “que partem da ação humana ao mesmo tempo em que a orientam, passando pela análise subjetiva do homem⁵” (CARDOSO,2013, p. 32), razão pela qual é possível entender que os valores não são atitudes, mas as orientam, contudo, esse processo pressupõe que o homem tenha consciência deles.

⁵ Cabe destacar que ao usar o substantivo homem, estamos nos referindo ao gênero humano, sem considerar as distinções entre homens e mulheres, não havendo, contudo, a intenção de desqualificar o debate sobre as desigualdades de gênero.

Entretanto, cumpre destacar que os valores são criações coletivas – “são ontologicamente, uma relação entre a subjetividade (forçada a fazer escolhas no seu confronto ininterrupto e cotidiano com o novo socialmente produzido) e as determinações da situação concreta em que se encontra.” (LESSA, 2007, p. 102). O que se pode deduzir é que os homens em sua vida cotidiana são constantemente confrontados e “obrigados” a escolher os valores que orientam suas ações e que tal processo é atravessado por inúmeras contradições sejam sociais, econômicas, políticas, religiosas entre outras. “Os valores como criação coletiva que diz respeito às relações sociais e, portanto, ao modo de produção (objetividade) e que, dialeticamente, eles passam pela individualidade e subjetividade do ser social.” (CARDOSO, 2013, p. 34).

No escopo dessa discussão, podemos entender que na sociedade atual, com as complexas mudanças operadas tanto do ponto de vista econômico, como social e político, os indivíduos são impactados por tais processos e precisam fazer escolhas acerca dos valores que orientarão suas práticas.

Nesse sentido, uma das mudanças que incidem sobre a vida cotidiana dos sujeitos é a crise do capital com o conjunto de valores e práticas que se desdobraram desse processo. Assim, conforme Netto e Braz (2006) a partir da década de 1970, o capitalismo mundial sofre modificações o agravamento da desigualdade social, degradação da natureza e conseqüentemente da vida humana, aumentando a exploração e precarização do trabalho, o desemprego de maneira estrutural, em conseqüência eliminando os direitos dos trabalhadores conquistados por meio das lutas. Tais condições impactam na vida dos indivíduos que estabelecem maneiras para responder às instabilidades e incertezas em seu dia a dia.

No contexto contemporâneo, além da financeirização da economia, mudanças no mundo do trabalho e implementação da agenda neoliberal como estratégias do capital para a retomada das taxas de acumulação, o discurso e as práticas pós-modernas se espalham. Nessa direção, Chauí (2006) aponta que na sociedade dita pós-moderna não há sentido de continuidade no presente, o homem pós-moderno é inconstante e fugaz, se finda no presente.

Para Bauman (2001) o indivíduo pós-moderno é incapaz de parar, está sempre em movimento, ocasionando descompromisso e fuga, inclusive de seu papel enquanto cidadão, procurando defender seus interesses individuais em detrimento do coletivo.

A falta de aprofundamento em raízes e a instabilidade gerada pela crise do capital, gera insegurança aos indivíduos, que tendem a recorrer aos apelos espirituais, buscando sua salvação, redenção e soluções mágicas para seus anseios em divindades religiosas, ou mitos que supostamente estão acima de suas capacidades humanas. Neste sentido,

A insegurança e o medo levam ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família e o clã como refúgios contra um mundo hostil, ao retorno de formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião e à adesão à imagem da autoridade política forte ou despótica. Dessa maneira, bloqueia-se o campo da ação intersubjetiva e sociopolítica, oculta-se a luta de classes e fecha-se o espaço público, que se encolhe diante da ampliação do espaço privado. (CHAUI, 2006, p. 325)

A necessidade emergencial da sociedade global e sem aprofundamento em pensamentos racionais, propicia a diminuição da capacidade reflexiva dos indivíduos pós-modernos. Dessa maneira, as igrejas neopentecostais por exemplo, se apropriam da grande massa e impõem seus dogmas trazendo à tona o fundamentalismo religioso. Os fundamentalistas, com objetivo de resgatar a interpretação da Bíblia e defender certas doutrinas, retomam fundamentos da religião de forma extrema. Nessa perspectiva afloram extremismos religiosos e políticos em diferentes partes do mundo.

A construção política, social e cultural dos indivíduos elucidada e auxilia a constituição de seus valores e ideologias, afinal não há imparcialidade na formação do ser social, pois conforme explica-nos Berger (1973) o mecanismo simbólico pelo qual os indivíduos aprendem o mundo, interpretam sua existência e ordenam suas experiências, lhes fornecem valores, lógica e acervo de informação ou até mesmo desinformação, constituindo o conhecimento.

Ao ampliarmos a discussão acerca dos valores que compõem a formação dos professores entraremos em contato com as constituições ideológicas de sua formação, a discussão que acontece no campo das ideias e que também traz consigo uma construção de acordo com as experiências sociais a partir da cultura, escolarização, ambiente geográfico, condição econômica, dos indivíduos. Dessa forma, se faz necessária a compreensão das ideologias que os professores trazem consigo ao ambiente escolar.

2.3 Ideologia

O termo ideologia foi criado, segundo Carvalho (2018), por Antoine-Louis-Claude Destutt (1754-1836), conhecido popularmente como Destutt de Tracy, que utilizou o termo pela primeira vez para denominar a ciência no campo das ideias. Ainda segundo o autor foi no período em que permaneceu preso que Tracy começou a elaborar um projeto de uma ciência que fosse capaz de analisar sistematicamente as ideias e sensações, mapeando de forma racional a origem de todas as ideias, bem como, seu desenvolvimento, combinações e consequências, uma vez que todas as ciências partiam sempre de ideias já preconcebidas.

Para Carvalho (2018) Destutt de Tracy, no início conseguiu ter um ótimo *status* junto a Napoleão Bonaparte, porém, o grupo de Tracy se identificava cada vez mais com os movimentos: republicanos, liberais e anticleros e passaram a ser acusados de fomentar agitações políticas, razão pela qual foram denominados de sonhadores, sectários, subversivos e metafísicos por Napoleão que criou o termo ideólogos, como se fossem deformadores da realidade, a fim de ridicularizar e diminuir o trabalho desenvolvido por Tracy e seus seguidores. Desta maneira, o termo ideologia adquiriu, graças ao imperador francês, um sentido negativo.

O termo ideologia possui diversas definições, porém de alguma forma, elas se complementam para auxiliar no conceito acerca da ciência que se denomina ideologia - a ciência que valida o campo das ideias e ao abordarmos as questões ideológicas que envolvem os professores se faz necessário buscar a origem e alguns conceitos que vão ao encontro desse estudo.

Ao partirmos do pressuposto que os indivíduos não são isentos em seus julgamentos, ações e pensamentos, podemos considerar que todos possuem ideologia, na medida em que a imprimem em gestos, falas e personalidade, tanto que para Gusmão (1983) a ideologia é considerada uma forma de pensamento, o sentimento e ações dos indivíduos que correspondem aos interesses de um grupo, com o objetivo de perpetuá-lo em uma dada condição: um conjunto de ideias e de reformas sociais defendidos pelos partidos políticos ou por grupos sociais, por exemplo. Assim, ideologia pode ser compreendida como um sistema de ideias destinado a explicar a realidade e modificá-la, aperfeiçoá-la ou destruí-la.

Do ponto de vista da sociologia ideologia é um “conceito de crenças, valores e atitudes culturais que servem de base e, por isso, justificam até certo ponto e tornam legítimos o status quo ou o movimento para mudá-lo”. (JOHNSON, 1997, p. 126).

Já na perspectiva marxista, Marx e Engels ao denunciarem os seus oponentes como ideólogos, construíram uma teoria da história, explicitando que a história é a história da luta de classes, diferenciando os modos de produção e a consciência neles produzida. Assim, do ponto de vista marxista, a ideologia reflete os interesses dos grupos dominantes como forma de perpetuar a sua dominação e privilégios.

Gramsci (1979) por sua vez coloca que a dominação ideológica busca a conquista da hegemonia entendida como a maneira como a classe dominante torna legítima sua posição e obtém a adesão da classe dominada.

Simionatto (2011, p. 47) explica que a concepção de Gramsci acerca da hegemonia remete “ao esclarecimento das relações entre infraestrutura e superestrutura, à forma como as classes sociais se relacionam e exercem as suas funções no interior do ‘bloco histórico’”. Desta forma, refletir sobre hegemonia significa falar em crise de hegemonia, quer dizer, “falar do enfraquecimento da direção política da classe no poder, ou pelo enfraquecimento do seu poder de direção política e perda de consenso”.

A reflexão ainda que breve acerca dos valores e do conceito de ideologia podem contribuir para a compreensão dos antagonismos na sociedade brasileira atual.

2.4. As ideias em polos antagônicos

A polarização ideológica consiste em duas ideias de polos bipartidos antagônicos que se repelem, o que fica bastante claro nos discursos inflamados das redes sociais contemporaneamente conforme já apontamos anteriormente. Porém, há defesas de que no que tange às polarizações políticas, existe uma díade de interdependência entre os extremos da direita e esquerda, como:

A contraposição entre direita e esquerda representa um típico modo de pensar por díades, a respeito do qual já foram apresentadas as mais diversas explicações – psicológicas, sociológicas, históricas e mesmo biológicas. Conhecem-se exemplos de díades em todos os campos do saber (BOBBIO, 1995, p.32).

Dessa forma, uma ideologia polarizada ao espectro da direita só existe porque a outra, no espectro da esquerda, a alimenta por meio de questionamentos, dúvidas, críticas, apontamentos, reafirmando sua existência e vice-versa.

Mas, partiremos do conceito de ideologia de Marx e Engels (1984) o qual fazendo uma crítica às teses de dos “jovens hegelianos” Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner definem que a ideologia é produzida por uma sociedade, mas não por ela toda, mas pela classe dominante desta sociedade, exposição que se evidencia quando o questionamento é algo que expressa a consciência de um ser que alienou-se de si, ou seja, do conceito de sua própria alienação. Ideologia, portanto, para Marx é uma forma de consciência que acaba por cegar outras, pois ela expressa inversão da realidade, tornando-se uma verdade a ser seguida e almejada, como exemplos: a família idealizada, a sociedade idealizada e por consequência, o capitalismo idealizado, pois a ideologia atende aos anseios capitalistas e formula ideais para serem atingidos, deixando uma sensação de frustração para quem não o alcança.

Trazendo tais discussões teóricas para a realidade brasileira torna-se necessário contextualizar a polarização ideológica contemporânea vivida no Brasil nos últimos anos, que tem início nos movimentos populares de rua em junho de 2013, movimento que foi iniciado em favor do passe livre, primeiramente em São Paulo para estudantes e suas atividades escolares, surgindo originariamente do protesto contra aumento de R\$0,20 na tarifa do ônibus. Logo as manifestações ganharam proporção nacional, com os movimentos denominados Movimento Brasil Livre (MBL) e “Vem pra Rua”, convocando a população em sua grande maioria jovens, pelas redes sociais, assim,

A mobilização para tais manifestações teve como elemento propulsor o anúncio de reajuste das passagens de transporte público feito pelas prefeituras e governos das principais cidades do país. O primeiro destes protestos foi organizado em São Paulo, focando os organizadores na pressão junto ao prefeito Fernando Haddad e ao governador Geraldo Alckmin para que voltassem atrás no aumento em 20 centavos na tarifa do ônibus, metrô e trens. Nesse mesmo dia, ocorreu uma manifestação no Rio de Janeiro, em frente à Assembleia Legislativa, para também impedir o reajuste da tarifa em 20 centavos. Diante da falta de resposta das prefeituras e dos governos estaduais, novas manifestações foram agendadas, atraindo público cada vez maior. O segundo protesto em São Paulo, realizado em frente ao Teatro Municipal, três dias depois, contou ao menos duas mil pessoas e terminou com depredações, pessoas detidas e feridas. Em poucos dias, os protestos foram ganhando cada vez mais adeptos e alcançaram outras capitais. Já no dia 16 de junho, cem mil pessoas participaram de uma manifestação no Rio de Janeiro. No dia 20, foi a vez de cem mil manifestantes ocuparem a Avenida Paulista. Em Brasília, cidade onde os transportes não foram reajustados, manifestantes ocuparam a Praça dos Três Poderes e a rampa do Congresso Nacional em uma das cenas mais marcantes da série de protestos em todo o período, houve

manifestações em 438 cidades do país, com uma participação estimada de dois milhões de pessoas e ampla cobertura jornalística. As convocações para os atos foram feitas através das redes sociais, e a grande mídia contribuiu para a adesão da população ao noticiar a agenda, os locais e a hora das manifestações. (BORGES, 2017, p. 359)

Com a disseminação dos movimentos apareceu em suas manifestações os conhecidos como os *Black Blocs*, um grupo de pessoas, que se apresenta em meio ao público durante as manifestações vestidos de preto fazendo uso de máscaras para não serem identificados, cujo a expressão,

Surgida nos anos 1980 na Alemanha no âmbito dos movimentos de contracultura e em defesa dos squats, a tática de protesto black bloc – expressão lançada pela polícia alemã – originalmente pode ou não usar a violência e tem alvos específicos, tais como agências bancárias. Da década de 1990 em diante, a tática se espalhou pelas cenas anarquistas, punk, antifascistas e ecológicas, ganhando força em mobilizações contra o neoliberalismo e o capitalismo, como na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1999, em Seattle, em 2001, em Roma, ou durante a reunião do G20 em Toronto, em 2010. [...] Antes e depois de uma manifestação, um Black Bloc não existe. Eles se apresentam vestidos e mascarados de preto. A primeira função de um Black Bloc é expressar uma presença anarquista e uma crítica radical no coração de uma manifestação. (BORGES, 2017, p. 360)

Nas manifestações brasileiras em junho de 2013, os *Black Blocs* começaram a fazer uso de táticas de depredações, principalmente em agências bancárias, por isso, foram chamados de “vândalos” pelas mídias jornalísticas e televisivas e estiveram presentes, com certa ênfase, em todas as reportagens. A resposta dos governos veio com a truculência policial, que respondeu com violência aos ataques e destruição dos patrimônios públicos e privados, o que de certa forma é prática comum ao tentar coibir manifestações populares, fazendo sempre o uso da força, não importando o tipo de manifestação, inclusive quando contra professores.

No que tange à polícia Comparato (2014) aponta que o problema é quando ela se aproxima muito do exército, porque a polícia foi criada para controlar manifestações nos centros da cidade no século XIX na Europa, porém no Brasil a Polícia Militar (PM) foi criada durante a ditadura militar (1964-1985), ou seja, há proximidade na maneira de atuar e pensar entre as duas forças. Dessa maneira, ainda segundo o autor, a PM não enxerga pessoas quando se vê em meio aos manifestantes, enxerga inimigos, não considera cidadãos lutando por seus direitos, mas criminosos em ação.

A ação da polícia de São Paulo, segundo Bosco (2017) foi a responsável por agigantar as manifestações que se espalharam por todo país, após ter acertado o olho de uma jornalista do jornal *Folha de São Paulo*, ganhando maior revolta da população e a cobertura da imprensa.

As ruas se tornaram palco de uma gigante manifestação, em que as pautas reivindicatórias eram tantas, que segundo Bosco (2017, p.62) era “contra tudo que está aí”. Ainda segundo o autor, boa parte da esquerda se retirou sentido a confusão, o que foi sentido também pelo governo petista, que se retirou completamente, deixando apenas os chamados *Black blocs*. Nesse sentido, grande imprensa os denominou responsáveis pelo movimento, esvaziando-o das grandes massas populares. Ainda segundo o autor, no refluxo restou a nova direita, que se organizou rapidamente pelas redes sociais, voltando às ruas para pedir a volta das forças armadas e o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff.

Após as manifestações de 2013, houve o pleito eleitoral de 2014, período em que se desenhou a polarização brasileira nas urnas com os dois candidatos do segundo turno quase que com a mesma intenção de votos, o partido dos trabalhadores levou às eleições, mas com a instabilidade econômica e política, deixou o governo após sofrer o *impeachment* que realmente veio acontecer em 2016.

Todo o percurso histórico apresentado chega às eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro, considerado um político com espectro ideológico de extrema direita. Para Almeida (2019) parcela significativa do público que defendia ideias mais conservadoras, que corroboravam com o discurso do atual presidente, eram também aquelas que compunham um determinado segmento religioso, os que se intitulam evangélicos, embora o próprio autor esclareça que, nem todos evangélicos concordavam com tal discurso e nem todas as pessoas com discursos conservadores são evangélicas, contudo, aponta para a importância de tal segmento nas eleições presidenciais de 2018.

A porção religiosa conservadora, em suma, prega o fundamentalismo religioso como projeto de vida e exemplo a ser seguido, e são capazes de sérios embates em nome da crença e religião. Neste sentido,

Travam conflitos contra inimigos, cujas políticas e crenças são vistas como contrárias à religião. Interpretam esses conflitos como uma guerra espiritual entre as forças do bem, do qual são representantes, e do mal, identificado com o mundo secular e sua cultura alheia à religião. Diante das tendências seculares do mundo moderno, os fundamentalistas sentem um medo visceral: temem o aniquilamento da religião e de sua influência na sociedade. Por esse motivo,

procuram fortificar sua identidade ameaçada, por meio do resgate de doutrinas e práticas do passado. Normalmente, essas doutrinas e práticas são extraídas de um livro considerado sagrado, no qual se acredita encontrar, claramente, a verdade e a vontade de Deus, através de uma leitura literal. Devido à sua oposição para com a sociedade secular, os fundamentalistas fecham-se enquanto grupo, evitando contaminar-se com aquilo que consideram pecado e perversão do mundo moderno. Dessa forma, criam uma contracultura. Apesar de sua mentalidade conservadora e de seu apego ao passado, eles absorveram, em seus planos de ação, o racionalismo pragmático da modernidade e, com isso, elaboram sua ideologia e traçam métodos modernos para difundi-la, servindo-se dos avanços técnico-científicos, sobretudo os meios de comunicação social. Sob a liderança de líderes carismáticos, lutam por fazer valer os fundamentos da fé, tentando ressacralizar um mundo cada vez mais cético (OLIVEIRA, 2019, p.545)

A chamada “onda conservadora” advinda da extrema direita, ou uma “nova direita” segundo Iasi (2015) de novo nada tem, pois para o autor, a relação estabelecida pela luta de classes, da dinâmica luta por interesses contrários expressa o conservadorismo. Neste sentido,

Podemos enfatizar a “corrente conservadora” então como um instrumento utilizado para disseminar o ódio e o preconceito pelas classes subalternas, com plena finalidade de manutenção da ordem vigente e da propriedade. Afinal, o mesmo diverge de conceitos antinaturais, assim como da igualdade, da democracia, de direitos inalienáveis entre outros. (SILVA, FRANÇA e MACIEL, 2020, p.260)

Desse modo, ela deve ser entendida como uma ideologia mais profunda que não tem origem em si mesmo. Conforme nos aponta Iasi (2015), as ações políticas da direita, impactam a ação política dos trabalhadores e espantam àqueles que achavam que as diferenças entre classes sociais não poderiam mais explicar a sociedade atualmente. Dessa maneira,

É conveniente lembrar que o capitalismo, sofre reiteradas críticas à descrição realizada por Marx. De fato, detivemos constantes mudanças sofridas ao longo de décadas até sua “face contemporânea”, todavia, todo esforço na busca por desvendar o capitalismo na sua origem, desenvolvimento, contradições e suas consequências para a sociedade são indispensáveis para comprovar que sua essência permanece a mesma, calcada na exploração e na busca incessante pelo acúmulo e, mais recente, utilizando-se do conservadorismo como mecanismo ideológico. (SILVA, FRANÇA e MACIEL, 2020, p.259)

Ao partir-se do pressuposto de que o conservadorismo é uma expressão da luta de classes podemos estabelecer que ele sempre esteve presente na sociedade brasileira. Para Souza (2016) o conservadorismo se estrutura no capitalismo de monopólios e alicerça o pensamento anticomunista e antirrevolucionário, preservando a ordem do capitalismo institucional, mas com o fortalecimento das tendências da direita e extrema direita. Nesse sentido,

Os desdobramentos mais imediatos dessa confluência de determinações são o ataque aos direitos e às políticas sociais, desmontando institucional e constitucionalmente suas garantias legais; a amplificação do discurso conservador filofascista no âmbito ideológico e cultural; amplificação do discurso de ódio e intolerância, como alternativa supostamente portadora da firmeza necessária para a refundação de um ciclo de prosperidade econômica, num andamento similar àquele que caracteriza o avanço da extrema-direita internacionalmente, uma das mais expressivas tendências ídeopolíticas do conservadorismo na contemporaneidade. (OLIVEIRA, 2019, p. 547)

Nos governos petistas, os setores conservadores da política e suas pautas, não tiveram grande expressão, porque se mantiveram nos bastidores do poder, confortáveis com a política econômica rentável aos grandes grupos capitalistas, burgueses e financeiros que compõem a elite e a classe política brasileira.

Assim, segundo Gallego (2018) quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o poder buscou evitar confrontos em nome da governabilidade e para tal, acomodou, durante bastante tempo, a maior parte dos políticos brasileiros, cujos objetivos são a manutenção de suas vantagens.

Segundo o referido autor, essa fatia de políticos estava acostumada a lidar com líderes governistas mais conservadores, que suspeitavam do governo petista e de seu programa de governo que apontava para mudanças sociais que poderiam minar seus projetos. Durante o governo de Lula da Silva (2003-2011), enquanto estrategista político, conseguia contornar os incômodos causados para essa parte de políticos, coisa que com a presidente Dilma não aconteceu.

Para Gallego (2018) setores da extrema direita não se acomodavam e nem se sentiam confortáveis com o governo do PT, mesmo com toda sua moderação, pois suas pautas historicamente foram o anticomunismo, o fundamentalismo religioso, a defesa da ditadura militar e do Estado mínimo, fatores que os impediam, por seus princípios de valores e ideológicos, qualquer tipo de diálogo com o partido do governo. por este apontar para pautas mais progressistas.

O fundamentalismo religioso, segundo Rocha (2014) está habitualmente embricado ao fundamentalismo político, porque são, a consequência lógica da mesma ideologia, ou seja, da doutrina que possui uma resposta para todas as questões que aparecerem nas dificuldades e fatos da vida individual ou social dos indivíduos. Neste sentido,

O fundamentalismo religioso é um modo de ser, de pensar e de agir, que resulta de uma crença e de uma adesão incondicionais a uma doutrina religiosa, qualquer que ela seja, judaica, cristã ou islâmica, considerando-a como a única detentora e protetora do Bem e da Verdade. E, em virtude desta atitude radical, os fundamentalistas religiosos tratam como inimigos todas as outras religiões e pessoas, que não comunguem com suas crenças, nem com seus ideais, tanto religiosos como políticos. (ROCHA, 2014, p.764)

As vertentes ideológicas que se apresentam hoje no Brasil com correntes fortes em uma sociedade polarizada entre a esquerda e a extrema direita estão presentes em vários ambientes de participação social como igrejas, clubes, bairros, discussões familiares e, também, na escola, mas o palco principal de tal discussão se apresenta pelas redes sociais, local no qual a população elegeu para trazer suas vozes com a ilusão de que ali, naquele local, podem registrar tudo que pensam e vociferar de maneira descontrolada contra o lado oposto de onde se vê e se denomina como sujeito polarizado. Importante perceber que os indivíduos que se posicionam à direita quando considerado o viés ideológico, assim o faz porque demonstram um perfil mais conservador de pensamento e tem suas influências no fundamentalismo religioso. Dito isso, caminharemos em direção a como as pessoas são afetadas por sua prática religiosa, e nesse sentido, concordaremos com Marx ao afirmar que a religião é o ópio do povo:

O homem faz a religião, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o homem não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu point d'honneur³ espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua base geral de consolação e de justificação. Ela é a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião. A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração,

assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo.” (MARX, 2010, p.145)

No Brasil, as igrejas evangélicas neopentecostais tornaram-se um braço forte na política brasileira, elegendo seus pastores para cargos no legislativo, compondo a então conhecida “bancada evangélica”. Para Gallego (2018) o fundamentalismo religioso, a partir dos anos 1990 se torna uma força política no país, e lembra que a nomenclatura “bancada evangélica” deixa de lado o conservadorismo da igreja católica, que não está representada por seus sacerdotes no cenário político nacional, mas por fiéis praticantes da religião os quais também estão representados neste grupo, bem como, não exclui os evangélicos com visão mais progressista, que embora seja setor minoritário existe.

A possibilidade de debate político se finda por meio do fundamentalismo religioso, pois suas pautas são rígidas e ultraconservadoras quando se referem às discussões sociais importantes e inclusivas. Por meio da ideologia que cerca os políticos conservadores, os fundamentalistas se apoiam, formado uma frente parlamentar no Congresso, dessa forma,

O PT entendeu esse quadro e se esforçou para criar pontes com as organizações religiosas, em alguns casos com sucesso. A Igreja Universal, que dizia – literalmente – que Lula era um emissário de Satanás, passou a apoiá-lo. Foi recompensada com espaços no governo, até mesmo ministérios, e incentivos para o crescimento de sua emissora de televisão, a Record. Outros grupos, porém, permaneceram na oposição, subindo o tom das denúncias contra as administrações petistas. A ênfase na “agenda moral” conservadora aparecia como caminho para que a direita reconquistasse ao menos uma parte da base social que perdera com as políticas de combate à miséria associadas ao PT. (GALLEGO, 2018, p.17)

As reflexões dissertadas até aqui, demonstram que a religião e suas correntes fundamentalistas se expressaram como fator decisivos para as eleições presidenciais de 2018, mas, para além disso. As correntes religiosas foram ganhando força como discorrido pelos autores mencionados, o que aparece como fator impulsionador é a possibilidade de poder. As correntes ideológicas, pelas quais norteiam-se os grupos fundamentalistas religiosos e mais conservadores, sentem-se no direito de disseminar seus ideais para o restante da sociedade e, para tanto, fazem isso também por meio da política eletiva para cargos públicos, ignorando a laicidade do Estado brasileiro.

Para Silva e Dias (2008) a religião, não irá desaparecer com o passar dos anos, ao contrário, é propositado que ela se tornará ainda mais poderosa. Os autores advertem ainda, que esse tipo de religião é inconstante e imprudente, por isso perigosa.

A importância do fundamentalismo religioso, representado em sua maioria, pelos evangélicos no cenário político nacional e nas eleições presidenciais de 2018 se relacionam quando Jair Bolsonaro passa a disseminar essas ideias, trazendo-as para o campo ideológico norteando as ações dos políticos no Brasil. Assim,

As pautas dos costumes, enfim, foram assumidas por Jair Bolsonaro, agradando às forças cristãs do Congresso Nacional. Bolsonaro vinha construindo um vínculo com o segmento evangélico que remonta a alguns episódios de sua vida mobilizados na campanha, como o batismo no rio Jordão — o mesmo onde Jesus foi batizado por João Batista —, ministrado pelo Pastor Everaldo, da Assembleia de Deus e candidato à Presidência em 2014 pelo Partido Social Cristão (PSC). (ALMEIDA, 2019, p.200)

Ao se aproximar das pautas evangélicas Bolsonaro ganha apoio do bispo Edir Macedo, com a rede de televisão Record ampliando as possibilidades de agregar em sua base eleitoral os evangélicos vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus⁶, que também já haviam ocupado governos anteriores, dessa maneira, Em relação aos evangélicos, quando as lideranças religiosas declararam apoio a Bolsonaro, como fez o bispo Edir Macedo a uma semana da votação no primeiro turno, os fiéis já haviam migrado para sua candidatura. As declarações de apoio foram mais uma chancela a um voto já mobilizado pelas sinalizações de Bolsonaro do que um direcionamento dado pelas lideranças. Vale lembrar que a Igreja Universal, primeiro por meio do Partido Liberal (PL) e depois pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), entrou no governo petista em 2002 e lá permaneceu até poucas semanas antes do impeachment. Marcelo Crivella foi ministro da Pesca e Aquicultura de Dilma entre 2012 e 2014. Logo depois do impeachment, o PRB estava no Ministério da Indústria, Comércio e Serviços do governo Temer. (ALMEIDA, 2019, p.202)

Além dos evangélicos, sobretudo aqueles de denominação neopentecostal, as redes sociais também foram fundamentais na eleição de Jair Bolsonaro, principalmente pelo uso do *WhatsApp* para gerar e difundir *Fake News*. Porém, a produção de *Fake News* aconteceu por todos os lados, pois conforme Almeida (2019) seria equivocado e

⁶ A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada no Estado do Rio de Janeiro, na segunda metade da década de 1970. Não despertou interesses em seus primeiros anos, mas a partir da década de 1980, a IURD alcançou notoriedade: seja por meio dos grandes eventos promovidos em estádios de futebol; seja pelos escândalos que esses eventos causaram, em virtude do volume de dinheiro arrecadado, quase sempre transportado em sacos e amplamente divulgados pela grande mídia; seja pelas batalhas espirituais, envolvendo a luta contra adeptos das religiosidades afro-brasileiras - candomblé e umbanda -, tratadas como portadoras de práticas demoníacas, ou até mesmo contra católicos e outras formas de religiosidades cristãs (protestantes históricos e pentecostais tradicionais). Fato é, e isso não se questiona, que o carisma e o empreendedorismo do seu fundador transformaram o grupo, inicialmente pequeno, como todos que surgiram nesse período, em grande potência religiosa brasileira e internacional, antagonizando com os principais grupos protestantes e evangélicos do país". (MENESES, 2017, p. 425-426)

até ingênuo dizer que apenas Bolsonaro se valeu de tal tática durante a campanha, afirmando que elas não são novidades em campanhas eleitorais e que inclusive fazem parte, mas nessas eleições se destacaram pelo volume e quantidade vindos em direção aos adversários do candidato eleito.

Segundo Braga e Carlomagno (2018) as pesquisas apontam que nas eleições municipais de 2012, a principal inovação foi o *Facebook*, utilizado como forma de mobilização e agendamento de campanha. Embora os conteúdos aprofundados acerca do tema política esteja ausente da plataforma, os eleitores, cansados de apenas ouvirem os políticos em suas explicações, passaram a se expressar, por meio de postagens e comentários e puderam se fazer “ouvidos”. Novamente a difusão das ideias se faz necessidade presente.

Dentro da perspectiva de ser um participante ativo em redes sociais, que deva ser ouvido por políticos representantes, também se desencadeou a participação da população nas manifestações de junho de 2013, afinal foi com o intuito reivindicatório contra as ações políticas do governo que se protestava inicialmente. Neste sentido,

Junho de 2013 foi marcado pela eclosão da luta de classes incessante que moveu os grandes centros urbanos e que não foram solucionados pelas políticas de arrefecimento e de conciliação de uma relação que é pautada por contradições e interesses antagônicos desde a gênese da sociedade de produção capitalista. Diante de um novo ciclo de polarização social, observado naquele momento, em que se via uma nova dinâmica no cenário da luta de classes. (SILVA, 2020, p. 13)

Dessa maneira, segundo Silva (2020), as “jornadas de junho” permearam um contexto maior da sociedade capitalista contemporânea, pois houve manifestações em diferentes partes do mundo nos anos anteriores a 2013, reflexos da explícita crise econômica, financeira e social, deflagrada em 2008. Embora as especificidades locais estivessem presentes de maneira particularizada, as formas de luta foram muito semelhantes.

Importante registrar que as lutas sociais desencadeadas a partir de 2013 no Brasil ganharam contornos diversos, seja para a emergência de jovens impulsionados pela conquista ou manutenção de direitos, seja pela explicitação de setores conservadores que ganharam espaço e fizeram movimentos que levaram tanto ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff quanto à eleição de Jair Bolsonaro com rebatimentos para o conjunto da sociedade.

“Há posturas radicais do fanatismo religioso, do moralismo e também do sectarismo materialista, que rejeitam sequer conhecer e analisar os aspectos emocionais e éticos do ser humano. São as vítimas do preconceito, da ignorância e da hipocrisia.”

Emídio Silva Falcão Brasileiro

3 METODOLOGIA

3.1. Tipo de Pesquisa

O presente estudo de abordagem qualitativa levou em consideração a subjetividade do sujeito, buscando compreender o que acontece no ambiente real, o que pensam e como agem de acordo com a situação estabelecida. Para Günther (2006, p.201) “pesquisa qualitativa e de dados qualitativos, convém explicar que a primeira vertente, observação inclui registros de comportamento e estados subjetivos, como documentos, diários, filmes, gravações que constituem manifestações humanas observáveis.”

A pesquisa qualitativa permite imprimir a intencionalidade do pesquisador e embora, muitas vezes, os assuntos já tenham sido abordados por outros, existe sempre uma forma diferente de compreender, identificar e analisar o objeto de estudo. Nesse sentido, para Duarte (2002, p.140) “Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de uma longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados.” Assim, o pensamento sobre uma mesma realidade pode ter enfoques e aspectos distintos, de acordo com as experiências e formação do pesquisador.

Nessa direção, adotamos a Metodologia da História Oral, por entendermos ser o melhor caminho para compreendermos as percepções de professores.

Para Portelli,

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia (como é o caso de Frederick Douglass), quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (nem seria capaz de fazê-lo, mesmo que o quisesse). [...] narrar consiste precisamente em expressar o

significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. (PORTELLI, 1996, p. 2)

Nessa perspectiva, Cassab (2003) refletindo sobre a metodologia da História Oral explica a importância dos relatos orais:

O narrador que conta sua história, seu relato ou dá seu depoimento de vida, não se constitui, ele próprio, no objeto de estudo, mas sim seus relatos de vida, sua realidade vivida, apresentando subjetivamente *os eventos vistos sob seu prisma e o crivo perceptivo*, possibilitando conhecer as relações sociais e as dinâmicas que se inserem ao objeto de estudo. (CASSAB, 2003, p. 1).

Quando recorremos à narrativa do sujeito, possibilitamos que se sintam livres para recorrer às suas memórias e experiências e, com isso, explicar suas concepções, reflexões e posicionamentos acerca de um determinado assunto ou de si.

Alessandro Portelli (2016, p. 20) explica que por ser a História Oral uma metodologia dialógica, o resultado do trabalho precisa manter os traços originais da narrativa, razão pela qual defende a montagem dos textos com grandes extensões, muito maiores do que aquelas usadas por sociólogos ou antropólogos. O autor diz “ao citar extensamente nossos narradores, nós também alcançamos outro resultado: o de reter pelo menos parte da complexa polissemia da contação oral”.

Nessa direção, esclarecemos aqui que, por uma opção metodológica baseada em Portelli, a edição das narrativas coletadas junto aos professores buscou manter ao máximo a originalidade dela como também garantir a polissemia da contação.

3.2. Participantes

Os sujeitos escolhidos para a pesquisa foram 08 professores da Educação Básica do município de Taubaté efetivos em seus cargos e tenham ingressado por meio de concurso público na Rede Municipal de Ensino, por considerarmos o vínculo empregatício estável, quando relacionado a tempo de trabalho e tema que se pretendeu a pesquisa.

A escolha dos sujeitos se deu de acordo com a intencionalidade da pesquisadora, a partir dos seguintes critérios: professores efetivos que atuam na Educação Básica no município: 2 da Educação Infantil, 2 do Ensino Fundamental I, 2 do Ensino Fundamental II e 2 do Ensino Médio. Em cada segmento da Educação Básica, escolhemos um indivíduo do sexo feminino e outro do sexo masculino. Dessa

forma, definimos como sujeitos da pesquisa: 4 mulheres e 4 homens para participação da entrevista, considerando a necessidade de igualdade de gênero na representatividade.

Contudo, durante a coleta o professor do sexo masculino da Educação Infantil se recusou a participar da entrevista, mesmo que previamente tivesse acordado participação. Inúmeras tentativas para colher seus relatos foram feitas, mas o professor apresentou empecilho em todas elas, sempre apresentando razões para não partilhar suas impressões. Neste contexto, respeitamos sua condição e preferimos seguir com a pesquisa, sem sua narrativa.

Dessa maneira, optamos em manter os quatro participantes do sexo feminino e três do sexo masculino. Cabe destacar ainda, que há compreensão acerca do gênero na profissão de professores, que em sua ampla maioria é composta por mulheres, mas nossa intenção inicial nesse trabalho, foi ouvir as narrativas masculinas em equivalência com as femininas respeitando a proporcionalidade entre gêneros, por entendermos que existem diferenças estruturais e históricas, na maneira de ler o mundo entre homens e mulheres.

3.3. Instrumentos de Pesquisa

O instrumento de pesquisa foi a entrevista guiada por um roteiro (APENDICE I), ao adotarmos a entrevista guiada por roteiro ampliou-se a possibilidade de colher a narrativa do sujeito, deixando que ele tivesse possibilidade de recorrer às suas memórias e trajetória de vida. Para Portelli (1996, p,35) “entrevistas rigidamente estruturadas podem excluir elementos cuja existência ou relevância cuja existência fosse desconhecida previamente para o entrevistador e não contempladas nas questões inventariadas”.

3.4. Procedimentos para Coleta de Dados

Por utilizar seres humanos para a coleta de dados, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU), que tem por finalidade defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Antes mesmo de enviarmos o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética, enviamos um pedido de autorização para a realização da pesquisa à Secretaria Municipal de Educação de Taubaté, *locus* do estudo.

De posse dessa autorização, o projeto foi enviado ao Comitê e após a aprovação deste iniciaremos os contatos com os sujeitos escolhidos para participação da pesquisa.

Primeiramente, para a coleta dos dados enviamos um convite, que deveria ter sido entregue em mãos pela pesquisadora, a fim de, apresentar e explicar a pesquisa, e conseguir com que os sujeitos escolhidos aceitassem participar da mesma, porém devido a condição de pandemia instaurada mundialmente no ano de 2020, os convites foram feitos por telefone, e-mail ou *WhatsApp*. Com o aceite positivo dos indivíduos foram agendadas as entrevistas em horário por eles escolhidos, acontecendo de maneira remota utilizando mídias e aplicativos *online*.

Antes do início da entrevista foi entregue aos participantes o Termo de Consentimento Livre Esclarecido- TCLE (ANEXO A), esclarecendo os objetivos e procedimentos da pesquisa, bem como, deixando-os livres para decidir se queriam continuar ou não.

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas e devolvidas aos entrevistados para validação. Em seguida se passou à análise dos dados.

As entrevistas foram gravadas em mídia digital e serão guardadas pela pesquisadora por um período de cinco anos, após este, serão destruídas.

3.5. Procedimentos para Análise de Dados

A análise de dados da pesquisa se deu por meio da técnica da triangulação que consiste em articular as narrativas, os contextos e as reflexões dos autores que discutem a temática.

Para Marcondes e Brisola (2011, p. 1) “A organização do primeiro processo interpretativo: ocorre mediante três etapas: primeira, preparação e reunião dos dados; segunda, avaliação de sua qualidade e; terceira, elaboração de categorias de análise”.

A primeira etapa consiste na passagem da gravação, da entrevista completa para o papel; a segunda etapa é a pré-análise, que será feita a avaliação dos primeiros dados coletados, volta-se para o objetivo da pesquisa, e se inicia a discussão das categorias. A terceira etapa consiste em realizar construções teóricas, por meio de aproximações das categorias, tendo como prioridade a narrativa do sujeito da pesquisa (MARCONDES; BRISOLA, 2011).

O próximo passo do movimento analítico faz-se a “[...] análise contextualizada e triangulada dos dados [...]” objetivando “[...] à reconstrução teórica da realidade” (GOMES et al., 2010, p. 199 *apud* MARCONDES; BRISOLA, 2011, p.2).

De acordo com as autoras, a primeira etapa deste segundo movimento, se refere à leitura profunda do material da pesquisa, para se obter uma visão de conjunto e perceber as particularidades existentes.

Na segunda etapa se busca ir além do que mostra a narrativa, ou seja, é buscar aquilo que não está muito claro, considera-se esta etapa como “construção de inferências” onde se constrói perguntas capazes de aprofundar o que está implícito.

Já a terceira etapa consiste no “ápice da interpretação” que é formado pela conexão, das informações feitas pelos sujeitos da pesquisa, juntamente com as questões mais amplas, que irão explicar essas narrativas. Consiste em “interpretação das interpretações [...] num contínuo movimento dialético” (MARCONDES; BRISOLA, 2011, p. 4).

Conforme as autoras, a análise por triangulação é reconhecida por “assumir um comportamento reflexivo-conceitual e prático de determinada realidade sob diferentes óticas, isso possibilita complementar com riqueza de interpretações o objeto de estudo ao mesmo tempo em que aumenta a consistência das conclusões” (MARCONDES; BRISOLA, 2011, p. 4-5) considerando os sujeitos históricos.

O sábio ditado "A caneta é mais poderosa que a espada" é verdadeiro. Os extremistas têm medo dos livros e das canetas. O poder da educação os assusta e eles têm medo das mulheres. O poder da voz das mulheres os apavora.

MALALA YOUSAFZA

4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na presente seção discutimos a partir das narrativas dos entrevistados, as percepções que possuem sobre a polarização ideológica em curso na sociedade brasileira bem como sua participação política. Para efeito de exposição e análise dividimos a seção em subseções, no entanto, buscamos correlacioná-las visto que se trata de um todo. Antes de iniciarmos as análises propriamente dita apresentamos o perfil dos entrevistados na pesquisa.

4.1. Quadro do perfil das/os entrevistadas/os

Nessa subseção apresentamos o perfil dos entrevistados com as variáveis: sexo, idade, formação inicial para o ingresso no magistério, outros cursos de graduação, outras licenciaturas, pós-graduação, atuação política e filiação partidária:

Quadro1: Perfil dos Entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Formação inicial	Outro curso de graduação e/ou pós-graduação	Militância política	Filiação partidária
EDI-M	F	46 anos	Magistério Psicologia	Graduação: Pedagogia/ Artes Especialização: Educação Especial/ Gestão Escolar/ Neuro-psicopedagogia/ Psicopedagogia Clínica Escolar	Escola e Igreja (católica)	Não
FUNDI-	F	47 anos	Arte Magistério	Graduação: Pedagogia Especialização:	Escola	Não

M				Alfabetização/ Gestão Escolar		
FUNDI - H	M	48 anos	Pedagogia	Especialização: Docência em Ensino Superior	Igreja (Evangélica) e Movimentos Populares	Não
FUNDII - M	F	46 anos	Educação Física	Graduação: Pedagogia (cursando) Especialização: Gestão Escolar	Escola e Igreja	Não
FUNDII - H	M	42 anos	História	Graduação: Pedagogia Especialização: História da Educação/ História do Brasil Republicano	Escola e Movimentos Populares	Não
EM-M	F	37 anos	Magistério/ Letras	Graduação: Ciências sociais/ História Especialização: Língua Portuguesa/ Gestão escolar/ Psicopedagogia Mestrado: Linguística Aplicada	Escola	Não
EM-H	M	42 anos	Matemática	Graduação: Pedagogia Mestrado: PROFMAT Profissional em Matemática	Escola e Movimentos Populares	Sim (PT) Partido dos Trabalhadores

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2021.

Com relação ao perfil dos entrevistados temos 42,86% são homens e 57,14% são mulheres, dentro da faixa etária de 37 a 48 anos tendo em conta a desistência de um dos participantes.

Em relação ao grau de instrução e formação 100% possui nível superior, 85,71% possuem especialização na modalidade *Lato Sensu* e 28,57% na modalidade *Stricto Sensu* (mestrado).

Quanto à pós-graduação observamos que a maioria dos entrevistados cursou especializações voltadas para a área da Educação, sobretudo a gestão escolar, sobre o

que podemos inferir que há projetos de seguir carreiras como diretor de escola ou supervisor de ensino.

Ao observarmos a militância política encontramos 42,86% que afirmam realizar sua militância em igrejas e templos religiosos, 42,86% afirmam militar politicamente com participação em movimentos populares, mas a grande maioria de 85,71% afirma que, sua maior participação política acontece nas escolas e salas de aula. Apenas um entrevistado declarou filiação partidária, ocupando a porcentagem de 14,29%.

De início, pelos dados do perfil já é possível identificar contradições nas percepções dos entrevistados, visto que consideram militância política a participação em ações religiosas e a sala de aula.

4.2 Ingresso na profissão docente e na rede municipal de Taubaté

O eixo 1 refere-se ao ingresso na profissão docente e à rede de ensino do município de Taubaté. Dessa maneira, os participantes trazem reflexões a respeito da formação profissional. Ao discorrermos sobre a formação profissional e forma de ingresso na profissão docente, encontramos nas narrativas das entrevistadas pontos convergentes acerca do processo inicial na profissão, como veremos a seguir:

Naquela época tinha magistério no Ensino Médio, então eu escolhi o magistério para estudar de manhã e eu tive excelentes professores. Logo no primeiro ano, eu gostei demais, porque era o nível técnico. Daí no segundo ano em diante já comecei a trabalhar, arrumei estágio em escola particular de auxiliar de classe, e por aí. Quando eu terminei o terceiro ano eu já prestei vestibular, porque podia: eu pegava o histórico escolar e fazia matrícula na faculdade, porque diploma mesmo eu fui ter quando terminei o quarto ano, porque no magistério eram 4 anos. Daí, eu fiz o primeiro ano de Letras junto com o magistério, fazia a faculdade a noite, o magistério de manhã e continuava a tarde com aquele trabalho de auxiliar de classe. Daí, eu fiz Letras mesmo, que na verdade era o que eu gostava, que eu tinha escolhido, eu tinha outras opções como segunda escolha, mas eu escolhi Letras e era tudo dentro daquilo que eu gostava... (EM-M)

A narrativa da entrevistada EM-M converge com a trajetória da entrevistada (EI-M), a qual também mencionou o antigo magistério, como ensino técnico profissionalizante, ao que hoje se equivale a formação de Ensino Médio, mas com direito do exercício da profissão, como formação inicial de professora

A minha primeira formação é magistério. Eu fiz magistério e depois do magistério, eu fiz Psicologia, mas na Psicologia sempre tive mais queda para a Psicologia da Educação. Fiz todos os meus estágios na área da Educação. Depois trabalhei em Redenção da Serra como psicóloga, dentro da escola, e depois de um certo caminhar, eu vi que não era aquilo, que não me preenchia ainda como pessoa, aí eu fui fiz o concurso da prefeitura de Taubaté, passei e desde então, eu estou como professora de Educação Infantil (EI-M)

Nessa direção, encontramos também, o curso de magistério, na narrativa de FUNDI-M, porém não como formação inicial, mas depois que havia cursado o Ensino Superior no curso de Artes,

Na minha época era curso técnico e fui fazer Processamento de Dados antes de fazer educação, a minha formação veio depois, com a faculdade, aí eu entrei na faculdade de Artes. Daí lá é que tinham as disciplinas de práticas pedagógicas, tinha muita atividade prática, aí mantive o que era, o que era, vida virou prática educacional. [...] Depois, eu fui trabalhar com isso no Estado, aí depois quando municipalizou [a educação] fui fazer magistério, que eu não tinha. Eu tinha a faculdade, mas não tinha o magistério, que agora é normal superior e a Pedagogia em si. Eu sou da penúltima turma do magistério, já tinha formação universitária, mas não tinha essa formação para concurso. (FUNDI-M)

Dessa maneira, os dados obtidos aqui, nos levam à percepção de que nos três casos, quem declara ter passado pelo curso do magistério são mulheres, estabelecendo a condição de gênero para a formação inicial, de mulheres com faixa etária entre 37 e 47 anos, já que entre os demais participantes não registramos tal formação. Desta forma, confirma-se a tese de Siqueira, segundo a qual:

Nos anos finais do Império, as escolas normais foram sendo abertas às mulheres, nelas predominando progressivamente a frequência feminina e introduzindo-se em algumas a coeducação. Já se delineava nos últimos anos do regime monárquico a participação que a mulher iria ter no ensino brasileiro. A ideia de que a educação da infância deveria ser-lhe atribuída, uma vez que era o prolongamento de seu papel de mãe e da atividade educadora que já exercia em casa, começava a ser defendida por pensadores e políticos (SIQUEIRA, 1999, p. 220-221).

Ao constatarmos tal convergência devemos nos debruçar sobre o processo histórico ao qual se constituiu a profissão do professor e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho pois conforme Confortin (2003), foi a partir de meados do século XIX em que a industrialização abriu possibilidades e ampliou as oportunidades de trabalho que foram ocupados pelos homens, em concomitância a extensão da

urbanização passa a favorecer a imersão das mulheres no mercado de trabalho, em cargos que os homens vagaram, como aponta,

Conjuntamente, o processo de urbanização passaria a favorecer a extensão do trabalho feminino assalariado, fazendo com que as mulheres ocupassem os cargos deixados pelos homens e passassem a ganhar um salário, como operária ou como professora (SILVA; AMAZÔNIA; VIEIRA, 2010, p. 153)

Dessa forma, constata-se que no Brasil, o ingresso das mulheres no magistério aconteceu em meados do século XIX, visto que até então a função da docência era desempenhada exclusivamente pelo sexo masculino. Segundo Apple (1988) houve um abandono dos homens pela profissão docente em busca de trabalhos mais rentáveis, desta maneira, com o afastamento dos homens da profissão docente em séries iniciais, devido à desvalorização social, baixos salários.

Para Fernandes (1977) novas ofertas na indústria aumentariam as possibilidades de surgir novos cargos e atividades profissionais no comércio e na indústria, tornando-se mais rentável trabalhar nestes setores, decorrentes da industrialização, do que a atuação docente. Dessa forma, as mulheres, passam a ser a mão de obra considerada qualificada para o trabalho, primeiramente, porque se contentariam com os baixos salários ofertados aos profissionais dos anos iniciais, ao contrário dos homens; e, depois, por sua condição de ocupação social, em uma sociedade patriarcal, como a brasileira.

Para Costa (1995), as mulheres foram submetidas ao magistério com argumentos reafirmados e construídos pela sociedade patriarcal, associando o trabalho de educar com maternidade. Cabe lembrar que a feminização do magistério iniciou entre 1835-1890, quando este campo de trabalho passou a ser visto como espaço de excelência para as mulheres por sua experiência com a educação das crianças e cuidados. (VIANNA, 2001/2002).

Embora as mulheres fossem consideradas apropriadas para o trabalho docente, suas ações estavam submetidas à lógica do patriarcado, como nos aponta Souza (1998), ao observar que os chamados grupos escolares, entendidos como a instituição de ensino, sempre tiveram em seus cargos administrativos hierárquicos, como os de inspetores e

diretores, ocupados por homens. Dessa forma as mulheres/professoras estariam submetidas ao controle da figura masculina.

As relações de autoridades na educação, segundo Apple (1987) balizaram-se no modelo de sociedade patriarcal, em que, as mulheres sempre se reportariam aos homens, seus superiores diretos, que as apontariam o caminho, a direção e lhes diriam, o quê, como e quando fazer.

Naquele contexto, ao sair para o trabalho, este, deveria ser igualado a sua condição servil e de cuidadora, de servir ao marido e a função “inata” de cuidar da prole, da casa e da família, dessa forma,

As mulheres possuíam um papel social a ser desempenhado, que abrangia os cuidados da casa e da sua família, papel este decorrente da divisão sexual do trabalho, resultante de um conjunto de "representações coletivas" sobre a adequação dos gêneros para o exercício de determinadas ocupações. Naquele momento, era consensual a concepção de que as mulheres possuíam o instinto maternal e aptidões inatas para o cuidado das crianças, tais como a meiguice e a paciência, além disso, o trabalho docente era identificado como uma extensão da maternidade, justificado pela ideia de que ser professora é mesmo que ser uma segunda mãe. (SILVA, 2013, p. 12013)

Com a “aprovação” da sociedade em ter mulheres na função do magistério e também como uma resolução dos problemas da sociedade capitalista, que se estabelecia e como tal, apresentava necessidades sociais e econômicas, nos inícios dos anos 70 do século XX, como apresenta Scheneider (1993), o magistério feminino era única profissão que conciliava as funções domésticas e, também, se apresentava como a solução do problema da mão-de-obra para a escola primária, uma vez que os homens não se interessavam pela função, em razão da baixa remuneração e as mulheres já estavam acostumadas a educar crianças, pois educavam seus filhos. Tal quadro profissional, em indicativos sobre a profissão dos professores ter em sua maioria mulheres, pode ainda ser constatado e observado de acordo com os índices dos professores brasileiros, pois,

Embora a população brasileira seja formada por maioria de mulheres, o mesmo não ocorre com a População Economicamente Ativa (PEA) ou com a População Ocupada (PO). Em 2004, os homens eram, segundo a PNAD, 57% da PEA e 58,1% do PO. Entretanto, o mercado de trabalho em ensino é importante espaço de trabalho para as

mulheres, elas são 78,2% do total de professores brasileiros: no setor público, são 82,1% e, no setor privado, 68,0%. A diferença entre o setor público e setor privado se deve a muitos fatores, dos quais destaco o fato de que o setor público tem maior participação (77,3%) na oferta de educação para o ensino básico, e é nesse nível de ensino que trabalha a maioria das mulheres; e o recrutamento e a seleção de professores se fazem mediante concurso público de provas e títulos, o que não permite a identificação das concorrentes. (SOUZA, 2007, p.15)

O processo histórico nos leva a fazer reflexões sobre as questões e necessidades econômicas da sociedade brasileira, bem como, a classe social e o sistema capitalista que nortearam, foram e ainda são capazes de definir as escolhas profissionais de acordo com as necessidades familiares e classes sociais a que pertencem, pois as classes superiores e médias não permitiam que suas mulheres exercessem atividades laborativas devido ao desprestígio social, como nos aponta Silva et.al (2010), ainda segundo as autoras,

Reconhecer o trabalho assalariado feminino significaria concordar com certo fracasso por parte do homem no cumprimento de seu dever de providenciar o sustento financeiro do seu lar. Admitir a mulher como indivíduo autônomo e independente seria equivalente a desnaturalizá-la, a precipitar a ruína da ordem familiar, a gerar confusão entre os sexos. Logo, sendo a identidade de gênero uma categoria relacional, questionar a natureza de um polo significaria, de igual modo, pôr em dúvida a do seu outro; ou seja, ao se desnaturalizar o polo feminino se colocaria em xeque a supremacia do polo masculino. (SILVA et.al., 2010, p.153)

Seguindo ainda as discussões acerca do capitalismo e a sua necessidade em ter mulheres no ambiente de trabalho chegamos à necessidade do consumo e da reestruturação familiar em consequência, também dos movimentos sociais e das lutas de feministas entre as décadas de 70 e 80, surgindo segundo Silva et. al. (2010) a nova cultura que estaria direcionada ao prazer, escolha individual e lazer.

Dessa maneira, ainda segundo as autoras, aumentavam também os ideais consumistas, da mesma forma que cresciam a produção e conseqüentemente a oferta de objetos e serviços de lazer, havendo assim, a necessidade de geração de renda familiar maior, para a aquisição e gozo do novo modelo de vida e de necessidades materiais que sociedade impunha.

Assim, a mulher passa a compor a renda familiar para aquisição de bens e estabilidade financeira, e, segundo Lozada e Rocha-Coutinho (2007), principalmente as mulheres pertencentes as classes médias, cada vez mais foram se distanciando da elite econômica em relação às condições financeiras, ficando mais empobrecidas e se vendo com despesas como: educação dos filhos, saúde e necessidades de consumo de bens materiais, o que de certa forma as impulsionou pela busca de trabalho para além dos afazeres domésticos.

Durante o século XX, as escolas normais, magistério, em nível secundarista formam cada vez mais mulheres, incentivadas pelas transformações econômicas, sociais, política e culturais no Brasil, determinando, segundo Vianna (2002) uma intensa participação das mulheres no mercado de trabalho em geral. Ainda segundo a autora a participação feminina pode ser observada não apenas ao ensino primário, mas também em outros níveis de ensino, considerando que ao final do século XX a caracterização das mulheres para a Educação Básica, já estava configurada.

Segundo Apple (1995), a situação de predominância feminina na docência, embora não fosse universal, acontecia em outros países também, como México, Argentina, por exemplo, podendo ser considerado um fenômeno internacional, mas que no Brasil vem sendo percebido já a algum tempo, inclusive estabelecidas pelas relações de poder socialmente constituída na sociedade, como nos aponta Scott (1990) discorrendo acerca do lugar das mulheres em relação a divisão sexual de trabalho.

Já nas narrativas masculinas, observou-se que tanto FUNDI-H, FUNDII-H e EM-H ingressaram na profissão de professores sem fazer o curso do magistério e trabalharam em outras funções não relacionadas ao magistério, antes do ingresso na carreira por concurso público, como comprovamos a seguir:

Então, meu segundo emprego foi aí! Numa funilaria e pintura, daí eu fui trabalhar de office boy, isso foi no centro de São Paulo, depois eu fui para metalúrgica que já era na estação São Judas. Daí eu servi o quartel, fui militar, eu fui da PE (polícia do exército). Eu fiquei na PE um ano, saí de lá com honra ao mérito, tudo certinho, fui um soldado padrão, obediente lá. Daí fui trabalhar em uma empresa de massas, uma empresa pequena, distribuidora de massas e eu trabalhava na parte administrativa, continuei na parte administrativa e na situação que eu fui, é... eles estavam demitindo funcionários, entrando numa crise lá. Daí fui trabalhar como inspetor de alunos em um colégio em Moema, comecei como inspetor de alunos no colégio Maria

Montessori, ali em Moema, daí eu fiquei lá por dois anos. Essa escola oferecia uma bolsa para quem quisesse estudar, as bolsas poderiam ser de até 100%, eu queria fazer Psicologia, mas Psicologia era de manhã e à tarde e daí nesse período, eu trabalhava. Então, como é que eu ia fazer? Então, resolvi fazer Pedagogia, que era um curso que eles conseguiam a bolsa de 100% e aí fiz, daí consegui terminar Pedagogia (FUNDI-H)

Eu sou formado técnico em publicidade, já trabalhei em grandes agências de publicidade em Campinas, já fiz campanhas para anunciantes grandes até e depois quando eu vim para Taubaté comecei trabalhar com publicidade também e marketing direto. Depois, quando eu cheguei aqui eu tive oportunidade de dar aulas de informática também, porque aqui não era muito comum informática, era pouco avançado. Então, eu comecei a dar aulas na SOS (escola de computadores) que tinha na praça Santa Terezinha. Então, eu trabalhava com publicidade de dia e dava aulas de computadores a noite e lá eu criei o gosto pela docência, comecei a adorar aulas de informática, adorar ensinar e assim eu comecei a gostar de dar aula. Eu sempre fui uma pessoa envolvida no grêmio estudantil da minha escola, eu sempre li muito sobre política e por causa disso eu resolvi fazer História. (FUNDII-H)

Inicialmente, meus trabalhos foram bicos. Eu trabalhei como serigrafia, em estamarias, depois trabalhei como barman, como garçom em restaurantes, já trabalhei como servente de pedreiro, comecei ajudando menino com oito anos. [...] Passado esse período eu comecei a administrar uma estamaria, que eu adquiri num acordo de trabalho com um patrão não regularizado, eu prestei um serviço, aí ele não tinha como pagar, e ele conseguiu um emprego numa multinacional, e me falou, você não quer ficar com minha estamaria? Aí a minha dívida, a gente morre, eu aceitei. Aí eu tive a minha própria estamaria, fiquei um tempo vivendo disso, em seguida eu trabalhei na LG, [...] trabalhei com meu pai numa horta, ele tinha uma horta ali no Bonfim, que ele arrendava. Então, eu fiquei bastante tempo com ele, vendendo verdura com ele, [...] veio aquela ideia de ser professor, porque, eu tinha aquela ideia pequena, que pelo menos, eu sendo professor, mesmo que naquele momento, não era bem remunerado, mas, pelo menos, eu podia expressar a minha opinião, e não seria perseguido por isso. E nesse período que eu estava trabalhando com meu pai, o rapaz que arrendava o terreno para ele, me via trabalhando lá com meu pai, conversava muito comigo, me achava articulado, pessoa aparentemente com boas ideias e tal, aí ele me sugeriu um emprego para administrar uma jazida de areia que ele tinha, aí, eu comecei a trabalhar para ele, e prestar serviço, como se fosse um braço direito, no posto de combustível que ele tem, e ali eu fiquei, quase um ano, ... então ali, eu entrei na faculdade, em seguida, comecei a cursar Matemática. (EM-H)

Nas narrativas masculinas percebe-se também que a busca pela profissão de professor não foi a primeira opção para nenhum deles, porém, para todos se tornar professor era uma busca pela melhora econômica, estabilidade de emprego e maior

autonomia profissional. O que se observa dentro do processo industrial brasileiro, é que a partir de meados da década de 90, o capitalismo sofreu uma mudança na sua estrutura, a qual desencadeou perda de postos de trabalho. Dessa maneira,

Sem dúvida, o aspecto mais marcante do ajustamento observado no início da década de 90 está ligado ao nível do emprego no setor industrial. O esforço da indústria em resposta ao processo de abertura comercial envolveu a reestruturação organizacional e produtiva das empresas, passando pelo enxugamento dos quadros de pessoal. [...], foi uma sensível redução no nível de emprego no setor, uma queda de cerca de 25% do início de 1991 até o penúltimo trimestre de 1996... (RAMOS; REIS, 1997, p.04)

A robotização, a mecanização, a globalização e, principalmente a informatização nos modelos de produção, produziu a redução nas ofertas de vagas nos setores secundário e terciário. Dessa forma, justifica-se o aumento da procura do magistério pelo sexo masculino. Ramalho (2002) identificou um número expressivo de professores do sexo masculino que escolheram a sala de aula por ascensão social, econômica ou pela falta de emprego, assim, a sala de aula se torna um meio de sobrevivência, o que também observamos pelas narrativas dos entrevistados nesta pesquisa.

O entrevistado EM-H, por sua vez, passou por várias profissões em vários empregos, mas dificuldades financeiras e após observar o administrador do porto de areia, no qual trabalhava, começou a pensar na carreira de professor e decidiu cursar Matemática, vislumbrando melhores salários e condições sociais e após a aprovação em concurso na rede Municipal de Taubaté, passou a viver do seu trabalho como professor.

Eu também vi que ele era professor de Universidade, então, aquilo começou a ascender a minha ideia. Eu acho que vida de professor, não é tão ruim como parece, mas eu nunca tinha entrado nessa realidade, eu não tinha vivência disso na minha família ... então eu comecei a dar aula nesse processo de recuperação paralela do Estadão (escola estadual Monteiro Lobato), aí já foi um momento um pouco melhor, porque eu já tinha uma quantidade de aulas fixas, e ainda como aluno, já pude pagar umas dívidas que eu tinha da faculdade, para continuar estudando. Aí eu consegui fazer minha matrícula do quarto ano, e aí eu falei agora está comigo, “devo, não nego, vou pagar quando eu puder”. Enfim aí, me formei em 2004, e aí ficou um período sem ter concurso, e isso me prejudicou um pouco, tinha tido um em 2003, eu achava que não adiantava eu ter feito porque eu era aluno no fim, quem fez esse concurso, quando se formou em 2004 foi chamado, se tivesse feito, provavelmente teria sido chamado também. Mas, enfim foi minha luta, mas aí eu já era funcionário, em julho de 2004, mesmo aluno eu passei no concurso administrativo pra UNITAU (Universidade de Taubaté), ingressei como estatutário da UNITAU e aí fiquei até me tornar professor da

prefeitura, e nesse intervalo, entre a UNITAU e prefeitura, eu lecionei em um colégio particular na Santa Terezinha que tinha o nome de Vero, e eu lecionei ali durante um ano, aí fui atrás de concurso, prestei o concurso da prefeitura, passei em outros também, como eu sou de Taubaté, e consegui ingressar fiquei em Taubaté.(EM-H)

O entrevistado FUNDII-H trabalhava como publicitário, embora tenha sua trajetória ligada ao envolvimento político por meio do Grêmio Estudantil, o que despertou para uma maior consciência do processo histórico, mas foi sua aprovação no concurso público na prefeitura municipal que deu a ele uma estabilidade econômica, para viver somente como professor de História.

Eu comecei a dar uma aulinha aqui, outra ali, ainda como aluno, depois dar aulas em escolas particulares, substituí professores em cursinhos na rede particular, mas mesmo assim eu mantinha meu trabalho com a agência de publicidade, era meu ganha pão ainda, eu só passei a trabalhar somente como profissional quando eu passei em um concurso na prefeitura em 2004, foi um concurso que teve pra professor CLT, eu passei em segundo lugar naquele concurso, daí eu comecei só dar aulas, eu peguei 72 aulas, naquela época a gente podia dar tudo isso de aula, só que depois o concurso foi cancelado, em 2006 teve outro concurso para ingressar em 2007, eu passei, daí pra frente minha trajetória profissional é essa, eu fiquei dando aulas somente na prefeitura de Taubaté. (FUNDII-H)

Para FUNI-H, o processo se diferencia porque cursou o Ensino Superior de acordo com a bolsa ofertada pela escola onde trabalhava, mas o que o motivou, foi sem dúvida, a estabilidade econômica, que o conduziu à sala de aula. Sua trajetória torna-se ainda mais interessante, uma vez que trabalha com educação de crianças nos primeiros anos escolares, enfrentando o preconceito que sua escolha está exposta.

Eu não conseguia terminar Pedagogia, porque eu não conseguia fazer o estágio e daí no programa escola da família, como era só final de semana, eu consegui fazer o estágio. Daí eu fiz! Entreguei todos os estágios, daí eu fui embora para o Nordeste, lá eu fiquei um ano. Eu trabalhei em uma escola de zona rural lá, como diretor, fiquei como diretor por uns 6 meses, ficava a semana toda lá e só voltava no final de semana para a cidade, onde minha mãe estava morando, fiquei uns 7 meses lá, daí vim para São Paulo novamente em 2005; vim passear aqui em Pindamonhangaba (cidade vizinha ao município de Taubaté) aqui no Vale do Paraíba, na casa de uma amiga da família, essa amiga tinha uma escola, eles estavam precisando de professores, mas quando eu vim no começo do ano eles tinham fechado o quadro de professores, daí conversando com professoras, elas me falaram do concurso. Fiz o concurso e eu estou até agora. (FUNDI-H)

Na pesquisa de Eugênio (2008), também existem apontamentos que indicam questões econômicas como importante fator para a escolha do magistério, encontradas em narrativas de professores homens das séries iniciais de um município do interior baiano.

Os estudos sobre o gênero masculino e sua atuação em sala de aula não têm sido explorados no campo educacional, como nos aponta Carvalho (1999), que afirma que tais estudos estão concentrados na área da Psicologia Social, com foco nos papéis sexuais de meninos e meninas diante do contato com professor ou professora. No entanto, se faz necessário trazer à luz deste estudo, a condição do professor de sexo masculino em consequência de sua narrativa sobre as trajetórias profissionais, porque a escola é seu ambiente de trabalho deve ser um espaço democrático, capaz de auxiliar a construção do indivíduo de forma plena e integral. Assim, o ingresso desses profissionais pode estar balizado em ascensão social e econômica, mas a permanência no trabalho está associada, ao vínculo empregatício e condição financeira estáveis.

Na presente pesquisa, observamos que apenas uma professora, teve seu ingresso no magistério por falta de opção, pois conforme explica a entrevistada FUNDII-M a falta de condição financeira para investir no curso superior que almejava a levou para a sala de aula:

Não era minha primeira opção, eu queria e achava que ia ser uma boa dentista só que a realidade do pobre é diferente? Aí eu prestei para Odontologia, passei e não consegui fazer a matrícula, me chamaram na segunda chamada e...eu não consegui fazer a matrícula? Porque eu não tinha dinheiro...é... e na verdade, eu não achei que eu fosse passar no vestibular, na primeira vez. Quando eu fiz vestibular eu tinha 19 anos e aí eu fiquei tão decepcionada porque eu não tinha dinheiro para fazer, que daí nos outros dois anos subsequentes, eu não prestei vestibular. Só que eu gostava muito de voleibol, porque eu joguei uma vida inteira voleibol, então eu comecei a me interessar em fazer Educação Física que era a minha segunda opção por conta da carreira que eu tinha tido no clube de Taubaté, nas categorias de base... (FUNDII-M)

Neste caso, evidencia-se um outro motivo para o ingresso na profissão, relacionado a condição econômica de acordo com a classe social a que se pertence. Outros estudos corroboram por evidenciar a busca pela profissão docente maior entre pessoas pertencentes as camadas mais baixas da população, como a afirmação "(...) o

Brasil atrai indivíduos com baixo rendimento acadêmico e com perfil socioeconômico mais baixo para cursos de formação de professores." (LOUZANO, 2010, p. 543).

Ao basear nossos estudos afirmando que somos seres sociais, que vivemos e aprendemos com nossas relações em sociedade, não podemos ignorar o fato de que as escolhas, inclusive as profissionais, não acontecem apenas por considerar as habilidades e intenções individuais e pessoais, mas sim, sofrem influência direta das condições sociais e econômicas, pois conforme Golveia (1970) a condição de vida é capaz de levar o indivíduo a escolher o que é viável, mesmo que isso não tenha relação direta com suas preferências e vontades pessoais.

Dessa maneira, a escolha profissional pela docência não depende apenas de vontade pessoal, mas, muitas vezes, da condição econômica do indivíduo, por falta de opções e, também, pela classe social a qual ele pertence, pois conforme Marx (2017), a condição de classe é uma das condicionantes para o desenvolvimento humano. Nessa direção, podemos acrescentar que à classe, associam-se a condição de gênero e raça.

Os apontamentos acerca do ingresso dos entrevistados na profissão, suas características com relação ao gênero, formação inicial, decisão e condições de ingresso na profissão docente, foram explanadas no eixo um, discutidas e corroboradas com outros estudos sobre professores realizados no Brasil. Observamos que os pontos convergentes dos entrevistados, se repetem em diferentes em municípios do Brasil, porém existem similaridades de condições, classe social, gênero, forma de escolha e acesso à profissão, que se encontram no cerne do magistério, quando levantados os aspectos que estão enraizados e envoltos nos profissionais que decidem pela docência.

No próximo eixo, buscamos entender as percepções dos entrevistados, em meio às discussões, acerca da polarização ideológica brasileira. Procuramos referir as fragilidades que engendram o processo, no qual se encontram envolvidos esses profissionais, perante as investidas de parte da sociedade atual, o papel que desempenham e seus posicionamentos coletivos e individuais, dentro dos espectros ideológicos, capazes de balizar, sua atuação profissional.

4.3 Polarização ideológica brasileira: a percepção dos professores

A polarização ideológica brasileira é o tema central de nosso estudo, visto que os professores se encontram no bojo das discussões políticas e foram fortemente afetados pelas ações do atual governo como de anteriores, com o congelamento e cortes de verbas para Educação, congelamento de salários, apontados por uma parcela da sociedade como “doutrinadores”, pelo movimento do projeto “Escola sem Partido” e ataques acerca de sua capacidade e qualidade profissional, que foram agravados em 2020, devido a pandemia do Covid19.

Nesse contexto, entender a compreensão que os professores têm acerca das condições atuais, de suas ideologias e seus valores, para o exercício de sua profissão é fundamental para análises desse estudo.

Com relação às discussões acerca da polarização ideológica brasileira, os professores entrevistados, ao perceberem a situação presente na sociedade atual, destacaram as seguintes impressões:

Eu percebo sim que existe dois pontos: um lado é mais forte e outro é mais fraco, o lado que está seguindo o governo, eu percebo que seja mais forte do que o outro, [...]. Bom eu percebo que é diferente, o lado que está com a política atual, anda melhor que o outro, que está só conflitando, que é o lado que está contra o governo. Eu acho que a direita é mais forte que a esquerda. (EI-M)

Olha, eu não sabia que tinha tanta polarização, eu acho que ninguém sabia, [...] eu não sabia que era tão dura essa polarização, que eles intitulam e dividem, aquela professora é de esquerda. Eles não falam que são de direita, eles apenas dizem que não são de esquerda. (FUNDI-M)

Em 2013 foi a manifestação contra aquelas construções de estádios? Gasto excessivo do dinheiro público, parecia que aquilo não ia terminar... foram os Black Blocs, aquele quebra-quebra todo. Bom, na verdade, eu acho que eu não tinha muita noção dessa polarização, eu acho que ela aconteceu mais agora, com as eleições de 2018, com a...com a... questão da eleição presidencial, ...entre o Haddad e Bolsonaro. Bom naquela época havia, na minha cabeça, acho que havia uma insatisfação? Foi uma pauta de contra corrupção, de que agora as coisas vão mudar, e no fim não mudava nada e daí acho que começou uma insatisfação com a política atual (FUNDI-H)

Realmente existe uma polarização e a gente viu essa polarização há muitos anos acontecendo nos Estados Unidos e até hoje lá, só tem dois partidos, certo? Eu acho que é uma tendência que vai ficar, eu

acho que vai ser assim para sempre agora. As pessoas não vão abrir mais um meio termo, eu acredito assim, eu posso até estar errada, o que eu acho péssimo. Eu acho péssimo, porque enquanto você tem opções, porque nem tudo é verdade nem tudo é mentira (FUNDII-M)

Eu enxergo que a polarização como uma tendência, entendeu, porque são fases, fases que acontecem, como foi na época da década de 30 o integralismo e aliancistas, entendeu? São fases, fases que acontecem e aconteceu, a gente fala do Brasil e hoje os Estados Unidos está com uma polarização maior que a nossa; a Europa está vivendo essa polarização muito forte, não parece porque a gente não ouve falar muito, mas eu tenho amigos em Portugal e eles contam que lá também está muito polarizado, é uma tendência, é um movimento reacionário muito forte, no Brasil ele chega como tendência (FUNDII-H)

Eu percebo que existe sim e vou começar pela parte da polarização, é natural, tem que ter mesmo, divergência tem que ter mesmo e se estruturou em um movimento bipartido, em dois lados: a direita e a esquerda. (EM-M)

Essa polarização, na verdade eu já enxergo ela, muito antes, desde de lá dos anos noventa ou até antes, a gente precisa fazer uma leitura, quando a gente começa o processo no Brasil pela redemocratização, a gente faz uma confusão de ideias porque, existia um mal a ser combatido - a ditadura, e nesses momentos a elite econômica, ela, tem mais facilidade de se apoderar dos meios, e quando eu falo dos meios, são todos aqueles que interferem na sociedade, os meios de comunicação, os meios de trabalho, os meios econômico(EM-H)

As narrativas convergem com nossa afirmação acerca da existência da polarização ideológica brasileira corroborando com o pensamento de Brugano e Chaia (2015) que afirmam que a dualidade entre a direita e a esquerda no Brasil ⁷reapareceu mais forte do que nunca e que a esquerda brasileira sentiu necessidade de se diferenciar da nova classe da direita e de seu conservadorismo, do mesmo modo que a direita deixava claro estar no polo contrário ao comunismo que por ela era representada pela esquerda. Dessa maneira, a sociedade foi dividida em dois grandes blocos ideológicos.

⁷ Cabe destacar que dualidade entre direita e esquerda é recorrente na história brasileira. Do ponto de vista mais amplo, esquerda e direita surgiram no contexto da Revolução Francesa (1789-1815). Desde então, os conceitos de direita e esquerda fazem-se presentes nos debates políticos e ideológicos, sobretudo no mundo ocidental. “Após a revolução francesa (1789), os parlamentos formados por toda a França entre 1789 e 1799 eram organizados de forma que os representantes da aristocracia se sentavam à direita e os comuns à esquerda do orador. Os aristocratas defendiam os privilégios da aristocracia, da igreja e a sociedade de classes que existia no antigo regime, ou seja, eram conservadores no sentido de manter as estruturas sociais vigentes até então. Já os que se sentavam à esquerda representavam os interesses da burguesia, a classe que estava pagando a conta da aristocracia e da igreja, mas que até aquele momento não tinha poder político. Entre os seus interesses estavam o republicanismo, o secularismo e o livre mercado, que iam ao encontro de seus objetivos para fortalecer o comércio e retirar os privilégios das classes que até então dominavam a política”. (<https://www.politize.com.br/esquerda-e-direita-historia-teoria/> Acesso em mai.2021)

Embora os entrevistados expressem em suas narrativas, concordância com a existência da polarização ideológica brasileira, apresentam divergências significativas acerca da percepção do conceito, bem como, do processo histórico no qual está inserida. Nesse sentido, constata-se a condição alienada entre entrevistados, independentemente do espectro ideológico que se autodenominam, como a compreensão de que tais questões se inscrevem no escopo da crise estrutural do capital e dos tensionamentos próprios da luta de classes no capitalismo contemporâneo com a implementação da agenda neoliberal.

Em relação ao processo de alienação o homem enquanto ser social, ser da práxis é produto e criação da sua autoatividade. Netto e Braz (2006, p. 44) explicam que

Conforme as condições histórico-sociais em que se realiza [a práxis] (conforme as estruturas sociais em que se insere a atividade dos homens), a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obra suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo.

Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens – aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. (NETTO; BRAZ, 2006)

Nessas condições, as objetivações, ao invés de se revelarem aos homens como expressão de suas forças sociais vitais, impõem-se a eles como exteriores e transcendentais. Numa palavra: entre os homens e as suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida- a criatura passa a dominar o criador. Essa inversão caracteriza o fenômeno histórico da alienação. A alienação é própria de sociedades onde têm a vigência da divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado, nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem, realidade dos trabalhadores brasileiros.

Segundo o Tumor (2016) é nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, que Marx oferece um esboço inaugural sobre a alienação, articulando-o com vários outros.

Conforme McLellan (1990, p. 125) citado por Tumolo (2016, p. 17) “Marx usou duas palavras alemãs para expressar suas ideias de alienação: eram elas *Entäusserung* e *Entfremdung*”. A primeira enfatiza a ideia de despossessão e a segunda, conforme explica Tumolo, se refere a ideia de algo que é estranho ou alheio.

Tumolo explica que

Marx entende que o estranhamento se manifesta na vida cotidiana do trabalhador tendo em vista que este se encontra expropriado de qualquer propriedade, seja dos meios de produção ou dos meios de subsistência. Considerando que a essência humana dos trabalhadores se objetivava nos produtos de seu trabalho e uma vez que tais produtos lhes eram expropriados e convertidos em capital, passam a se contrapor a eles processo que resulta no estranhamento (TUMOLO, 2016, p. 23).

A alienação por sua vez penetra o conjunto das relações sociais, manifesta-se primariamente nas relações de trabalho (entre o trabalhador e seus instrumentos de trabalho e seus produtos); marca as expressões materiais e ideais de toda a sociedade – esta se move, em uma cultura alienada, que envolve a todos e a tudo e por fim, as objetivações humanas, alienadas, deixam de promover a humanização do homem e passam a estimular regressões do ser social.

No contexto da crise conforme já apontando anteriormente, ocorre o acúmulo de reservas e o desencadeamento do capitalismo financeiro, precarização do trabalho-expressão das flexibilizações que afetam a vida dos trabalhadores em geral. Neste sentido,

A *flexibilização* e sua expressão multifacetada no mundo do trabalho sintetiza o que parte dos autores da sociologia tem definido, desde os anos 1980, como *precarização do trabalho*. Compreendida como processo contraditório, a precarização desperta tanto resistências por parte dos trabalhadores como, tendencialmente, apresenta-se como processo contínuo, cujos mecanismos de imposição entrelaçam-se com as necessidades permanentes de valorização de capital e autorreprodução do sistema. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p.413, grifos dos autores).

As formas de enfraquecer e desarticular os trabalhadores geralmente propiciam a fragmentação das classes trabalhadoras, assim,

É por meio desta desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, os quais são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços, e, por meio desse processo oportuniza a precarização das condições de trabalho e terceirização. (ANTUNES, 2005, p.53)

Esses processos mais amplos dizem respeito ao mundo do trabalho e guardam relação direta com o contexto de crise do capital desencadeada desde os anos 1970, a qual atinge em cheio os países em desenvolvimento, como o Brasil.

Ainda no que tange à crise, cabe lembrar que ela se refere ao “desequilíbrio entre a produção e o consumo, o que compromete a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro” (MOTA, 2009, p. 53). A autora, baseada em Rubin (1980) e Mandel (1990) explica que estas crises são inerentes ao desenvolvimento capitalista e se constituem tendências sempre presentes diante de sua dinâmica e estrutura; estas crises se manifestam quando são produzidas mais mercadorias do que a população pode comprar. Nesses casos, o processo de acumulação é afetado, pois não basta produzir mercadorias, é necessário que estas sejam transformadas em dinheiro para que retome o ciclo do capital, qual seja, produção/ circulação/ consumo.

A crise do capital produz mudanças radicais nas condições de trabalho visto que para responder à sua própria crise desenvolve processos como reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo os quais impactam a vida e o trabalho das classes trabalhadoras em todo o mundo capitalista. No Brasil, os efeitos desses processos ampliam a desigualdade social, aumenta o desemprego, agrava-se a pobreza e precarizam-se as condições de trabalho.

Conforme Galeazzi (2006) a precarização contemplaria a inexistência ou diminuição dos direitos e garantias ao trabalhador e afetaria a qualidade nas condições do exercício de suas atividades laborais. Tais condições produzem, em última instância a desorganização das classes trabalhadoras e o desmonte do sindicalismo de combate, contexto propício à aprovação de desregulamentações dos direitos conquistados coletiva e historicamente.

As ações governamentais observadas no Brasil, de maneira intensificada após o *impeachment* de Dilma Rousseff, como privatizações, sucumbência ao capital estrangeiro, diminuição do papel do Estado em áreas fundamentais para o amparo e desenvolvimento social e imposição de contrarreformas, propiciam a desorganização, precarização do trabalho e, conseqüentemente, o desmonte de representações sindicais, e a fragmentação e desmobilização das classes trabalhadoras.

A sociedade brasileira, discute em linhas gerais as políticas governamentais e seus desdobramentos e, para os professores, não é diferente, pois, afinal, são trabalhadores assalariados e tais políticas também lhes dizem respeito.

Cabe ressaltar, que nossas inquietudes vão ao encontro das percepções acerca das atividades laborativas de professores, pois estão comprometidos diretamente com a formação de indivíduos, portanto, inferimos que suas discussões deveriam ser mais fundamentadas e aprofundadas, propiciando reflexões mais desalienantes.

Nesse sentido,

[...] o professor precisa se colocar na situação de um cidadão de uma sociedade capitalista subdesenvolvida e com problemas especiais e, nesse quadro, reconhecer que tem um amplo conjunto de potencialidades, que só poderão ser dinamizadas se ele agir politicamente, se conjugar uma prática pedagógica eficiente e uma ação política da mesma qualidade (FERNANDES, 1986, p. 31)

As narrativas dos participantes FUNDII-M e FUNDII-H indicam que a polarização se caracteriza como uma tendência no Brasil, acompanhando a situação de polaridade instaurada mundialmente.

Entretanto, esses mesmos participantes não explicaram os motivos de tais interpretações, expondo a superficialidade de suas percepções ainda no senso comum, traduzindo a sua condição de alienação. O trabalho do professor assim como os demais trabalhadores é alienado, não permitindo reflexões acerca de seu papel, capacidades e desenvolvimento.

O entrevistado FUNDII-H e FUNDII-M apontam que a polarização é uma tendência mundial, citando os Estados Unidos e a Europa, como sociedades também polarizadas e discorrem para a normalização/ naturalização desse processo.

As narrativas dos professores FUNDI-M, FUNDII-M, EM-M e EM-H relatam sobre outro fenômeno contemporâneo gerado para os trabalhadores - o desgaste emocional, advindo de relações mais restritas, fomentados de maneira significativa pelas redes sociais, como *WhatsApp e Facebook*, por exemplo.

Para GOMES (2004, p. 43) vivemos “em uma sociedade informacional, também conhecida como sociedade em rede, em uma “dinâmica ininterrupta e flexível de troca de dados, sobretudo através da comunicação virtual [...]”

As discussões políticas acerca da polarização ideológica minaram as relações intersubjetivas, incluindo os núcleos primários destas relações, como familiares e amigos próximos, como observamos nos extratos de fala abaixo,

Depois que aconteceu isso com o PT, no impeachment e depois teve uma nova eleição, a gente viu isso muito dentro de casa, nossas famílias estavam divididas e continuam, eles estão mais um pouco envergonhados eu acho, que não tocam nem mais no assunto, porque a situação está tão grave que eles não tocam mais no assunto. (FUNDI-M)

[...] dá para se perceber até pelas discussões em redes sociais que eu acho uma grande babaquice, mas as pessoas se polarizaram de uma maneira, que no meu ponto de vista. Não foi legal para lado nenhum. Eu acho que a gente fala muito de respeito, a política, a religião, enfim e na verdade a gente não tem visto nada disso [...] o que eu vejo muito nas redes sociais hoje, é um povo defendendo tanto lado, quanto o outro, como se fosse uma verdade absoluta [...] eu sei lá, é um assunto tão desgastante, é tão... eu perdi amizades por conta desse posicionamento político nas últimas eleições. (FUNDII-M)

Cabe ressaltar, o papel das redes sociais na disseminação e manutenção dos discursos de ódio, falta de debate e manutenção do “efeito bolha”, facilitado pelas interações em redes sociais, propiciando que a polarização ideológica brasileira ganhe cada vez mais espaço, para discussões, acirradas e acaloradas nos ambientes digitais. Nesse sentido,

[...] as pessoas cada vez mais conversam umas com as outras sobre política, com frequência para ferozmente divergir e polemizar, gerando com isso uma tendência à polarização e à formação de câmaras de eco ou bolhas digitais que se fecham em ambientes de alta afinidade entre os seus membros. (GOMES, 2018, p.91)

Para o autor, é perceptível o crescimento acerca das discussões travadas nas redes e os estudos de tais discussões estão subdivididos em três eixos de discussão: a conversação política; exposição seletiva e heterogeneidade; divergência e polarização.

De acordo com os algoritmos utilizados pelas redes sociais, os assuntos ficam evidentes, de acordo com o perfil do usuário, independentemente de sua vontade. Nesse sentido, “a seleção do conteúdo é automática e não depende de vontade do usuário, mas de uma classificação algorítmica feita a partir do comportamento deste usuário na rede e das notícias a serem publicadas.” (GUEDES, 2017, p. 76).

Ao analisar a rede social *Facebook*, o autor sinaliza para a falta de controle dos usuários ao publicar seus conteúdos, pois não há como mensurar, em qual *feed* de notícias a publicação aparecerá.

As redes sociais, portanto, segundo Bosco (2017) são a exposição e disseminação das formas de agressão e violência escancarada nas redes e com as ações de “bloqueio” do outro, que o “elimina” em visualizações e comentários.

O autor expõe a possibilidade da visibilidade dos “invisíveis socialmente” e esclarece que a busca pelo reconhecimento identitário das minorias é a busca pela aceitação. Assim, se de um lado existe a necessidade de se fazer notado e validado como grupo, do outro, está estabelecida a condição do grupo com poder, representado pelos padrões sociais já estabelecidos e que vão ao encontro aos discursos acerca da família tradicional, da subalterna condição social de negros e mulheres, da não aceitação de grupos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer +(LGBTQIA⁸+), são exemplos de formas de poder, um poder estabelecido socialmente.

No escopo dessa polarização, conforme expõe Bosco (2017) tanto a esquerda como a direita brasileira tentam se diferenciar de maneira categórica uma da outra. Da mesma forma o não pertencimento e aceitação de um polo para com o outro se apresenta, no sentido do extermínio e aniquilação. Na análise do autor, enquanto a esquerda busca anular as ações da direita no sentido de imobilizar as políticas de governo, que proporcionam cada vez mais a invisibilidade das minorias, a direita brasileira manifesta o desejo de exterminar à esquerda, como se os indivíduos com espectro ideológico de esquerda fossem um “vírus comunista e socialista” que precisam ser eliminados e abatidas.

Desse processo, resultam, sobretudo nas redes sociais, políticas do cancelamento, percebidas pela entrevistada EM-M

“à internet amplificou as ideias, redes de ódio, a cultura do ódio, agora tem sido muito comentado, existe nas redes a política do cancelamento, que na verdade sempre existiu. Antigamente, quando a gente brigava com um amiguinho na escola um grupo de amigos ficava sem falar com a gente, a gente ficava isolado, hoje esse é o “SER cancelado”, se você se expressou mal ou disse algo que o outro não concorda você é cancelado e comprovado por meio dos prints,

⁸ Movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para a comunidade. O seu nome demonstra a sua luta por mais igualdade e respeito à diversidade.

porque hoje tudo é printado e a política do cancelamento é importante, porque ela veio da direita, mas foi incorporada pela esquerda também.[...] na internet isso ganha proporções inimagináveis e nós vivemos hoje a cultura do like, hoje você posta algo e você atinge três mil, cinco mil likes, a gente nem tem tudo isso de amigos, mas tem tudo isso de like, a questão do like é perigosa. Porque quanto mais absurdo, mais like tem, você sabe que é mentira, você sabe é um post tosco, mas você adora curtir e compartilhar, então a mídia intensifica e amplifica fake News.”

Por esse motivo, é importante sinalizar que existe uma mudança cultural e política, em que as ideologias, supostamente, se apresentam fortemente polarizadas na sociedade brasileira atual.

Tais fatos nos levam a refletir se a polarização é uma tendência, é um processo “natural”, que se pode observar inclusive como uma tendência mundial, quais os motivos do acirramento ideológico nas redes sociais, e nos núcleos familiares e grupos de convivência de anos? Ou se na verdade a polarização sempre existiu, ou existe faz tempo como apontado em algumas narrativas dos entrevistados?

A polarização ideológica origina-se nos polos antagônicos das classes sociais, em que as tensões entre elas dividem a sociedade cada vez mais em dois campos opostos, como nos apontam Marx e Engels (2008). Dessa maneira, a polarização não é natural, mas, um produto resultante da desigualdade social, do conflito entre o capital e trabalho, observado nas múltiplas expressões sociais observadas nos discursos e processos da polarização.

Nesse sentido, podemos associar a sociedade atual como a descrita e por Sérgio Buarque de Holanda no seu livro “Raízes do Brasil” (1936):

O conceito de cordialidade no pensamento buarquiano trata do aspecto cultural da personalidade brasileira, presente nas relações e vínculos da sociedade, sendo expressivo inclusive na intimidade, na religiosidade e mesmo nas questões mais públicas, como a orientação ou comportamento em assuntos políticos. (TAVARES; QUIROGA, 2015, p.114)

Assim, na perspectiva buarquiana a cordialidade presente na sociedade brasileira, por meio do homem cordial irá contemplar as relações mais próximas, daquilo que serve e alimenta grupos pessoais, que comungam da mesma ideologia, ou seja, aquele que faz parte do núcleo de pertencimento com a mesma visão de mundo. Deste modo, partilham das ideologias e, conseqüentemente, aprovam e são cordiais entre si.

Ao observarmos o posicionamento ideológico dos entrevistados podemos considerar que três deles se definem dentro do espectro da esquerda:

Em relação ao posicionamento, eu me posiciono a esquerda, porque eu acredito, até pelo meu trabalho, que o mundo pode ser melhor sim, que ele pode ser mais justo, [...] e como eu decidi o que seria por volta dos 14 anos e hoje eu tenho 37, minha história de vida está muito fundida na história da minha profissão e eu escolhi essa profissão, porque eu acredito sim, que dá para mudar uma estrutura que já está estabelecida. (EM-M)

[...]aí eu decidi me filiar a um partido político em Taubaté, o Partido dos Trabalhadores, e eu resolvi ser candidato, aí eu comecei a participar de vários movimentos sindicais, ajudando o pessoal, em movimento dos metalúrgicos ao qual eu participava, no movimento dos professores, já tive em duas manifestações na Praça da República em São Paulo, [...] (EM-H)

Então, nós temos uma esquerda e eu me vejo nela, não na extrema esquerda, mas em uma esquerda, que passa por uma desunião muito grande, [...] (FUNDII-H)

Na narrativa do participante EM-M observamos que a sua história de vida e sua história profissional, a levaram a um posicionamento político de espectro esquerda, por entender-se como classe trabalhadora,

[...]não teria como agir diferente, porque a história de vida se funde com a história profissional. [...]eu escolhi essa profissão, porque eu acredito sim, que dá para mudar uma estrutura que já está estabelecida.

O extrato da narrativa da professora EM-M nos faz questionar sobre a responsabilidade depositada nos profissionais da educação para além de suas capacidades, pois se observa visão ingênua para perceber que a ordem burguesa não será rompida apenas com a atuação de professores em sala de aula. Há, portanto, nesse discurso certo messianismo na percepção do potencial transformador de uma profissão. Este processo é vivenciado por inúmeras categorias profissionais, sobretudo aquelas que atuam diretamente à população. No entanto, cabe lembrar que a superação da sociabilidade do capital somente se dará por meio de processo revolucionário com o protagonismo das classes trabalhadoras em seu conjunto, partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais.

Com relação a narrativa da professora EM-M, observamos que ela expõe o sentimento de pertencimento de classe, mas não ainda, a consciência de classe. Lukács

(2003) afirma que só é possível o desenvolvimento da consciência de classe, em uma sociedade capitalista e que tal consciência, quando despertada pela classe operária, possibilita que aquele grupo atue em prol de melhorias salariais e condições de trabalho.

A consciência de classe também nos parece nebulosa na narrativa do entrevistado FUNDII-H, professor de História, ao mencionar as tensões ideológicas existentes dentro dos movimentos e organizações sociais de espectro esquerda, inclusive afirmando participação

[...] crítica sobre crítica e desunião, inclusive dentro de movimentos sociais, eu já participei de alguns, isso faz com que os movimentos se enfraqueçam e são coisas pequeninhas, pequenas mesquinhas, de coisas de micropoderes, que quebra todo movimento, às vezes uma interpretação de MARX, como se a obra “O capital” fosse uma Bíblia. .

À primeira vista, pode parecer que as divergências apontadas pelo professor FUNDII-H enfraquecem a esquerda, entretanto cabe assinalar que a pluralismo de ideias é uma dimensão cara à essa perspectiva ideopolítica.

Se a esquerda é plural considerada em sua integralidade, também o é em campos ideológicos específicos como o marxismo. A obra original de Marx e Engels, assumida por seus seguidores, sofre as consequências inerentes à luta política, às diferentes interpretações, determinadas por conjunturas e atores diferenciados. A obra transforma-se no dogma assumido, defendido, interpretado e reinterpretado, conforme as exigências históricas e as contendas entre os marxistas. Como há várias interpretações, isto é, uma multiplicidade de leituras do texto “sagrado”, a legitimidade do comentador e do comentado está sob disputa. O monopólio do comentário legítimo depende da derrota dos concorrentes. Aos de fora a “guerra de palavras” pode parecer insano, bizantino e risível, mas não são apenas “batalhas” pelo discurso legítimo: é o capital simbólico que se encontra sob fogo cerrado de todos os que almejam a legitimidade. (SILVA. 2009, p. 91-92)

Ainda em narrativa esclarece que a desunião da esquerda brasileira, acarreta o não fortalecimento de um projeto único, no sentido de combater a direita e ter condições reais nas eleições, também pontua suas percepções sobre o ocorrido no pleito eleitoral, das eleições municipais no ano de 2020:

Você veja em São Paulo, tem 4 candidatos de esquerda para competir a eleição, para que dividir tanto nesse tempo que a gente vive de desunião? Acaba enfraquecendo a esquerda, então eu sou crítico dessa mesquinha, eu me incomodo e sou contra, entendeu? Não estou falando dos fanáticos, mas das divergências. (FUNDII-H)

A percepção acerca da divergência e divisão da esquerda brasileira, deve ser analisada em meio ao processo histórico de sua constituição. Silva explica:

A esquerda marxista deve ser analisada em sua historicidade. Nessa perspectiva, “esquerda” e “marxismo” se referem a significados plurais que expressam diversidades próprias da práxis política humana em diferentes contextos. É possível, portanto, identificar uma esquerda autoritária, liberal, democrática, anarquista, marxista etc. O mesmo pode-se afirmar quanto às ideologias que se assumem “de esquerda”. Nenhuma delas é homogênea: não há “o marxismo”, mas “os marxismos”; como também seria incorreto se referir ao anarquismo no singular, pois há vários anarquismos. (SILVA, 2009, p. 93)

Na fala do entrevistado EM-H encontramos uma consciência crítica, que se expõe na leitura que faz, por exemplo, dos governos petistas:

Nunca achei um governo de esquerda, no máximo um governo trabalhista com um pouco de viés de esquerda, tanto que se a gente for pensar, a gente pode ver um lado positivo, que o setor industrial, teve ganhos maiores que o setor econômico, de investimentos o setor bancário, ele obteve mais êxito durante esses governos, coisas que as pessoas não sabem analisar, mesmo assim até o momento, também tinha sido os maiores ganhos que aqueles bancos haviam tido, quer dizer, apesar da indústria ter crescido mais.

O professor demonstra conhecer o processo vivenciado pelos governos do PT na medida em que relembra a ausência de uma ruptura com o modelo capitalista, ao contrário, o partido manteve o processo de acumulação capitalista, favorecendo banqueiros, alimentando a ciranda financeira, empreiteiros etc.

Ainda que, os governos petistas, tenham desenvolvido algumas importantes ações para a o enfrentamento da pobreza, essas não expressavam a ruptura com o modelo neoliberal - estratégico para a retomada da acumulação capitalista (HARVEY, 2008).

Aliás, cabe lembrar a emblemática Carta ao Povo Brasileiro⁹ de Lula da Silva em 2002 escrita no intuito de contrapor os ataques proferidos pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e demais adversários políticos do PT em relação aos riscos que o partido representava, sobretudo, à propriedade privada. Na Carta, Lula da Silva buscou dissuadir tais suspeitas ao mesmo tempo em que acenava para reformas e não mudanças estruturais tão necessárias, ou seja, a Carta representou a tentativa lulista

⁹ Para maior aprofundamento a respeito da Carta ao Povo Brasileiro veja: DIAS, R. P. Carta ao povo brasileiro: recepção dos banqueiros à entrada do PT no poder. VII Colóquio Internacional Marx Engels. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6742_Dias_Rodolfo.pdf

de realizar a conciliação de classes, aspecto distante do projeto revolucionário da genuína esquerda.

A narrativa do professor EM-H vai na direção do pensamento de Braga, no livro “A Política do Precariado”, em relação a “dialética lulista”:

Combina o consentimento passivo das massas – que, seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram ao governo – com o consentimento ativo das lideranças sindicais – seduzidas, por sua vez, por posição no aparato estatal, fora as incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão. (BRAGA, 2012, p. 37)

A consciência de classe ainda precisa ser construída e interiorizada. Assim:

Este processo [da consciência] é ao mesmo tempo múltiplo e uno. Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo. (IASI, 1999, p.14)

A ideia de ser livre e gozar da liberdade está diretamente ligada à consciência do sujeito, acerca do seu pertencimento de classe, porém, como nos apontam Marx e Engels (1984), a consciência do indivíduo é construída historicamente de acordo com a classe à qual ele pertence. Dessa maneira, consciência de si, por si só, não liberta o indivíduo, não é capaz de resultar na libertação real. Neste sentido, os pensamentos são construídos de acordo com os meios sociais, assim, o indivíduo pensa o que foi construído socialmente para pensar em um mundo real, pensando de acordo com o meio em que vive.

No que tange a consciência de classe, importante destacar que no contexto atual de fragmentação das classes trabalhadoras seja por conta das mudanças operadas no mundo do trabalho, pelas desregulamentações promovidas pelo estado com vistas à reprodução do capital, o aumento de trabalhadores desempregados ou na informalidade, o discurso do empreendedorismo entre outros, inibem o processo de organização das classes trabalhadoras, o que, em última instância, dificulta em muito o processos de consciência de classe. Nessa direção Vasapollo (2007, p. 127) observa que “o traço distintivo do trabalhador precarizado e difuso é dado por sua dificuldade em se considerar como sujeito coletivo.”

Na sociedade brasileira, observa-se o desenho de um projeto social estabelecido para os professores, que está relacionado com a condição econômica e classe social dos indivíduos, que são “ideais” para a profissão docente. Como nos apresenta Marx e Engels (1984) acerca da naturalidade com que as classes dominantes que detêm e controlam os meios de produção, também se colocam como controladores da disseminação do conhecimento, o que, faz com que suas ideias apareçam como absolutas e universais.

Dessa forma, se estabelece a condição de classe e o modelo de professor idealizado pela sociedade brasileira.

O modelo de professor ideal é definido pelas condições econômicas e a classe social, aos quais estes trabalhadores pertencem, pois, o atrativo financeiro e a perspectiva capitalista para a necessidade de consumo, fica explícita quando nos atentamos a outro extrato de fala da entrevistada, no qual aponta que, que escolheu sua profissão aos 14 anos e que gostou demais, porque poderia trabalhar

[...] eu gostei demais, porque era o nível técnico, daí no segundo ano em diante já comecei a trabalhar, arrumei estágio em escola particular de auxiliar de classe, e por aí foi. (EM-M).

Neste contexto, a necessidade de trabalho precoce para adquirir “coisas”, torna explícita a ideia de que a escolha profissional não é livre, e que as expressões sociais resultantes de uma sociedade capitalista, ceifa a liberdade e é condicionante para escolha e ingresso na profissão docente.

Dessa forma, para Marx e Engels (1984) o ato da libertação é um ato histórico e não de pensamento, só poderá acontecer quando as condições para conseguir comida, bebida, habitação e vestuário, na qualidade e quantidade perfeitas, mas ainda assim, será balizada pelas relações históricas e regulada pelos responsáveis pela indústria, comércio, agricultura, câmbios. Para os autores, caso o sujeito consiga desenvolver de maneira suficiente, a autoconsciência de sua condição e a crítica pura da realidade, as classes dominantes as eliminarão de alguma forma. Neste sentido,

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade, é ao mesmo tempo o seu poder espiritual dominante [...]. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam uma classe dominante de uma

classe, portanto as ideias do seu domínio. (MARX; ENGELS, 1984, p. 56).

O entrevistado FUNDI-H, apontou ter ideologia voltada ao espectro da direita, sobretudo pela forma como se refere à esquerda, como “*aquela esquerda*”, “*o dano que a esquerda causou em nosso país*”, bem como, se mostra favorável às pautas mais conservadoras, demonstra apoio às atitudes do presidente da república em exercício. Assim, pode-se considerar seu posicionamento ideológico como de direita, na medida em que faz a crítica aos conteúdos de Paulo Freire, por exemplo, ensinados, segundo ele, em sua formação no Ensino Superior. Também, defende uma formação mais tecnicista, em detrimento de uma formação mais filosófica ou humanista. Por tais elementos podemos inferir que são próprios de um discurso conservador e de direita.

E quando a gente vai para as universidades, parece que o negócio, é... principalmente quando se fala de humanas, o negócio parece que para ali, numa filosofia, numa ideologia que acho que não agrega nada para o país. Bom eu acho que em 2018 isso ficou muito marcante, lá na votação do Aécio, eu acho que as pessoas não votaram no Aécio, elas votaram contra a Dilma, né? Porque ninguém mais aguentava aquela esquerda. [...] enfim, surgiu 2018, né... com o Bolsonaro e o pessoal mais conservador começou, a não ter vergonha de assumir que era conservador, porque queria mostrar sua opinião [...] eu sou ativo, eu entendi qual foi o dano que a esquerda causou em nosso país, [...] nós continuamos a trabalhar com as mesmas metodologias, com nomes diferentes, mas nunca saímos do mesmo lugar comum. Eu acho que agora, com esse novo governo, as propostas são mais diferentes, principalmente para a Educação, algo muito mais técnico, algo muito mais comprovado, então, né...todo mundo fala do Paulo Freire e é verdade, né, na faculdade a gente só aprendeu sobre Paulo Freire, a gente nunca aprendeu sobre outros caras[...] (FUNDI-H)

Cabe lembrar que desde 2013 assistimos a um verdadeiro ataque ao educador Paulo Freire¹⁰, relacionando-o ao comunismo e às práticas libertinas. Nessa direção, a

¹⁰ Paulo Freire (1921-1997) foi um educador brasileiro, criador do método inovador no ensino da alfabetização para adultos. Sua filosofia educacional expressou-se primeiramente em 1958 em sua tese de concurso para a universidade do Recife, e, mais tarde, como professor de História e Filosofia da Educação daquela Universidade, bem como em suas primeiras experiências de alfabetização como a de Angicos Rio Grande do Norte, em 1963. Foi professor de Harvard e consultor especial do departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra (Suíça). Foi professor em universidades no país como a UNICAMP e PUC, em 1989 foi Secretário de Educação do município de São Paulo. O pensador é reconhecido no mundo inteiro, principalmente no campo da Educação enquanto inovador revolucionário da educação de adultos, nos países em desenvolvimento – sobretudo na América Latina – desde a década de 60 e por sua capacidade de fazer generalizações universais a despeito de sua raiz cultural específica (MAZIERO, 1996).

pedagogia de Freire passa a ser atacada como “doutrinária”. A crítica dos setores conservadores ao Educador e à sua teoria

carrega a injusta acusação de que Paulo Freire é um doutrinador, quando, na verdade, toda sua obra possui em si um valor essencial: o diálogo. Os setores conservadores que atacam a teoria freireana possuem imensa dificuldade de produzir críticas com um mínimo de fundamento científico capaz de refutar e contrapor a teoria freireana. Limitam-se à acusação de doutrinação negando a dialogicidade, certamente, marca central de suas obras. (RIBEIRO, 2018, p. 227).

De fato, é possível compreender o ataque à Pedagogia Freireana se consideramos o contexto no qual foi produzida, ou seja, contexto de exacerbação do irracionalismo pós-moderno¹¹, de negacionismo¹² em relação à ciência, do retorno ao tradicionalismo¹³ e combate à diversidade e à diferença¹⁴, intolerância e fundamentalismo religioso. É nesse caldo cultural que surge o projeto “Escola sem Partido”, conforme já mencionado anteriormente. O projeto visa delimitar as ações educativas de escolas e professores, que devem dar continuidade à reprodução de valores impostos pelas famílias, de um determinado grupo, nos ambientes escolares, anulando os direitos de discussão, percepção, convivência e compreensão de outras formas e concepções.

Dessa maneira, para além de ferir a liberdade de cátedra dos professores, as propostas do projeto, ceifam as possibilidades democráticas de construção do

¹¹ O Irracionalismo pós-moderno prevê a fabricação de mitos. Neste sentido, é “o meio encontrado para que as construções puramente idealistas possam assumir um papel da realidade, na explicação dos fenômenos objetivos. Assim o mito opõe-se ao conhecimento científico dissimulando e tornando obscuras as consequências sociais das aquisições da ciência”. (SOBRINHO, 2014, p.17)

¹² Negacionismo entendido como um movimento político capaz de abranger grande número de pessoas, com o objetivo de negar fatos históricos e evidências científicas, produzindo nos indivíduos ignorância em uma dada situação. (HAIKAL, 2021)

¹³ O tradicionalismo é hoje uma filosofia política com contornos nítidos, na história das ideias. Karl Mannheim, no seu ensaio sobre o pensamento conservador, ainda na década de 20, mostrou sua originalidade ao distinguir a atitude cultural e psicológica de manutenção do status quo, da ideologia e filosofia política surgida, em fins do século XVIII, e que, em oposição à Revolução Francesa, defendia a tradição e buscava conservar a antiga ordem. (MACEDO, 1979, p.227).

¹⁴ A lógica neoconservadora de combate à diversidade, segundo Biroli (2018) objetiva, no primeiro momento, incluir nas normas educacionais o direito dos pais de educar seus filhos, dentro de seus valores morais e religiosos, trazendo à tona a discussão, porque o projeto Escola sem Partido representa dois conjuntos de valores deste grupo. Um, é evidenciado combate ao comunismo e ao marxismo, o outro em combater a “ideologia de gênero”. Além destes valores, torna-se exposto que a “parcialidade combatida é aquela que traria para a sala-de-aula perspectivas críticas ao sistema de propriedade vigente e às desigualdades sociais; na segunda vertente, por sua vez, o combate é dirigido a perspectivas críticas às desigualdades de gênero e às formas de violência ancoradas no sexismo e na heteronormatividade.” (BIROLI, 2018, p.86)

conhecimento de maneira ampla e autônoma, capaz de instigar o pensamento, a reflexão e não apenas a reprodução mecânica de conteúdos.

Guilherme e Picoli (2018) apontam que as propostas do Projeto “Escola sem Partido”, buscam construir obstáculos para o pleno desenvolver-se enquanto humano, pois ao retirar a “política” dos espaços escolares, desarticula as possibilidades de reflexão e ação dos indivíduos acerca das condições de vida, leitura do mundo e da própria política.

Para Frigotto (2017), o projeto limita todas as atribuições referentes ao ofício do professor e sua atividade docente, excluindo a autonomia da diversidade pedagógica, liberdade de ensinar, e até mesmo a liberdade de expressão.

Os professores, ao desenvolverem-se em sociedade, constroem seus valores de acordo com suas experiências e vivências sociais, não havendo neutralidade no processo de desenvolvimento, como abordamos anteriormente. Dessa maneira, os valores não são deixados de lado no desempenho de suas atividades laborativas, imprimindo em suas formas de expressão, suas ideias, crenças e pensamentos.

Nesse sentido, a entrevistada FUNDI-M, expõe

[...]então se a gente tem uma democracia, se a gente tem em Estado laico, então a gente não pode ter interferência de outras coisas, né, se a educação nossa é pautada na criticidade, de construção de conhecimento, né, a escola tem o seu papel de educação, de instrução, mas quando você vem pra sala de aula, não é que você não deixa pra fora tudo que você pensa, não, mas ali deve ser respeitado todos os princípios familiares, qual a educação que você teve, porque a gente aprende em vários lugares, não é porque você aprendeu aqueles valores, em sua casa, que eles estão certos e servem pra todos, não, de repente sua formação não foi tão boa, então dentro da escola a gente não pode ter isso [...].

A professora manifesta sua preocupação em respeitar o direito à pluralidade de ideias, previsto na Constituição Federal, artigo 206, inciso III: “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistências de instituições públicas e privadas de ensino”.

O projeto “Escola sem Partido”, como observamos, objetiva limitar, intimidar e desqualificar o trabalho dos professores.

Para Frigotto (2017, p. 41) “A desqualificação do professor no projeto aparece como a remoção, até explicitamente, de todas as atribuições do professor, chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão.” Nesse sentido, se faz mister, compreender quais são os posicionamentos e percepções dos professores acerca do projeto.

A entrevistada EI-M considera que os professores influenciam o aluno e se refere da seguinte maneira ao projeto:

[...] tem até aquela discussão, daquele Escola Sem Partido, que dizia que os professores doutrinavam os alunos e eu acho errado, eu acho que a gente tem que passar sim o conhecimento, mas sem puxar para nenhum dos lados, você tem que ir mostrando, você vai ensinado para pessoa colocar a opinião dela, entendeu, é aquilo que já mencionei o que é certo para você, pode não ser para o outro. Então, é uma construção sua, particular sua, embora, a gente, da Educação Infantil, não estava envolvida nessa discussão.

Em sua narrativa a professora EI-M que atua na Educação infantil entende que cabe ao aluno fazer as suas escolhas e que o professor deve trazer o conhecimento sem “puxar para nenhum dos lados.” Esse extrato de fala nos permite indagar sobre o que é o conhecimento e para que ele serve. Evidentemente, há diferentes percepções sobre essa questão.

Paulo Freire, por exemplo, considera que o conhecimento deve ser produzido junto com os educandos considerando a realidade deles e possibilitar a sua autonomia, pois considera o educando sujeito de sua própria história:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos momentos distintos. “O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação”. Já o segundo momento, após a transformação da realidade opressora, “esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação”. (FREIRE, 1968, p. 26) e, nesse processo, o educador assume lugar fundamental, na medida em que o processo de transformação exige, além da consciência, a organização (GADOTTI, 2012) exigindo a construção de estratégias e táticas viabilizadoras de conquistas e espaços na sociedade. (BRISOLA; RIBEIRO; SEBASTIÁN-HEREDERO 2020, p. 22)

Contudo, como nos alerta Guerra (2009) o modelo de educação na sociedade burguesa é aquele que prima pela razão instrumental na qual o conhecimento é considerado valor de uso e deve privilegiar a técnica e o imediatismo em detrimento de

uma razão crítica, logo, essa lógica é geradora do processo de reificação, no qual o conhecimento não ultrapassa as aparências dos fatos, nem a experiência imediata. Nessa direção, o conhecimento é instrumento fácil da manipulação, pois conforme explica-nos Luckács:

Se de fato a ciência não almeja conhecer de maneira mais adequada possível a realidade do ser em si, se não se esforça a descobrir com métodos cada vez mais aperfeiçoados novas verdades que necessariamente também são fundadas ontologicamente e que aprofundam e multiplicam conhecimentos ontológicos, em última instância, a sua atividade se reduz a sustentar a práxis no sentido imediato. Se a ciência não pode ou, talvez, conscientemente não quer ir além deste nível, a sua atividade se transforma em uma manipulação dos fatos que interessam aos homens da prática (LUCKÁCS, 1988, p. 103)

Ainda analisando a fala da entrevistada EI-M, percebemos contradição em seus posicionamentos, pois em outro extrato da narrativa expõe

eu sei que eu não gostaria de ser vigiada ou julgada por tudo que eu faço na sala de aula, nem condenada por isso [...] eu entendo que a gente não pode ser condenada se está possibilitando o aluno pensar, e esse “escola sem partido” parece que não queria isso, queria lá todo mundo na filinha.

Como vimos afirmando ao longo desse trabalho os processos em curso de manipulação ideológica acabam por obscurecer a realidade, bem como as possibilidades de autonomia dos indivíduos. Logo, os sentimentos expressos pela professora EI-M coadunam com o momento histórico que estamos vivendo.

Ainda no que tange ao projeto “Escola sem Partido”, os professores EM-M e FUNDII-H mencionaram momento vivido em audiência pública na câmara municipal de Taubaté:

Há um tempo atrás se reviveu o projeto “Escola sem Partido”, foi a coisa mais dolorosa que eu vivenciei na profissão, naquele momento eu vi meus colegas sendo agredidos, sendo chamados de doutrinadores por desconhecidos, por alguém que não te conhecia e isso foi muito doloroso, isso aconteceu na câmara dos vereadores de Taubaté há uns dois anos atrás. Aquilo foi um desrespeito muito grande com uma classe de profissionais muito importante para a sociedade, que são os professores [....] (EM-M)

Eu fui à câmara municipal de Taubaté quando teve aquele movimento do projeto “Escola sem Partido”. Eles estavam com cartazes escrito “USTRA VIVE”, “VIVA A TORTURA”, eu

denunciei para poder tirar o cartaz, e disse para ele:-Meu amigo o que você está fazendo, o que você fez pela Educação? e ele me respondeu:- Professor estou fazendo isso para defender você, para que nenhum aluno te bata na sala de aula. Para você ver, o mesmo que exalta a tortura disse que era para eu não apanhar. (FUNDII-H)

Para o entrevistado FUNDII-H, que leciona a disciplina de História

É uma luta por discurso, é uma luta por discurso dentro da história, então o Escola Sem Partido, vai para bater direto nas disciplinas de humanas e a gente não pode permitir, não podemos permitir, que toda a pesquisa universitária, toda a ciência e sua verdade se perca, deixando a verdade, para o que eu posso chamar de pós verdade, uma verdade fabricada, por exemplo, o Zumbi dos Palmares, eles querem que a princesa Isabel volte a ser o mártir dos escravos, alegando que na África já tinha escravos e os brancos apenas jogaram um jogo que já era jogado e que por isso não teriam culpas. Esse olhar tem uma ideologia embutida, que tira a legitimidade das cotas, descaracteriza os movimentos negro e sociais.

A narrativa do entrevistado, demonstra indignação quanto ao vivido na votação do referido projeto no município de Taubaté e aponta a necessidade de resistência às investidas advindas de determinados grupos favoráveis ao projeto, para garantir o desempenho da docência com liberdade, pois ao contrário, “[...] o professor seria a única categoria profissional no Brasil que não teria liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional.” (FRIGOTTO, 2017, p. 41), contudo não deixa claro como essa indignação individual se transforma em luta coletiva.

Já os posicionamentos do professor FUNDI-H validam a ideia de doutrinação explícita no projeto, pois afirma que

[...] existe uma doutrinação no Ensino Fundamental II, no Ensino Médio e nas faculdades, isso existe, porque a gente pode começar, bom se a gente começar pelas faculdades a gente pode pegar os trabalhos, as monografias, os TCC, os mestrados, os doutorados, são poucos os que defendem o conservadorismo. Então, tem um lado, se pegar os professores de História, de Geografia, eles são, como eu na Pedagogia, a gente só leu um tipo de viés, só leu um tipo de filósofos, que só defendiam os movimentos de esquerda, ideias de esquerda.

O entrevistado generaliza, ao citar os professores de Geografia e História e deduzir que são de esquerda, e que a doutrinação acontece dentro deste espectro ideológico, como se não houvesse outra forma de pensar.

As falas são contraditórias, quando analisadas acerca da doutrinação, pois o professor se denomina pertencente ao espectro de direita, mas aponta que as instituições de Ensino Superior, apenas apresentam em seus currículos, o que ele denomina de “*filósofos de esquerda*”, por isso percebe a doutrinação.

Conforme mencionado anteriormente as formações profissionais majoritariamente acontecem em atendimento a resoluções, diretrizes curriculares, ou seja, construções coletivas e institucionais que dão a direção a tais formações. Entretanto, cabe destacar que, o processo de construção de projetos de formação, são perpassados por disputas ideológicas, razão pela qual em determinados momentos tendem para um ou outro lado, dependendo da correlação de forças ali imbricada.

Contemporaneamente, por exemplo, o projeto educacional se adequa às necessidades de resposta do capital à sua crise, por meio da contrarreforma da Estado. Atualmente, “o mercado e a inovação tecnológica referenciam a reforma educacional” (KOIKE, 2009, p. 205).

Na análise lucida de Kuenzer (2006) o projeto educacional voltado para o mercado produz uma “redução epistemológica” funcional à formação de subjetividade pragmática, polivalente, competitiva, empreendedora, adaptativa, individualista de forma a contribuir com a reprodução capitalista.

Dessa maneira, perguntamos: se existe doutrinação e ela acontece nos ambientes escolares sob à luz da esquerda, como esse professor é de direita? Dentro dessa perspectiva, podemos afirmar que não há doutrinação? Em ambientes polarizados existe a disputa entre os discursos, visando atrair maior adesão que corroborem com essas ideias. Nesse sentido, podemos considerar que o projeto Escola Sem Partido, possui uma intencionalidade e está destinado a atender um lado ideológico e “com partido”, o da direita.

Dessa maneira, recorreremos a Frei Betto (2016, p.66) que expõe suas impressões acerca do posicionamento dos autores do “Escola sem partido”, em um compilado, com textos de vinte autores, a fim de, desmontar os discursos embricados no projeto. “Uma das falácias da direita é professar a ideologia, de que ela não tem ideologia. E a de seus opositores deve ser rechaçada.”. Ainda segundo o autor, a ideologia é um conjunto de ideias, que não caem do céu, mas são construídas socialmente dentro de um contexto histórico. Nesse sentido, os valores, a religião, a cultura, as tradições, nortearão as

ações, inclusive dos professores. Uma vez que essas formações são pluralizadas, ou seja, acontecem de maneira diferente entre indivíduos, logo questiona-se a afirmação de doutrinação em escolas.

Outra questão suscitada nesse debate foi apontada pelo professor FUNDI-H segundo o qual houve intenção de se instaurar nas escolas a ideologia de gênero:

sobre os livros distribuídos, eu notei nessa época, que as prefeituras que tinham seus prefeitos, mais voltados para as ideologias de esquerda, ou da esquerda mesmo, como os do PT, PCdoB ou PSOL, eles realmente adotaram esse livro, o que não foi o caso aqui de Taubaté, porque aqui, ainda é uma cidade predominantemente católica e protestante, né? E nossos prefeitos não são tão adeptos a esses movimentos. Eu acho que se nosso prefeito fosse de esquerda, a gente ia ter contato com esse material. Se não fosse o movimento cristão, que começou a chamar a atenção do Congresso, para esse material ser suspenso e não ser distribuído.

O professor supõe que se a prefeitura tivesse um governo de esquerda, teria recebido o livro, que segundo ele, abordaria a ideologia de gênero.

Em relação a tal questão vale lembrar que

O avanço recente de movimentos e grupos ultraconservadores, que têm atacado sistematicamente a abordagem de temáticas relacionadas a gênero e sexualidades nas escolas, dá-se sob a alegação de que a discussão de tais temas promoveria a “ideologia de gênero”, impondo ideias e valores a estudantes contra a vontade de suas famílias. Os argumentos usados pelos grupos anti- “ideologia de gênero” distorcem pesquisas no campo dos estudos de gênero e sexualidades (Lionço, 2016), como também defendem perspectivas tecnicistas e não-dialógicas de educação (Penna, 2018). (MATTOS, 2018, p.575)

Conforme Mattos (2018) esse debate foi inaugurado pela Igreja Católica desde os anos de 1990 e nos anos 2000 ampliam-se as investidas sobre a chamada “ideologia de gênero” termo que tem sido utilizado para mobilizar os setores conservadores da sociedade em favor da moral, dos bons costumes, da família heterossexual e nuclear. E, conforme explica a autora, no campo da educação

Esses ataques concretizaram-se em projetos de lei apresentados pelo ESP nos âmbitos federal, estaduais e municipais. Como destaca Lionço (2016), essas iniciativas utilizam-se estrategicamente da auto atribuição de superioridade moral, colocando-se “acima” do debate sobre a matéria que pretendem legislar. (MATTOS, 2018, p. 576)

A chamada “ideologia de gênero” promove, de fato, uma simplificação pejorativa sobre o debate acerca das desigualdades e assimetrias de gênero e sexualidades, desqualificando tal discussão junto a sociedade. Na esteira desse debate aflora também o questionamento sobre a liberdade, à qual é vista como ameaça a moral vigente.

O professor FUNDI-H ainda expõe a sensação de representatividade pelo atual governo, por suas pautas conservadoras, bem como, faz referência que ao aceitar a opção sexual das pessoas, faz um favor, descartando a possibilidade de garantia dos direitos, previstos na Constituição Federal, fato evidenciado também, ao mencionar a sigla da população LGBTQIA+, aparentando indiferença ou desconhecimento à forma correta de pronúncia da sigla que representa o movimento social.

[...] enfim, aí surgiu 2018, com o Bolsonaro e o pessoal mais conservador começou, a não ter vergonha de assumir que era conservador, porque queria, né, mostrar sua opinião, porque você pode aceitar os homossexuais, os G... GLBT o que for, mas ninguém queria que isso fosse imposto[...].

Outro aspecto da narrativa do professor FUNDI-H que nos chama atenção se refere às críticas à educação nacional, que ao seu ver está em um estado ruim, em razão das políticas implementadas pelos governos de esquerda:

[...] eu entendi qual foi o dano que a esquerda causou em nosso país: hoje a gente tem uma universidade que trabalha só com ideologias, né, cursos que acabam sendo vitais para o desenvolvimento de nosso país eles acabam não sendo tanto a prioridade. Então, na educação em si, eu vejo que as crianças, não saem alfabetizadas. Então, acho que a gente precisa parar de querer... precisa ensinar a criança ler e escrever mesmo, isso não acontecia, por mais que cada ano tivesse avaliações, não só do PISA... porque o PISA é internacional, mas as avaliações internas, tanto as municipais quanto as estaduais, o índice sempre era baixo[...].

Conforme já discutido acima, o projeto educacional brasileiro está afinado às diretrizes das agências multilaterais que ditam metas para os países em desenvolvimento, no intuito de criar as condições ideais para a reprodução capitalista no contexto da crise do capital.

Nesse sentido, o Brasil ao se alinhar à agenda neoliberal ou ultra neoliberal passa a considerar a educação como insumo econômico para resolver o problema do baixo desempenho econômico e para tanto, adere aos instrumentos avaliativos internacionais como o *International Student Assessment* (PISA) e Prova Brasil. Cabe ainda destacar

que, esses processos se iniciaram no governo de Fernando Henrique Cardoso¹⁵ (1995-2003), continuados dos governos petistas.

Shiroma (2018), corrobora com as reflexões acima expostas e o papel as agências multilaterais e do Banco Mundial, objetivando encadear recomendações para reformas educativas, gerenciando as investidas do setor privado na educação e seus impactos na política docente, visando a retomada da acumulação capitalista. Neste sentido, o autor afirma:

Particularmente, na área da educação, os neoliberais semearam um diagnóstico de que os problemas educacionais resultavam da “ineficácia” da gestão. Argumentavam que não faltavam recursos para a área, apenas eram mal geridos; faltava, portanto, profissionais eficazes dotados de competências para gerenciá-los. (SHIROMA, 2018, p.91-92)

Assim, a narrativa do professor FUNDI-H expressa seu desconhecimento sobre os processos em curso na educação brasileira os quais vão ao encontro da lógica capitalista, que ele mesmo defende.

No desenvolver na pesquisa duas entrevistadas não se posicionaram ideologicamente, porém, uma delas se declara eleitora do atual presidente e narra que fez a escolha de acordo com sua crença religiosa e entende que tal ideologia é mais condizente com aquilo que acredita de acordo com os dogmas da igreja que frequenta,

Eu vou falar bem sério para você, eu fui pelo lado espiritual, por aquilo que eu acredito, na minha relação com Deus, foi o que eu fiz nas urnas, que era mais coerente com aquilo que eu vivo hoje. Se der merda, eu não tenho o menor problema de mudar de lado, seja qual for. Eu votei em Lula, votei em Dilma e dessa vez eu não acreditei naquilo mais, por algumas questões, por estudar e tal, mas isso é uma opinião minha. (FUNII-M)

O relato reforça os apontamentos de Almeida (2019) acerca da grande trama em que se envolve os evangélicos sobretudo os neopentecostais nas disputas eleitorais do país. A ideologia, empreendida por meio dos dogmas religiosos é capaz de influenciar escolhas dos fiéis praticantes de suas igrejas, em eleições, que de maneira inconsciente alegam que são escolhas coerentes, porque vão ao encontro do espiritual e da relação com Deus. Discussão que nos faz reafirmar, a importância da discussão ideológica acerca dos professores, uma vez, que o Estado deve ser laico, assim como a escola

¹⁵ O governo de FHC adotou claramente a agenda neoliberal, promovendo, inclusive a contrarreforma do Estado.

também deve ser. Entretanto, a entrevistada afirma votar de acordo com a relação com Deus. Nesse sentido,

A religião da ordem produz nos fiéis comportamentos alienantes e conformistas, justificando a dominação social e servindo aos interesses das classes dominantes, uma vez que desmobiliza os indivíduos e transfere para Deus a responsabilidade política de modificar as precárias condições de existência das maiorias marginalizadas. Deus, portanto, torna-se o único responsável pelo destino da humanidade e de cada indivíduo em particular. Os cristãos são afastados da realidade sociopolítica e isolados de suas raízes históricas, preocupando-se apenas com a vida espiritual e preparando-se para o juízo final, ocasião em que serão recompensados com a vida eterna, caso tenham obedecido às autoridades instituídas por Deus e seguido às leis institucionais. Recomenda-se, pois, respeitar os governantes, independentemente da qualidade de seu governo ou de seu desempenho político, visto que são considerados representantes de Deus na terra. Porém, se cometerem arbitrariedades, oprimirem e submeterem os governados ou forem levianos na execução de suas funções, serão punidos pelas mãos de Deus. O castigo virá dos “céus”. (DANTAS, 2013, p.494-495)

Dessa maneira, segundo Martín-Baró (1987) o sistema social torna-se naturalizado, pois transforma a obediência à religião na maior das virtudes. Por consequência gera condutas de acordo, com aquilo que se estabelece pelo destino, condenando práticas políticas, penalizando o envolvimento político-social em detrimento da remissão da própria alma.

Conforme Costa (2020), no período considerado Modernidade, dados apontados cientificamente eram valorizados e os direitos sociais e políticos do coletivo, eram centrais nas discussões científicas. Com a pós-modernidade o centro das discussões é o sujeito individualizado.

Assim, quando se considera a subjetividade do sujeito, entende-se que não existe neutralidade e que a porção ideológica estará imbricada na formulação de conceitos.

Para Costa (2020), o sujeito pós-moderno não deixa de ser produto de anos de submissão acerca da moral e da política, aos quais, se demonstram intensamente insatisfeitos, dessa maneira busca alicerçar-se em novos paradigmas. A valorização exacerbada da propriedade privada, é uma das características comportamentais e ideológicas deste sujeito, não se importa com a discrepância social e econômica e desigualdades existentes na sociedade, porque está centrado em si mesmo, em seus problemas, anseios e propósitos.

Para Rojas (1996), o indivíduo pós-moderno é pragmático e tem acesso rápido e intenso às informações, porém, lhe falta educação humana para a coletividade. Neste sentido, Costa afirma:

[...]é crescente o número de pessoas que, apesar do alto número de informação não acredita nas informações científicas. Uma rasa volta nos produtos da cybercultura, as redes sociais, vê-se o questionamento sobre doenças, teorias conspiratórias sem nenhum fundamento e alto número de descrença da ciência. Sobretudo quando vemos que boa parte desse discurso anticientífico é crescente em focos de poder que utilizem o fundamentalismo religioso, sobretudo o cristão protestante para fazer um discurso anticiência. (COSTA, 2020, p.22)

Dessa maneira, o indivíduo pós-moderno recebe infinitas informações, podendo ser verdades, distorções ou mentiras. Segundo D' Ancona (2018), não importa se os conteúdos das mensagens são enganosos ou não, pois, informações inverídicas sempre foram disseminadas por ocupantes do poder, porém o autor chama atenção, para o modo como os indivíduos lidam com esse tipo de conteúdo e aponta, que a sociedade deveria ter interesse em combater tais informes, contudo, na maior parte das vezes, age ao contrário, acredita nas denominadas *Fake News*, bem como, ajuda a disseminar tais conteúdo.

Pelas discussões realizadas até aqui a partir das narrativas dos sujeitos podemos compreender que a polarização ideológica brasileira ainda que se inscreva no contexto mais amplo das estratégias do capital na ofensiva contra a sua crise estrutural, que segundo Mészáros (2002), trata-se de uma crise de caráter global e não setorial; de alcance mundial, de longa duração, de extensão temporal que afeta todas as nações capitalistas, no caso do Brasil ela ganha contornos particulares dada as históricas relações sociais aqui produzidas de cunho autoritário e conservador.

A ideia de polarização ideológica no Brasil expressa o processo de alienação em que as classes trabalhadoras se encontram, sobretudo diante dos processos de precarização forjado com as mudanças no mundo do trabalho com o apoio sistemático do Estado.

É possível ainda entender que a polarização ideológica é também fruto dos modos de ser da pós-modernidade, porque no conjunto desse projeto encontram-se ideologias de valorização da família, da tradição e da religião. Esses elementos estão evidentes tanto nas narrativas dos professores entrevistados, como também nas redes sociais e na sociedade em geral. Porém, é necessário ressaltar que a “naturalização” é na

verdade uma construção social, devido à divisão de classes na sociedade e, que, a classe dominante é responsável por propagar sua ideologia para classes subalternas.

Neste contexto pode-se inclusive, questionar a ideia de polarização, como mais uma proposta dos ideais conservadores para a manutenção da posição de poder, expondo a ilusão que existe igualdade na forma de pensar e *modus operandi* entre as classes e, conseqüentemente, à ideia de polarização.

A seguir expomos as percepções dos professores entrevistados acerca da sua participação política

4.4 Participação e formação política de professores

Como observamos, os professores, pela essência de suas atividades laborativas são formadores de opiniões pelo desempenho de suas funções, pois enquanto profissionais discutem com a sociedade o seu papel e imprimem seus valores em seus contextos de trabalho. Dessa maneira, compreender como percebem sua participação política é fundamental.

Ao observarmos a participação política dos entrevistados, entendemos que há consonância com os apontamentos de Almeida (2019), Oliveira (2019), Gallego (2018) acerca de percepções e posicionamentos políticos imbricados com a religião. Nesse sentido,

Na atualidade brasileira, os discursos religiosos influenciam diretamente as políticas públicas do país. Essa revolução silenciosa não se limitou, portanto, ao crescimento numérico de seguidores, que enterrou cinco séculos de monopólio religioso católico em toda a América Latina, mas alcançou uma penetração pública e política bem planejada, com supostos fundamentos teológicos, frequentemente complementados por ambições políticas personalistas dos líderes dessas igrejas. Além disso, a agenda moral evangélica (pró-vida e pró-família) conseguiu transcender barreiras denominacionais e atrai tanto evangélicos quanto católicos às suas fileiras. (ARRUDA; COSTA; MAGALHÃES, 2020, p.12)

As narrativas elucidam os lugares nos quais os entrevistados compartilham suas ideologias, as quais os orientaram suas escolhas no processo eleitoral:

Geralmente, eu não costumo por minhas ideias políticas, onde não tem nada a ver, por exemplo, eu não vou para um churrasco para falar de política, eu vou no churrasco para falar de bobeira, porque eu não vou sair da minha casa para isso[...]. Minha opinião, ela se

baseia naquilo que eu vivo espiritualmente. Deixa-me ver se eu consigo ser mais clara... eu tenho...eu tenho vivido, é eu tenho procurado viver naquilo, que a Bíblia me ensina a viver, que é uma coisa, que tem dado certo, minha vida inteira, e hoje eu conheço um pouco mais até, porque antes, eu conhecia Deus de ouvir falar e hoje eu conheço a Deus um pouco mais, de uma maneira um pouco mais profunda e Deus fala com a gente. Então assim, em cima dessas opiniões, que não são minhas, mas são Dele, são aquilo que Ele acredita como certo, são aquilo que Ele deixou para que eu seguisse e para que eu resolvesse aquilo. Então, dentro dessa convicção espiritual que eu tenho hoje, me baseio. Minhas opiniões políticas e de pessoas que eu acho que pensam mais ou menos igual.... E é isso, não sei debater ideias com as pessoas que não acreditam nas mesmas coisas que eu, se não tem sentido. (FUNII-M)

Eu sou cristão e faz uns 3 ou 4 anos que eu faço parte de uma igreja que chama Poiema, em Taubaté, lá a gente realmente discute, porque as nossas pautas estão alinhadas, com as pautas conservadoras: que defende a família, a vida, a propriedade privada, a questão do direito de você cultuar e praticar sua religião com liberdade, então, tudo isso faz parte da pauta conservadora. Tem gente que é esquerdista e está lá, mas não sabe que pauta é conservadora, rárará... Então, mas existe essa dicotomia, a pessoa defende certos valores, e ela não entende... e na hora de discutir, ela acaba defendendo outro viés, eu falo, mas meu, isso é contraditório, com aquilo que a gente professa, mas isso é tudo falta de maturidade política e tudo mais (FUNDI-H)

Os entrevistados que se denominam cristãos do segmento evangélico, apontam para a igreja como *locus* para sua participação política em sociedade, bem como afirmam compartilhar e promover debates, a fim de ampliar e consolidar ideias que compartilham com seus pares. Declaram que naquele espaço comungam tanto a crença religiosa, a fé e as doutrinas da igreja, como a direção política que interfere em suas nas escolhas dos inclusive na escolha de candidatos à cargos eletivos durante pleitos eleitorais, incluindo a eleição de 2018, em que o atual presidente se elegeu.

Conforme já vimos discutindo, a influência do pensamento pós-moderno, cujos desdobramentos são o conservadorismo, fundamentalismo religioso, tradicionalismo dentre outros aspectos, atravessam o discurso também de professores cujos conhecimentos baseados na ciência e razão deveriam pautar suas práticas e discursos.

Aqui cabe retomar as pautas da direita, que segundo Bresser- Pereira (2006), luta sobretudo, para manter no poder as forças políticas que a representam, a fim de assegurar a ordem e a perpetuação de suas pautas capitalistas e Estado mínimo, sem almejarem políticas públicas que atinjam e amparem os menos favorecidos

economicamente, vendo a desigualdade como algo inevitável e até mesmo desejável. Dessa maneira,

O movimento social de direita pretende preservar ou mesmo reforçar a representação de algum grupo que já esteja devidamente representado dentro do círculo de poder das sociedades. Atualmente, movimentos nacionalistas, tradicionalistas, que invoquem o direito natural, de base religiosa ou que defendam a estratificação social, seja por nascimento ou por meritocracia, podem ser agrupados entre os movimentos sociais de direita, segundo nosso critério. (SILVA, 2014, p.155)

Para além das pautas da direita, as pautas conservadoras da direita evangélica se fundem, incorporando o conservadorismo da direita, com a exaltação da família tradicional e patriarcal, fundamentalismo religioso exacerbado, interpretação literal do livro sagrado (Bíblia), rechaço da população LGBTQIA+, invalidação do movimento feminista, em defesa do privado em detrimento do coletivo, fatalidade de acordo com a vontade divina, expectativa de salvação por divindades, mitos ou representantes escolhidos de acordo com a vontade de Deus . Dessa maneira,

milhões dos votos amealhados se devem a razões religiosas. Através da influência das igrejas neopentecostais, que alavancaram sua influência entre os seguidores, haja vista essas denominações religiosas terem construído uma poderosa máquina clientelista, utilizando os cultos para a propaganda política, onde incutiram entre os fiéis... a ideia do perigo do comunismo e de uma pauta anticristã por parte dos demais candidatos (ARRUDA; COSTA; MAGALHÃES, 2020, p.14)

A Igreja Católica por sua vez, tem perdido fiéis no Brasil com o passar dos anos, principalmente após os anos 2000, no período de 2000 a 2010, segundo Jacob, Hees e Waniez (2013)

enquanto a população brasileira registrava um aumento de quase 21 milhões de habitantes, o número de católicos revelava uma queda de mais de 1 milhão de pessoas. O descompasso entre o crescimento da população e o do número de católicos já vinha sendo observado nas décadas anteriores, quando a taxa de crescimento dos católicos era inferior ao da população. Porém, em 2010, observa-se, pela primeira vez, uma redução do número absoluto de católicos, e não apenas do seu percentual. (JACOB; HEES; WANIEZ, 2013, p.11)

Os dados apontados pelos autores ainda demonstram a remissiva de adeptos da Igreja Católica monitorado por regiões do território brasileiro, como observamos,

Chama atenção o fato de a Igreja Católica estar sofrendo reduções principalmente em áreas de maior crescimento demográfico, tanto nas grandes cidades, quanto nas frentes pioneiras das Regiões Centro-

Oeste e Norte. Já nas duas grandes áreas católicas do país, que incluem, de um lado, os estados do Nordeste e Minas Gerais e, de outro, a Região Sul, ela também apresenta decréscimos do número de fiéis, ainda que pequenos. (JACOB; HEES; WANIEZ, 2013, p.11)

Talvez por esse motivo as igrejas neopentecostais tenham se apropriado de maneira tão vasta da política brasileira, aumentando cada vez mais sua bancada, eleição após eleição, afinal estes se apresentam em crescimento. Neste sentido,

Num contexto de redução do número de católicos, o crescimento dos evangélicos pentecostais se constitui no principal fator da diversificação religiosa que vem ocorrendo no Brasil, a partir dos anos 1980. De fato, o número de pessoas que declaram pertencer a uma das religiões do grupo pentecostal encontra-se em constante aumento no país: 3,9 milhões em 1980, 8,2 milhões em 1991, 17,6 milhões em 2000 e 25,4 milhões em 2010. Como se vê, a população pentecostal dobra a cada década entre 1980 e 2000. (JACOB; HEES; WANIEZ, 2013, p.12)

Embora não tenhamos a pretensão de discorrer a vasta discussão histórica acerca da Igreja Católica e sua relação com a política brasileira, precisamos apontar que a esquerda católica ao longo dos anos, principalmente no período da Ditadura Militar (1964-1985), se posicionou em favor dos grupos de minorias e dos pobres fundamentada na Teologia da Libertação. Dessa forma, propôs também, dentro da própria igreja, dialogando e estimulando a discussão crítica, assim,

Não se trata tanto da experiência de fé e dos conteúdos fundantes, que são comuns, trata-se de uma grande diferença no método, na mediação epistemológica que permite a interpretação dos conteúdos e sua vinculação orgânica à prática religiosa e sociopolítica das comunidades. Praticando uma hermenêutica crítica da sociedade, a partir dos pobres, do conflito, do coletivo, dos que sofrem, a teologia da libertação foi aprendendo, ao ler os textos bíblicos nas comunidades, na atuação política, momento em que o diálogo com o marxismo foi muito importante, que não existe libertação cristã a longo prazo para o indivíduo e a sociedade que não passe pela via do político e do social. (MOREIRA, 2019, p.104)

Segundo Menezes Neto (2007), a América Latina foi a região em que a Teologia da Libertação mais se fortaleceu, entre os anos 1950 e 1960 devido a implantação de indústrias e grande migração de pessoas do campo para a cidade. O capital nacional e internacional foi beneficiado por políticas que estimularam tais implementações. Com a migração, surgiam nas cidades, um proletariado urbano e uma massa de moradores em favelas. Para o autor, países como o Brasil apresentavam alto nível de crescimento industrial, porém não atingia melhores níveis de distribuição de renda o que propiciou a

mobilização política popular, com focos de luta armada, ocasionando a reação do nicho conservador, que em resposta aos movimentos, golpes militares passaram a dominar o continente. Dessa maneira,

A Igreja Católica, buscando uma adequação ao momento político e não querendo perder o controle sobre as suas bases, convocou, entre 1962 e 1965, o Concílio Vaticano II, sob o papado de João XXIII. Esse Concílio abriu espaços para discussões e orientações políticas da Igreja, no qual religiosos, não só católicos, começam a elaborar uma teologia vinculada às lutas sociais. No Brasil, os padres Henrique Vaz e Almerly Bezerra passam a publicar sobre temas ligados a uma ação popular e engajada da Igreja. Nesse contexto, a politização à esquerda de parcelas da população e a abertura da Igreja Católica para as políticas sociais, resultado do mencionado Concílio, propiciaram um clima político que resultará no engajamento de diversos setores religiosos com políticas de esquerda. (MENEZES NETO, 2007, p.332)

Setores conservadores da igreja foram contrários às ideias contidas no documento Paz e Justiça, que trazia à luz, a discussão acerca da necessidade de lutar contra as injustiças sociais, o documento também trazia diretrizes, em relação ao direito de greve e denúncias dos regimes ditatoriais encabeçados pela direita opressora. A igreja se dividiu em duas alas, originando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que traçou diretrizes e uniu grupos para reflexões políticas. Dessa maneira,

As propostas vinculadas à Teologia da Libertação passaram a crescer, principalmente no Brasil, que, no período, vivia a redemocratização e a reorganização política da sociedade civil. Os anos 1980 conhecem uma reorganização pujante da sociedade brasileira e, inegavelmente, os setores da Igreja Católica vinculados a Teologia da Libertação deram uma grande contribuição. Os novos movimentos sociais, com destaque para o MST, os novos partidos, como o Partido dos Trabalhadores, e o novo sindicalismo, com a Central Única dos trabalhadores (CUT), tiveram, em sua gênese, forte presença do cristianismo da libertação (MENEZES NETO, 2007 p.334)

Já os professores que se declararam pertencentes ao espectro da esquerda do ponto de vista ideológico, não apontaram considerações acerca de religião, Deus e fé, para se posicionarem politicamente ou escolherem seus candidatos em eleições. Ao contrário dos entrevistados declarados de direita e, também evangélicos, eles demonstraram por meio de suas narrativas, questionamentos acerca da fé, expondo, inclusive, a necessidade de haver criticidade em relação às crenças e dogmas religiosos. Estes entrevistados indicaram acreditarem apontamentos científicos, em estudos acima de crenças religiosas.

Nessa direção, observa-se nos extratos de fala a seguir, que os entrevistados que não são evangélicos, não justificam suas intenções de votos de acordo com suas crenças ou fé religiosas, mas de acordo com suas experiências sociais e com a qualidade e tipo de formação familiar, econômica, escolar, bem como conseguem diferenciar e distanciar sua atuação política e luta por ideais de dogmas ou crenças da religião, ou até mesmo a igreja não ser uma opção de participação social,

Eu não frequento uma igreja, ou templo específico em que eu atuo, eu aceito convites e vou em todos que sou convidada, eu sou uma mulher de fé, eu rezo, já fui à igreja católica, já fui em igreja evangélica, a fé não pode ser cega, ela tem que ser crítica, tem que haver interpretação de texto. Eu já estudei o espiritismo também, mas não dá para levar ao pé da letra, precisa ser interpretado, a Bíblia, por exemplo, não foi escrita por quem conhecia a China, por exemplo, a Índia, é uma questão de espaço geográfico. e então, a interpretação de texto é tão fundamental para sociedade e para a religião. (EM-M)

Eu já fui da igreja, do grupo de jovens, mas isso não me pertence mais faz tempo, hoje minha maior atuação política é realmente na escola, com meus alunos dando aulas. (FUNDII-H)

[...] a gente tem que começar a tirar algumas ideias erradas, essa coisa de doença, essa coisa que é fora de Deus, que Deus vai botar todo mundo na fogueira, é você vê um discurso que ser gay, não é de Deus, mas a mesma pessoa que está fazendo esse discurso, é a pessoa que está traindo a esposa, sabe, que tem relacionamento fora do casamento, que grau que a gente chegou, é de Deus ficar lá traindo a esposa? Não é né? “Ah, mas isso aí Deus perdoa”, não é assim. [...] porque aqui é ciência, prova para mim que funciona, senão não vai ser no campo do achismo não é as pessoas se incomodam, porque elas não sabem que o que elas pensam é achismo, elas acreditam fielmente naquilo e pronto acabou, é como uma fé religiosa, para eles não adianta você provar que eles estão errados, eles nunca vão se achar errados. (EM-H)

A atuação política dos professores entrevistados, no que tange às suas práticas religiosas, demonstra que seu posicionamento e escolhas eleitorais, seja da direita ou da esquerda, é determinada ideologicamente, por aspectos que refletiram no resultado das urnas de 2018, com a eleição do atual presidente, como podemos observar

Segundo pesquisa Datafolha de 25 de outubro de 2018, o ‘católico’ Bolsonaro recebeu 59% dos votos entre os evangélicos, enquanto o também católico Haddad recebeu apenas 26%.¹⁷ O peso do voto dos evangélicos foi, portanto, decisivo para sua eleição e as próprias lideranças evangélicas não deixam desde então que Bolsonaro se esqueça disso. Apesar de se declarar católico, Bolsonaro mantinha estreitas alianças com políticos e lideranças evangélicas, foi batizado no Rio Jordão em 2016 pelo Pastor Everaldo, sua esposa Michelle é

batista, seu casamento foi realizado por Silas Malafaia, pastor da igreja Vitória em Cristo, que Bolsonaro frequentava até 2016. Ele recebeu apoio unânime dos setores evangélicos conservadores que o guindaram até a cadeira de presidente da república. (MOREIRA, 2019, p.111)

A participação política dos professores, enquanto profissionais e categoria de classe, perpassa pela consciência que demonstram ter, acerca de suas condições de trabalho; assim, observamos que existem diferenças de atuação política entre segmentos de atuação na Educação Básica e entre professores homens e mulheres, contudo professores com maior escolaridade, discorrem acerca de maior participação política de forma efetiva na busca e luta por direitos.

Eu era muito participativo porque, eu no meu período de aluno, não, eu não era aluno ainda, mas durante o período que eu fiquei desempregado, eu militei no PT. Então, eu fui na marcha dos Cem mil em Brasília¹⁶, estava no movimento dos professores na praça da República em 2000, fui naquele movimento dos vinte anos da greve dos anos oitenta, no estádio Elvira em São Bernardo do Campo, ou seja, eu era bem participativo, eu participava na Câmara, nós fizemos juntos a manifestação do passe livre também dia 29 de Fevereiro dos anos 2000, depois, eu me tornei aluno, eu militei nos congressos estudantis, fui do diretório acadêmico, mas com pouca participação, apenas como suplente que fiquei lá na chapa, como eu falei, eu fui mais participante enquanto aluno, participei dos congressos estadual da UEE¹⁷ em São Paulo, participei de dois congressos da UNE¹⁸, em 2001 e 2003. e então, eu tive uma vida muito ativa, ai quando eu estava na Unitau, eu cheguei a ser candidato a presidência do diretório do Partido dos Trabalhadores em Taubaté, sempre fui membro do diretório de Taubaté, até há 3 mandatos atrás eu ainda era dirigente, do Partido dos Trabalhadores, minha contribuição era ajudar, participar, fomentar pensamentos, mas aí, essas ideias foram esvaziando um pouco, porque como eu fiquei trabalhando no colégio do Monjolinho (Zona Rural), você começa a ter determinadas demandas, por conta daquele colégio ser afastado [...] eu diminui um pouco essa carga de participação política, eu participei de reuniões quando tentamos fazer o sindicato exclusivo dos professores municipais, fui em várias reuniões, fiz parte do movimento que foi na frente dos servidores municipais para poder reivindicar que lutasse pela nossa categoria coisas que dificilmente fazem. (EM-H)

¹⁶ A marcha dos 100 mil em Brasília, foi uma grande manifestação enfrentada pelo, então, presidente Fernando Henrique Cardoso e ocorreu em agosto de 1999. As pautas reivindicatórias incluíam posicionamentos contrários às privatizações de estatais anunciadas pelo governo, alta do dólar, taxa de desemprego e negligência do governo com casos de corrupção. O ato foi organizado por entidades da sociedade civil, sindicatos e partidos de oposição e reuniu cerca de 100 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, por isso ficou conhecida como “A marcha dos cem mil”.

¹⁷ União Estadual de Estudantes

¹⁸ União Nacional dos Estudantes

Os espaços agora ficaram mais restritos, mas eu sou muito apoiadora da política de rua, eu acho que isso é de verdade a política, das pessoas irem para rua, irem à luta. Neste momento de pandemia as pessoas ficaram restritas às suas casas e as discussões aconteceram mesmo online, em comentários, mas você pode comentar, argumentar, rebater, com educação, porque o tom que você usa com quem discorda é um, mas o tom que você usa com quem é grosseiro e mal-educado é outro. Mas nós vimos mesmo com a pandemia, diversas categorias profissionais indo para as ruas, é... começou com as torcidas organizadas em São Paulo, teve os entregadores¹⁹. Agora acabei de ver os professores da rede estadual, teve a greve dos metroviários em São Paulo, é que as coisas acontecem mais nas capitais, mas se a gente parar e pensar que poucas pessoas tiveram a oportunidade, a prerrogativa de realmente fazer quarentena, o negócio é botar a máscara e sair marchando, é isso mesmo, porque pessoas na rua, pressionam seus governantes com inteligência, eu acho muito importante isso não ser político, empregar as palavras com inteligência, agir com sabedoria, é a melhor forma de atuar para modificar a política do país, com inteligência, ética para mudar a vida das pessoas. Outra forma de representatividade são os sindicatos, eles são muito importantes, sem os sindicatos, nós retornaríamos para o século XIX, vou usar de exemplo, há um tempo atrás teve a segunda paralisação dos entregadores de São Paulo e vejam só, eles não têm direitos trabalhistas, não têm folga, sem alimentação no trabalho, não, sem benefícios, sem assistência de saúde, numa profissão arriscada, porque ficam no trânsito em cima de uma moto e se eles demoram cinco ou dez minutos a mais com a pizza de alguém, já vai ter gente cortando as “estrelinhas” dele, olha a política do like novamente, das mídias sociais, em um mundo em que você é medido pelas estrelinhas, eu já vivi isso com meu marido, mas as pessoas que a gente ama, não podem ser medidas por estrelinhas, isso é desumano, e os caras estão lá, os entregadores, lutando sem sindicato, com formas extremamente precárias de trabalho. Isso é o retorno ao século XIX, no início do processo de industrialização do mundo, a ausência dos sindicatos seria um retrocesso, até com os sindicatos, nós professores conseguimos muito pouco, e olha que temos instrução, somos escolarizados, [...]então precisamos pensar o quanto ainda em questões trabalhistas estamos no século XIX e lutar para conseguirmos chegar ao século XXI e os sindicatos nos colocam em uma condição de ter um mecanismo a mais para lutarmos, a questão é que só perdemos direitos e precisamos lutar para parada dessas perdas, porque melhorar é difícil e eu sou otimista, mas também sou realista, então se a gente não consegue reverter o que já se perdeu em relação aos direitos trabalhistas, precisamos fazer mitigar estas perdas, nós trabalhadores, com todas as críticas, com todos os problemas que enxergamos nos sindicatos ele é mais um instrumento de luta, para nós reduzirmos ou tentar bloquear as perdas e isso está muito difícil, porque as pessoas não estão preocupadas com o coletivo, nós precisamos de professores nas ruas, lutando conosco, [...] e vendem uma ideia pra nós, de que é um

¹⁹ Foi uma greve organizada pelos entregadores com objetivo de "parar" o serviço de entregas em boa parte do país, foi comandada principalmente por três empresas: Ifood, Rappi e Uber Eats. Movimentos nas redes sociais pediam para os consumidores não fizessem pedidos via aplicativos de entrega de comida, para contribuir com o movimento.

favor que o patrão está fazendo, comprar essa ideia de que você está devendo ao patrão, porque ele te emprega e paga seu salário não dá, ele quem está te devendo, pelo tanto de horas que você se dedica, o quanto você dispõe do seu trabalho lá na empresa dele. Nesta pandemia a gente viu que não existe empresa que sobreviva sem trabalhador, ele é fundamental para a produção e precisa lutar por salário digno. (EM-M grifos nossos)

A crise do sindicalismo brasileiro, segundo Antunes (1996), ao observar o movimento das centrais sindicais nos anos 1990 no Brasil, no escopo da agenda neoliberal, instituídas com a crise do capital. Para o autor, as centrais sindicais se distanciaram do socialismo e do anticapitalismo, estabelecendo uma atuação política e ideológica que atendia ao projeto da direita, no qual a luta de classes foi dando lugar para o discurso da integração capital e trabalho. Neste sentido,

Não é preciso dizer que o quadro de hoje é agudamente crítico. O sindicalismo da Força Sindical, com forte dimensão política e ideológica, preenche o campo sindical da nova direita, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado, que nos reserva o papel de país montador, sem tecnologia própria, sem capacitação científica, dependente totalmente de recursos forâneos. Na central Única dos Trabalhadores o quadro também é de grande apreensão, começa a ganhar cada vez mais força em algumas de suas principais lideranças, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma acomodação dentro da ordem. (ANTUNES, 1996, p. 135, grifos do autor)

Para maior compreensão da crise do trabalho, Antunes (2001) estabelece alguns elementos fundamentais, um deles se refere ao desmoronamento da esquerda tradicional, ocorrendo um processo de social democratização da esquerda e sua atuação subordinada à ordem do capital, o que atingiu fortemente a esquerda tanto sindical, quanto a partidária.

Segundo Fontes (2006) as contrarreformas foram amparadas em aparelhos privados de hegemonia (empresariado) e na mídia, encarregada de difundir a ideologia dominante na retórica capitalista, consolidando a contradição, em que os setores populares foram seduzidos e direcionados a apoiar as decisões contra seus próprios direitos.

O sindicalismo de esquerda, passou a recorrer cada vez mais a burocratização e à institucionalização. Dessa maneira, quando a entrevistada EM-M traz em sua narrativa, a importância do sindicato na representatividade de classe e elenca que a falta de organização gera condições de trabalho precarizadas, explicita que os trabalhadores vêm perdendo seus direitos trabalhistas e sofrem com a precarização.

A perda de direitos do trabalhador apontada por Ricardo Antunes (2001) é parte de um projeto econômico e político como observamos anteriormente. De acordo com a narrativa da entrevistada, não existem meios para recuperarmos o que já foi perdido, por meio das contrarreformas no atual cenário político nacional, mas, existe a necessidade, de frear tais desregulações e uma das maneiras de travar esta luta é por meio da representação sindical.

Outro aspecto identificado nas narrativas em relação à participação política dos professores se refere ao lugar das mulheres nesse universo. Historicamente reconhece-se na sociedade patriarcal como a brasileira maior poder de decisão e participação política dos homens, validada na vida pública de acordo com suas escolhas e decisões acerca de sua vida particular, profissional e social. Resultante deste processo histórico percebe-se, em contrapartida, a submissão das mulheres, violências e a inexistência de direitos ou mesmo, o não cumprimento deles.

Ao considerarmos que as relações são estabelecidas socialmente, as condições do gênero também são, pois são os valores, a cultura e as diretrizes de uma sociedade que determinam o poder e papéis que os homens ou mulheres desempenham socialmente. Com relação a participação política entre os gêneros observamos que os professores homens participam mais em espaços públicos lutando por direitos relacionados ao trabalho, do que as professoras mulheres. Neste sentido, cabe retomar a construção do social do trabalho, que segundo Antunes (2005) denomina-se divisão sexual do trabalho e, como, consequência tem limitado e diminuído as atividades laborativas da mulher, que são destinadas a ideia de cuidadoras, úteis para funções domésticas e do cuidado. Conforme Faria e Nobre (1997) as profissões de enfermeiras, assistentes sociais e professoras são exemplos de atividades laborais e empregos destinados às mulheres, vistas como excelentes cuidadoras.

A divisão sexual do trabalho “é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho” (CISNE, 2012, p. 109). É por meio dela que ocorre a segmentação e a hierarquização entre homens e mulheres, resultando, sobretudo, na subalternização das mulheres.

Conforme explica Cisne (2012) a divisão sexual do trabalho é fruto do sistema patriarcal capitalista e este sistema confere às mulheres baixo prestígio social, com trabalhos pouco valorizados socialmente. Tal perspectiva volta-se também à

participação política das mulheres, pois conforme aponta o Mapa das Mulheres na Política (2019)

Relatório publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela União Interparlamentar (UIP) –, o Brasil ocupa a 134ª posição, dentre 193 nações, no ranking de representatividade feminina no Parlamento – colocação pior do que países como Etiópia (24ª), Iraque (68ª) e Arábia Saudita (109ª). As primeiras posições no ranking ficam com Ruanda (1º), Cuba (2º) e Bolívia (3º). Dos 81 senadores eleitos em 2018 no Brasil, apenas 12 são mulheres. Na Câmara, as mulheres ocupam somente 77 das 513 cadeiras, e das 25 comissões permanentes da Casa, apenas 4, ou seja, 16% foram presididas por mulheres ao longo de 2019. (<https://pt.org.br>).

Ainda que as mulheres por meio das lutas travadas pelo Movimento Feminista tenham conquistado muitos direitos, reconhece-se que a igualdade de gênero, sobretudo na política ainda tem um grande caminho a ser percorrido.

As professoras entrevistadas nessa pesquisa, ao narrarem suas participações políticas, evidenciam que estas, são menores quando, comparadas com a dos homens, embora, tanto homens como mulheres apontem para a importância de ter um sindicato representativo,

Olha eu considero a participação importante, mas eu confesso que eu participo pouco, eu deveria participar mais... Embora eu entenda que os sindicatos são importantes para luta dos professores e dos trabalhadores, essa participação de luta, de ir para as ruas, de reivindicar me expondo pessoalmente, eu não faço, mas eu apoio quem faz, quem participa mais ativamente. (FUND I- M)

Eu não sou filiada, por exemplo estavam juntando dinheiro para pagar o advogado para destituir a chapa eleita de forma duvidosa do sindicato dos servidores municipais, eu contribuí, porque acho importante participar, acho importante a união, para gente conseguir alguma coisa, entendeu? Embora eu não esteja atuando sempre, acho superimportante essa união (FUND II- M)

Sobre minha atuação política para a profissão eu não frequento, quer dizer assim eu frequento quando tem palestra, ainda mais quando não é obrigatório, aí eu sempre dou meu nome, eu gosto de tá junto, né, gosto de tá discutindo, né, com as colegas, mas assim participar de passeatas por exemplo não, eu não vou, nunca fui, eu até tenho ciência de que está acontecendo, mas não vou (EI-M)

[...]esses grupos estão mais discutindo mais as questões nacionais, são os grupos conservadores de Taubaté, direita Taubaté, eu participo, não sou membro, mas participo, faço parte, acompanho, acho que faço parte porque consegui ir com eles apenas uma vez nas

manifestações o restante eu fui por conta então não sei se eu faço tão parte assim. Eu acompanho e gosto. Eu sou cristão e faz uns 3 ou 4 anos que eu faço parte de uma igreja que chama Poïema, em Taubaté, lá gente realmente discute, né, porque as nossas pautas estão alinhadas com as pautas, com as pautas conservadoras. (FUND I-H)

Os entrevistados que se declararam como pertencentes ao espectro de direita, em suas narrativas criticaram as ações da esquerda, ao afirmar por exemplo, que “*ela quebrou o Brasil*” e que “*ninguém aguentava mais aquela esquerda*”, da mesma forma, se demonstram apoiadores de políticas ultraliberais e contrarreformas, a exemplo da Reforma Trabalhista responsável por boa parte do desmonte de direitos trabalhistas no país com a aplicação das novas regras na legislação.

A reforma trabalhista não é um fato isolado, faz parte de um projeto conjunto do neoliberalismo econômico, em função do capital. Segundo Krein, Oliveira e Filgueiras (2019), as reformas fazem parte deste cenário práticas que modificam e fragilizam as normas de proteção social e o trabalho, não somente no Brasil, mas em vários países pelo mundo, desde os anos 1980 e ganha destaque nacional, na década de 1990, quando o país adota o novo modelo de desenvolvimento econômico. Dessa maneira,

Muitos países implementaram alterações legais pontuais, enquanto outros introduziram modificações estruturais que atingem o conjunto da regulação do trabalho. Essas iniciativas mais profundas são comumente identificadas como reformas trabalhistas. Apesar da existência de sistemas nacionais de regulação do trabalho e de proteção social muito distintos entre os países, chama a atenção o fato de haver grandes similaridades nas reformas, tanto no conteúdo quanto nas justificativas apresentadas. Em geral, elas visam a: 1) ampliar a adoção de contratos atípicos e rebaixar direitos do contrato padrão; 2) flexibilizar a utilização do tempo de trabalho; 3) alterar as regras de remuneração do trabalho, especialmente em relação às formas de pagamento (mais variáveis) e à política do salário mínimo; 4) fragilizar as regras de segurança e saúde do trabalho; 5) enfraquecer a atuação pública na fiscalização do respeito à legislação trabalhista; 6) descentralizar a definição das normas e redefinir o papel dos sindicatos. Em síntese, a tendência é a busca de um padrão de regulação do trabalho menos protetivo, propiciando maior liberdade de determinação, pelo empregador, das condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho. (KREIN; OLIVEIRA; FILGUEIRAS, 2019, p.226) grifos nossos

Como exposto anteriormente, as mudanças foram introduzidas paulatinamente, porém, produziu modificações profundas na legislação no ano de 2017, sob a alegação de combater o desemprego e aumento da capacidade de negociação entre patrão e empregado. Neste sentido,

No Brasil, nos anos 1990 e 2000, foram introduzidas algumas mudanças na legislação, sem, contudo, haver alterações estruturais no marco regulatório. Foi com a aprovação das Lei 13.467/2017, em julho de 2017, que o país se inseriu no rol dos países que implementaram reformas trabalhistas nas últimas décadas. Seus defensores aproveitaram a crise econômica desencadeada em 2015 para impor e convencer o Congresso Nacional de que tal medida combateria o crescente desemprego [...] (KREIN; OLIVEIRA; FILGUEIRAS, 2019, p.226)

Embora a reforma não relate exatamente modificações no sentido de uma reforma sindical, ela propicia um desmonte e desarticulação pois desobriga funcionários aos repasses em porcentagens salariais. Com as centrais sindicais enfraquecidas, enfraquece-se também a organização dos trabalhadores em suas lutas por melhores salário e condições de trabalho. Neste sentido,

A nova legislação aprovada não realiza uma reforma sindical, mas afeta direta e indiretamente o sistema de organização sindical e representação coletiva dos trabalhadores, ao buscar enfraquecer os sindicatos e estimular um processo de descentralização na definição das regras que regem a relação de emprego. (KREIN, 2018, p.92)

A contrarreforma trabalhista não atinge diretamente a categoria de classe dos professores, embora flexibilize as condições de negociação entre os donos das escolas particulares e os professores, possibilitando maior precarização nas condições de trabalho e salários mais baixos. E no âmbito do Estado, essas reformas reverberam nas condições de trabalho e contratações também.

Já a contrarreforma da previdência, aprovada em novembro de 2020, modifica a condição dos profissionais da Educação, pois retira a categoria de professores da condição de categoria especial, aumentando o seu tempo de trabalho e contribuição, aumenta também a idade mínima para recorrer ao pedido de aposentadoria de profissionais do sexo masculino e feminino.

Dessa maneira, evidencia-se por medidas políticas concretas, o descaso social pela profissão do professor que foi atingido pelas contrarreformas no país nos últimos anos, principalmente por investidas vindas do atual presidente e as ações de seu governo.

Nos relatos abaixo observamos contradições nas narrativas dos entrevistados FUNDI-H e FUNII-M, pois embora façam críticas aos governos de esquerda, reconhecem que um sindicato não representativo, enfraquece a luta política e até anula um movimento genuíno de reivindicação e questionamento por melhores salários e condições de trabalho. Dessa maneira, discorrem:

Em Taubaté, eu acho que foi em 2011, ou 2012 que nós fizemos aquela manifestação? Então, eu acho que eu estava mais engajado, foi durante os últimos anos do Peixoto²⁰, nós não tivemos nem um reajuste, quanto a reposição salarial. Ele não tinha repassado isso para os professores e nós reunimos os professores, agitamos aí uma manifestação, em relação a isso, fomos à câmara. Essas questões nunca surgem do nada, não é? Nós estávamos na escola onde eu trabalhava, e acho que foi lá que tudo começou, com outros professores. Que acabaram reclamando e nós fomos protestar contra aquela situação. Nós fomos saber do sindicato, como ele se posicionava sobre aquela situação e constatamos que o sindicato era só mais um apêndice da prefeitura, né, que ele realmente não estava par defender os interesses dos professores ou do funcionário público, e aí nós conseguimos parar a aula, acho que um ou dois dias, mas nossas manifestações, na maioria das vezes aconteciam a noite, ou finais de semana, em frente a câmara, tivemos muitas idas e vindas lá na câmara, junto com os vereadores. (FUNDI-H)

A participação na sociedade, nem sempre é política, então participar da sociedade, de grupos, eu sou uma pessoa tranquila, eu acho que eu me dou bem com todos os tipos de pessoas e acho que participar do sindicato é extremamente importante, por exemplo. Eu não sou filiada, por exemplo, estavam juntando dinheiro para pagar o advogado para destituir a chapa eleita de forma duvidosa do sindicato dos servidores municipais, eu contribuí, porque acho importante participar, acho importante a união, para a gente conseguir alguma coisa, entendeu? Embora eu não esteja atuando sempre, acho superimportante essa união. (FUNII-M)

A política eleitoral e partidária, para grande maioria das pessoas, se confunde com sentido mais amplo da atuação política na sociedade. Tal condição aparece também na narrativa da professora FUNII-M como ressaltamos: “*A participação na sociedade, nem sempre é política.*”

A questão refere-se à compreensão de política em uma dimensão ampla própria das práticas sociais do Ser social, ou seja, a prática política é uma ação ligada à convivência humana. Contudo, desde os anos 90 do século XX assiste-se a um processo de subversão do conceito, associando-o meramente à política partidária e à corrupção e a intenso processo de desconstrução do seu real sentido, razão pela qual há no imaginário social a negação da política, desconsiderando sua relação histórica com o desenvolvimento da sociedade, presente nas reflexões desde Aristóteles (2003), passando por Hobbes (2002), Marx (2008), Weber (2011) e Arendt (2004).

²⁰ Roberto Pereira Peixoto, foi prefeito no município de Taubaté. Seu primeiro mandato ocorreu entre 2005 até 2008 pelo PSDB e foi reeleito para o mandato de 2009 até 2012 pelo PMDB.

A política como já afirmamos anteriormente é um conceito abrangente

que pode ser compreendido enquanto ciência dos fenômenos referentes ao Estado ou ao Governo; sistema de regras que dizem respeito à direção dos negócios e à administração pública; arte de governar os povos ou ainda – e mais genericamente – refere-se ao poder, resolução de conflitos ou mecanismos de tomadas de decisão. Outra linha de análise nos remete ao ato de pessoas ou grupos de pessoas se fazerem presentes e participantes de atividades que visem transformar ou manter uma certa realidade, sempre localizadas em um espaço geográfico e histórico, que pressupõe movimento e constante renovação. (MELAZZO, 2010, p.11)

Ainda, ao discorrermos acerca da atuação política dos entrevistados, observamos que todos eles entendem como sua maior participação política, encontra-se no desempenho de suas atividades laborativas, havendo um ponto de convergência nos discursos acerca do tema, ou seja, todos os entrevistados apontam que atuam politicamente em suas salas de aula, na essência de suas atividades profissionais, corroborando com nossas hipóteses acerca da participação efetivamente política, pela luta da coletividade e em defesa da categoria, pois suas participações em sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos,... não se caracterizam. As narrativas expõem tais percepções,

Eu lembro de um episódio de que eu passei na prefeitura, que eu achei: a gente tinha necessidade da quadra coberta na escola, a prefeitura não ia, não ia nunca e meus alunos acharam aquilo um absurdo e entraram no Facebook do prefeito e escreveram um monte, mandaram um monte de mensagem lá, dizendo que era absurdo, que estavam indignados, E o que o prefeito fez? Começou a obra da quadra, mas depois chegou à supervisora lá na escola e fez eu assinar uma ata, que eu não deveria ter instigado meu aluno a fazer aquilo. Só que eu não instiguei, eu apenas orientei que existiam meios de se cobrar aquilo, que era direito deles e aí eles foram pelos meios que eram mais fáceis pra eles, que era a rede social e desceram a lenha no prefeito... e eu fiquei tão orgulhosa, mas eu não cheguei e falei pra eles: -olha entra no Facebook do prefeito e fala isso, isso e isso..., não...Eu falei: -“ Vocês têm meios políticos e de direitos enquanto cidadãos, para vocês se manifestarem”, então eles fizeram e depois eu tive que assinar essa ata, que a prefeitura não gostou muito da minha atitude, enfim, ainda coloquei uma observação, falei coloca aí, que a professora vai assinar, mas que ela se sentiu muito confortável de saber que os alunos dela se tornaram cidadãos críticos e acabou, entendeu? (FUNII-M)

Na verdade a minha participação maior é dentro da Educação, pela Educação e dentro da sala de aula, dentro do meu trabalho, com meus alunos, em que eu penso em como ensiná-los, fazer com que eles aprendam a ser cidadãos críticos, conhecedores de seus direitos, pautados na legislação como eu já falei pra você pela LDB, BNCC,

pela constituição, eu acho que essa é a minha maior e principal participação, porque eu não vou em manifestos nas ruas por exemplo, embora eu ache importante e até acho que eu poderia participar mais de mais formas mas eu foco é na minha atuação enquanto professora, dentro da Educação, defendendo Paulo Freire em uma educação mais inclusiva, por meio de projetos, essa é a minha contribuição. (FUDI-M)

A gente está sim em passeatas, em movimentos nas ruas, mas a minha maior atuação está em conversar com meus alunos, mostrar pra eles a realidade, porque hoje nós vivemos a ditadura do excesso de informação, é tanta informação, que eles não sabem no que devem acreditar, isso tem gerado pânico, ansiedade,...é tudo tão fácil, está a mão e banalizou-se, não apenas as informações, mas a vida, uns vigiam os outros o tempo todo pelas redes sociais, e é tudo descartável, porque tudo que é muito fácil se torna banalizado e descartável.(FUNDII-H)

Eu dando conhecimento para as pessoas, dando essa oportunidade de aprender, dando o que eu vejo, que é a parte, de que essa política não quer, que é as pessoas inteligentes, não é? Não quer as pessoas que reivindicuem, não quer que os cidadãos vão atrás do que é certo. Então que vai batalhar por aquilo e vai lutar por aquilo que ele acredita. Então, eu acho que sem professor, nada disso existe. (EI-M)

Eu tenho totalmente noção de minhas responsabilidades como professor e não apenas com a minha principal função porque sou professor alfabetizador e minha principal função é alfabetizar, então eu não fujo disso, eu quero ensinar, o meu aluno tem que saber ler e escrever, e fazer as operações básicas, ele tem que saber o mínimo, possível, então meu trabalho sempre é voltado para isso. Então, eu acho que com isso eu, colaboro tanto com o meu município, colaboro tanto com aquela região, já que a maioria dos professores fogem, dessas escolas, mas foi de um tempo para cá que eu tomei essa decisão e tive essa clareza, eu preciso ir lá aonde realmente precisa, senão eu estou sendo hipócrita com aquilo que eu defendo. e então, mas a minha principal função é desempenhar bem o meu trabalho como professor, que é alfabetizar e daí junto com isso, a gente faz também a função social, de entender, acolher, de escutar, de trabalhar em cima daquilo que eles podem responder. (FUNDI-H)

Eu lembro na formatura do ano passado, a oradora da turma fez uma referência a mim sobre minhas filosofias de vida, de como deve ser o mundo, então eu gostei que apesar de eu dar aulas de matemática o que marcou para ela foi o que eu disse sobre justiça social, por exemplo, um professor de matemática, mas com esse perfil de quem se preocupa com a questão humana, com a questão social, e também quando eles entram em nossas redes sociais, está lá, inclusive as pessoas as vezes pensam que eu sou professor de História ou Filosofia, por causa dos posicionamentos políticos nas redes, mas isso é bom, porque eu estou preocupado com tudo Então hoje eu estou nesta fase de professor que aplica mais o ensino da matemática, mas não deixando a formação humana, então eu acredito que eu tenha

muito mais esse papel de formador do humano, do que da matemática em si. (EM-H)

Minhas reivindicações, aquilo que eu tenho que lutar é na minha profissão mesmo, é fazendo o melhor possível do meu trabalho, eu acredito que já é uma forma de atuar, é minha primeira forma de atuar, mas é também a principal, é o que eu faço todos os dias, mesmo agora a distância, eu manter o diálogo e relação com meus alunos eu faço meu papel de atuação social, porque eu mesma foi por meio da Educação que eu tive condições de lutar por mais. Eu sou mais da parte de estudo, eu sou mais da parte intelectual, de ler, estudar, conhecer mais a política de debater com as pessoas que estão do mesmo lado que eu preferencialmente, pra gente enriquecer o conhecimento, eu não entro em debate com pessoas que defendem outras linhas, não tem como discutir com essas pessoas, porque é você ficar “chovendo no molhado”, dando murros em pontas de faca. Agora é tudo online e eu tenho aprendido muito, estudado muito, participado de seminários, fazendo cursos, inclusive pelo instituto Paulo Freire, que é eterno, é ensinamento para toda a vida e eu aprendo muito. (EM-M)

A narrativa da professora de educação Infantil diferencia-se em relação aos demais professores na medida em que demonstra pouco ou nenhum interesse nas causas da categoria, se demonstrando alheia à tais questões. Essa forma de pensar leva-nos a pensar sobre a formação do professor e o quanto este se desenvolve como profissional e agente social de acordo com o nível em que atua.

Sobre a formação dos profissionais que atuam nos anos iniciais de Educação Básica e o processo histórico de tal formação no Brasil, Gatti (2010) aponta a fragmentação entre as áreas disciplinares e níveis de ensino. Segundo a autora, ainda falta uma base comum na formação dos professores, como acontece em outros países, em que estes têm a possibilidade de frequentar centros de formação que englobam todas as especialidades, com estudos que vão além das atividades didáticas.

Sobre o sindicato eu até acompanho as coisas que eles postam no Facebook, mas não sou sindicalizada, se alguém aparece na escola eu escuto o que eles têm para falar, mas não participo, eu não os vejo defendendo os funcionários, porque eu tenho amigas que são filiadas, e às vezes a gente conversando eu percebo assim, que elas estão frustradas com eles. Elas me falam assim, “ah é comprado esse sindicato”, já ouvi várias vezes colegas falando a respeito disso, mas eu não sei falar com propriedade porque eu não sou filiada, eu acompanho mesmo através do Facebook. (EI-M)

Gatti explica lembra-nos que:

Historicamente, nos cursos formadores de professores esteve desde sempre colocada a separação formativa entre professor polivalente - educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental - e professor especialista de disciplina, como também para estes ficou consagrado o seu confinamento e dependência aos bacharelados disciplinares. Essa diferenciação, que criou um valor social - menor/maior - para o professor polivalente, para as primeiras séries de ensino, e o professor "especialista", para as demais séries, ficou histórica e socialmente instaurada pelas primeiras legislações no século XXI, e é vigente até nossos dias, tanto nos cursos, como na carreira e salários e, sobretudo, nas representações da comunidade social, da acadêmica e dos políticos, mesmo com a atual exigência de formação em nível superior dos professores dos anos iniciais da educação básica. Qualquer inovação na estrutura de instituições e cursos formadores de professores esbarra nessa representação tradicional e nos interesses instituídos, o que tem dificultado repensar e reestruturar essa formação de modo mais integrado e em novas bases. (GATTI, 2010, p.1358-1359)

A narrativa da professora EI-M novamente nos chama atenção quando nos deparamos com uma relação dúbia em suas colocações, pois ao mesmo tempo que afirma não acompanhar a atuação do sindicato e nem participar politicamente em prol dos benefícios para a categoria, queixa-se da falta de união entre professores para conseguir melhorias. Para Ramalho, Nuñez e Gauthier (2003) o conjunto de características de uma profissão é que direcionam a sua profissionalidade. Para os autores, a autonomia dos professores, o desenvolvimento de seus conhecimentos e habilidades e a constituição de uma base sólida destes conhecimentos e maneira de agir, trará à luz, a consistência de sua profissionalização e reconhecimento da sociedade. Acompanhemos a narrativa,

Eu acho que se a gente cobrasse mais coisas em conjunto, as coisas seriam melhores, infelizmente, eu vou te falar isso com muita dor no coração, eu acho que professor é a classe mais desunida que existe, a gente não é unido, entendeu? É... você não põe a cara a tapa para poder ganhar, você meio que espera, um ou outro colocar a cara e ser esbofeteado lá, para você ganhar junto, entendeu, é assim que eu vejo. Eu não acho por exemplo, que professor não vota em professor e nem nas mulheres, poucos votam, nós somos assim, desacreditados, eles não te dão chance de mostrar, acho que é isso. (EI-M)

Neste sentido, se os professores não entendem que a sua participação política faz parte da união, ou a falta dela atinge o coletivo da categoria, falta-lhe consciência de seu papel profissional.

A compreensão da complexidade e importância da atuação dos professores como sujeitos formadores tem raízes históricas, mas, também, e não menos importante,

perpassa pelo tipo de formação que o professor foi submetido no Brasil. Assim, se faz necessário avançar e abandonar a ideia do professor missionário, de cuidador de crianças, que trabalha por amor e buscar a profissionalização necessária para se obter respeito e prestígio social.

Segundo Gatti (2010), somente dessa maneira sairemos do improvisado, abolindo a ideia do professor artesão, quebra-galho, meramente técnico, para uma concepção de um profissional capaz de solucionar problemas de complexidade, por meio de seus recursos de cognição e emocionais, incluindo sua participação política, encarando suas responsabilidades sociais.

Tais apontamentos são importantes, pois os professores participam de maneira direta na formação de outros indivíduos e são capazes de interferir na formação de outros. Nossa afirmação inicial, acerca da condição de formador de outros, se ratifica nas falas dos entrevistados, pois em suas narrativas, encontramos um ponto comum ao discorrerem acerca do fato de que o professor é capaz de atingir, mudar e transformar a sociedade. Vejamos as narrativas:

Até porque o professor é capaz de transformar uma sociedade, se ele não for capaz de fazer, ninguém mais faz. É por isso que a gente não desiste, entendeu? Porque o dia que a gente desistir, acabou, ninguém mais faz. [...]. Por isso eu digo, se o professor não for capaz de mudar uma sociedade, ninguém mais muda. Não vai ser político, não vai ser médico, não vai ser ninguém, vai ser o professor. (FUND II-M)

Eu acho que o professor é uma gota na transformação da sociedade, acho que a gente, junto com outras pessoas da sociedade, conseguimos transformar a sociedade sim, não acho que nosso papel seja preponderante, mas eu acho que a nossa contribuição é muito grande. [...], você começa a mostrar outros horizontes para aquele aluno, outras formas de ver o mundo, você transformou, então o professor, assim, nesse sentido, eu acho que ele tem sim... um papel fundamental. (FUNDI-H)

O professor através da Educação, pautado nos parâmetros da legislação, exercendo seu trabalho, tem responsabilidade na formação da sociedade. O professor é capaz de transformar a vida do aluno, a vida das pessoas e acaba fazendo isso mesmo a distância, de tão importante e presente na formação dos alunos. Olha, não acredito em nenhuma transformação que não seja pela Educação, somente pela Educação, por isso eu vivo Educação e minha parte professora e profissional se preocupa tanto e se atenta e busca formar pela justiça social, por garantia dos direitos garantidos na legislação e a gente, enquanto professor, muda a sociedade que está em torno da escola, a gente faz, faz diferença sim. (FUNDI-M)

Eu acho que o grande problema da escola é não se atentar às necessidades dos alunos, sabe eu já entrei em sala de aula que estava o professor que muda a sociedade é o contrário disso, é o professor que vai usar seu conteúdo, para fazer projetos, no meu caso com História, quando eu dou aulas no sexto ano, por exemplo, aprender a sua história, porque sua história vai te ensinar quem você é, quem é sua família, de onde você vem, trazendo a identidade da pessoa, o professor faz diferença? Muita, ou melhor deveria fazer, porque a esperança da diferença é o professor, não tem outra, qualquer profissão, qualquer político vai passar pelo professor. Então eu consigo mudar pontualmente, porque eu tenho que romper esse “conteudismo” da escola e de alguns colegas professores, para que haja a transformação. (FUNDII-H)

Por meio das narrativas apresentadas, observamos a convergência acerca de como os entrevistados se percebem ao exercerem seu papel enquanto professores e formadores. Também percebemos que a ideia de capacidade de transformação social, aparece em todas as narrativas, assim como, a afirmação de que a transformação, perpassa pela Educação. Cabe ressaltar, porém refletir sobre as reais condições da Educação ser promotora da transformação social na medida em que ela também está determinada pelos ditames do mercado, voltada para a reprodução do capital.

Tardif e Lessard (2005), indicam que a profissão de professor não pode ocupar uma segunda opção, deve ser o primeiro objetivo, para o início da construção de um bom profissional. Ainda segundo os autores, a profissão de professor se encontra no bojo e é a solução para compreender as transformações sociais, pois o professor atua em um segmento fulcral da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, o extrato da narrativa abaixo elucidada e vai ao encontro à busca da consciência profissional, do pertencimento à categoria de classe, do entendimento do papel de formação frente à sociedade capitalista, da exploração do trabalho e mão de obra; e, também, de resistência às políticas governamentais que não se voltam à construção de um projeto maior, de um cidadão que busca se formar e atuar na formação de outros para construir uma nação justa e igualitária.

[...]eu escolhi há muito tempo ser professora, eu não estou nessa para brincadeira, eu vou morrer com o giz na mão, eu não darei folga para gente safada lucrar com a ignorância de meus alunos, no que depender de mim eles terão criticidade para renegar isso, eu vou dar trabalho, meus alunos vão dar trabalho, eu recebo cada redação, que você não tem ideia do que eles estão pensando e escrevendo e do potencial que eles têm para fazer pelo mundo. (EM-M)

Dessa maneira, compreende-se que a consciência é construída socialmente, de acordo com as experiências e classe social a qual o indivíduo pertence. Neste sentido,

O ser da classe trabalhadora não está somente no momento particular de sua expressão cotidiana, nem na abstração sociológica de um sujeito histórico, mais precisamente no movimento que leva de um até outro. Não está num operário andando com suas mágoas e incertezas pela rua, nem em sua classe agindo como sujeito de um determinado período histórico por meio dos instrumentos criados em sua ação. O ser da classe e, portanto, sua consciência, estão no movimento que leva destas trajetórias particulares até conformações coletivas, de modo que estas são constituídas pela multiplicidade de ações particulares ao mesmo tempo as ações particulares são constituídas por cada patamar coletivo objetivado. (IASI, 2012, p.75)

Para Marx e Engels (1984) não é o estado de consciência que determina a vida do homem, ao contrário, a sua condição de vida, que determinará o seu grau de consciência. Neste sentido, observa-se a narrativa da entrevistada (EM-M) no seguinte extrato: *“eu acredito na minha profissão, eu acredito nos meus alunos, eu não vou desistir, eu não vou desmoronar, eu não vou largar o “osso”. Nós vamos mudar o mundo sim, nós professores, eu não só acredito nisso, como convenço quem está em volta de mim, que vai dar certo, porque quem está tentando nos derrubar, vai cair primeiro”*. Tal fala reforça que sua consciência está pautada na resistência, dessa maneira, vai ao encontro de nossas percepções. Em sua fala, encontramos imbricada a ideia que tem acerca luta de classes e como suas ações podem estabelecer seu estado de permanência e resistência, em prol do que acredita como certo e revolucionário. Nesse sentido, encontra-se convicta de seu pertencimento, de sua pauta e de sua luta enquanto trabalhadora, pois há em sua narrativa a expressão da práxis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que chegamos ao final dessa pesquisa, importantes questões emergem, as quais podem motivar novos estudos.

Na busca pela compreensão sobre a trajetória profissional dos entrevistados observamos diferenças de motivação entre os gêneros para a escolha profissional, porém a permanência na docência se deu, conforme demonstrado, pela segurança do vínculo

empregatício adquirido por meio de concurso público, uma vez que todos ingressaram na rede por meio dele, ainda que as condições de trabalho e salário não sejam satisfatórias, fato relacionado às contrarreformas das políticas públicas e aos efeitos deletérios do neoliberalismo, gerador, dentre outros aspectos, do desprestígio à profissão.

A partir das narrativas observamos que mesmo em condições não favoráveis de trabalho e salário, os entrevistados referem o comprometimento com a profissão, no que tange ao papel formador, ou seja, os professores entendem sua importância, principalmente em suas atividades pedagógicas e didáticas, mas, para além do ensino /aprendizagem *stricto sensu*, na formação dos indivíduos como cidadãos. Embora, acenem à compreensão da importância das entidades sindicais na luta pelos direitos da categoria, discorrem acerca da não participação política junto às entidades.

Os professores reconhecem que podem contribuir como o processo de transformação social, ainda que se posicionem de forma contraditória ou guiados por uma visão messiânica, descaracterizando a profissionalização da categoria.

As narrativas ainda indicaram que não há consenso entre os professores entrevistados quanto ao processo de tomada de consciência para a conseqüente ação.

Nessa direção, constata-se a urgente necessidade de construção da consciência de classe, a fim de resguardar e lutar por direitos referentes à categoria de trabalhadores, mas também das lutas mais gerais das classes trabalhadoras.

Por fim, no que se refere ao objetivo central dessa pesquisa – a percepção dos professores acerca da polarização ideológica em curso no Brasil, entendemos que estas são perpassadas por contradições, expressando também a alienação que oculta dos professores e da sociedade em geral, os efetivos desencadeadores dessa polarização, sobretudo no contexto da crise do capital. Entretanto, questiona-se a respeito da ideia de polarização na sociedade brasileira, se ela não advém da própria da classe dominante, capaz de propagar e difundir seus ideais às classes subalternas, no sentido de sensibilizá-las e também, à opinião pública, para validar e justificar suas ofensivas ações aos grupos mais pobres, vulneráveis e oprimidos, com a suposta ideia de coexistência da mesma força de poder ao lado contrário.

Ainda no que se refere à polarização ideológica foi possível identificar o quanto os aspectos históricos da nossa sociedade corroboram para o aprofundamento da ideia de polarização, além da incidência dos modos de ser da pós-modernidade à qual defende o conservadorismo que se traduz na “ideologia de gênero”, no projeto “Escola sem Partido”, dentre outros aspectos como o fundamentalismo religioso.

No que tange à participação política, evidencia-se que mesmo entre os declarados de esquerda há uma hiper valorização do professor e da educação no processo de transformação social, fato que nos leva a compreender a visão ingênuas sobre esse processo, descolado no movimento social, do partido e das classes trabalhadoras como um todo.

Já entre os professores de espectro de direita, os valores religiosos mostraram-se determinantes para suas escolhas e participação política reafirmando a hipótese de que o pensamento conservador tem se espalhado para a sociedade brasileira.

Ao concluirmos essa pesquisa fica-nos evidente que na sociedade capitalista contemporânea há uma complexidade de fenômenos, que se entrelaçam e ocultam os efeitos deletérios da crise estrutural do capital sobre as classes trabalhadores em geral, e, particularmente, sobre os professores.

A pesquisa realizada no tempo presente manifestou-se desafiadora, apontando para a necessidade de aprofundamentos e outros estudos, porque como diz Guimarães Rosa “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”

No entanto, apesar do contexto adverso para pautas que visam a garantia de direitos, cabe resistir e lembrar das palavras de Thiago de Mello:

Como sei pouco, e sou pouco, faço o pouco que me cabe me dando inteiro. Sabendo que não vou ver o homem que quero ser. Já sofri o suficiente para não enganar a ninguém: principalmente aos que sofrem na própria vida, a garra da opressão, e nem sabem. Não tenho o sol escondido no meu bolso de palavras. Sou simplesmente um homem para quem já a primeira e desolada pessoa do singular — foi deixando, devagar, sofredamente de ser, para transformar-se— muito mais sofredamente — na primeira e profunda pessoa do plural. Não importa que doa: é tempo de avançar de mão dada com quem vai no mesmo rumo, mesmo que longe ainda esteja de aprender

a conjugar o verbo amar. É tempo sobretudo de deixar de ser apenas a solitária vanguarda de nós mesmos. Se trata de ir ao encontro. (Dura no peito, arde a límpida verdade dos nossos erros) Se trata de abrir o rumo. Os que virão, serão povo, e saber serão, lutando.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. Taubaté: De Núcleo Irradiador de Bandeirismo a Centro Industrial e Universitário do Vale do Paraíba. Aparecida do Norte, SP: Editora: Santuário, 1985.

ALMEIDA, R. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Revista Novos Estudos**, v. 38, n.1, CEBRAP, São Paulo, 2019.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Editora: Boitempo, 2005.

_____. Mundo do trabalho e sindicatos na era da reestruturação produtiva: impasses e desafios do novo sindicalismo brasileiro. **Transinformação**, v.8, n.3, p.130-137, 1996.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P; FRIGOTTO G. (ORGS.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2ª ed. São Paulo, Buenos Aires: Editora Cortez, CLACSO; 2001. p. 35-48.

APPLE, M. Ensino e trabalho feminino: Uma análise comparativa da história e ideologia. **Cadernos de Pesquisa**, n. 64. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1988.

_____. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. **Cadernos de pesquisa**, n. 60. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 3-14, fev. 1987

_____. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995;

ANTUNES, R.; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, pág. 407-427, setembro de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300407&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2020.

ARENDT, H. **Crises da República**. Trad. José Volkman, 2Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. de Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

ARRUDA J. A., COSTA G. B. R., MAGALHÃES A. S., Influência dos discursos religiosos evangélicos na campanha presidencial de 2018 no Brasil. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião**, v. 23, nº 35, São Paulo, p. 3-22, jan-jun de 2020

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**, Rio de Janeiro, ed. Zahar, 2001.

BERGER, P. L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BETTO, F. “Escola Sem Partido”? In: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso** / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). — São Paulo: Ação Educativa, 2016. Disponível em: http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livroideologiadomovimentooescolasempartido_030120190804_270520191332.pdf. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

BIROLI, F. Reação conservadora, democracia e conhecimento. **Rev. antropol.** (São Paulo, Online) | v. 61 n. 1: 83-94 | USP, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.145515>

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BORGES, R. M. Z. Democracia, Liberdade de expressão e Black Blocs. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, pág. 354-385, março de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217989662017000100354&lng=en&nrm=iso>. Acesso em outubro de 2020.

BOSCO, F. **A vítima tem sempre razão?** lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2017.

BRAGA, R. **A Política do Precariado: Do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Editora: Boitempo, 2012.

BRAGA, S., CARLOMAGNO, M. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 26. Brasília, maio - agosto de 2018, p. 7-62

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/regiões_e_cidades/. Acesso em jun. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n. 74, mar. 2006, pp. 25-45.

BRISOLA, E.M.A; RIBEIRO, S. L.S; SEBASTIÁN-HEREDERO, E. Educadores, Tecnologias e Inovações Sociais: Educação na Diversidade para a construção da Cidadania. *Revista Humanidades e Inovação* v.8, n.5 – 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2710>. Acesso em abr. 2021

BRUGANO, F., CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out.2014-jan.2015

CARDOSO, P. F.G. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas-SP: Papel Social, 2013.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Antoine Destutt de Tracy: o “pai” do termo ideologia (artigo). In: **Café História** – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-pai-do-termo-ideologia/>. Publicado em: 5 mar. 2018. Acesso em set. 2020.

CARVALHO, M. **No coração da Sala de aula**: Gênero e Trabalho docentes nas séries iniciais. São Paulo- SP: Editora: Xamã, 1999

CASSAB, L. A. História oral: miúdas considerações para a pesquisa em serviço social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 5, n. 2, n.p., jan./jun. 2003.

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.

COMPARATO, B. K. Os obstáculos institucionais à realização dos direitos humanos no Brasil: o exemplo das ouvidorias de polícia. In: FAR, Alessandra El; BARBOSA, A; AMADEO, J. (ORG.). **Ciências sociais em diálogo** - pensamento político e social, estado e ação coletiva. 1.ed. São Paulo: Fap Unifesp, 2014, v. 3, p. 309-336.

CONFORTIN, H. Discurso e gênero: a mulher em foco. In M. I. Ghilardi-Lucena (Org.), *Representações do feminino* (pp.107- 123). Campinas: Átomo, 2013.

COSTA, M. V. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Salina, 1995

COSTA, O. B. R. da. ONDE ESTAMOS? CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODERNIDADE, NEGACIONISMO, CIÊNCIA E A COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 8, p. 22-35, jul. 2020. ISSN 2675-1488. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/boca/article/view/OtavioCosta/3039>>. Acesso em: 28 de fev. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3940709>.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro, 2018.

DANTAS, B. S. A. do. Psicologia política das religiões: uma análise dos símbolos e ideologias da Igreja Universal do Reino de Deus. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 489-506, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 fev. 2021.

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. Educação e Sociedade. **Ensaio: aval.pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 449-454, Set. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019000300449&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de ago. 2021

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. São Paulo, n. 115, p. 140, 2002.

EUGÊNIO, B. G. Processos de constituição profissional de professores homens nas séries iniciais. **Práxis Educacional**, v.4, n.5, 2008.

FARIA, N.; NOBRE, M. (ORG.). Gênero e desigualdade. **Cadernos Sempreviva**: Texto para ação feminista, São Paulo, SOF, p. 11-14, 1997.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **A Formação Política e o Trabalho do Professor**. In.: CATANI, D. B. et al. (ORGS.). Universidade, escola e formação de professores. 1. Ed. São Paulo: Editora: Brasiliense, 1986.

FONTES, V. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, J.C.F.; NEVES, L.M.W. (ORGS.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ,

2006, pp. 201-239. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/j5cv4/epub/lima-9788575416129.epub>.

_____. Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Ed. LPP/UERJ 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255834/mod_resource/content/1/1.pdf.

Acesso em: 10 de mar. de 2021.

GALEAZZI, I. **Precarização do trabalho**. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto alegre: UFRGS Editora, 2006.

GALLEGO, E. S. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Editora: Boitempo, 2018.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, pág. 1355-1379, dezembro de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400016&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 de dezembro de 2020.

GOMES, Wilson. Transformações da política na Era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. A democracia no mundo digital: história, problemas e temas / Wilson Gomes. – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

GOUVEIA, A. J. **Professoras de amanhã: um estudo de escolha ocupacional**. 2ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUEDES, M. S. Os impactos do efeito bolha causado pelos algoritmos do Facebook para o direito de resposta. Brasília, D.F. **Boletim Científico ESMPU** a. 16 – n. 50, p. 67-85 – jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.capitaldigital.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Impactos-do-efeito-bolha-causado-pelos-algoritmos-do-Facebook.pdf>. Acesso em: 12 de abr. em 2021.

GUILHERME, A. A. PICOLI, B. A. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. Porto Alegre, R.S. **Revista Brasileira de Educação** vol. 23 ed. 230042, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230042>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.

GÜINTER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão? Brasília, DF, **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, p. 201-210.

GUERRA, Y. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In. BAPTISTA, M.V; BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2009.

GUSMÃO, P. D. **Manual de Sociologia**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Editora: Forense, 1983.

HAIKAL F.P.A. Terraplanistas, antivacinas: o que está por trás do negacionismo Colaboração para o VivaBem 15/01/2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/01/15/o-que-esta-por-tras-do-negacionismo.htm>>. Acesso em: 17 de mar de 2021

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HELLER, A. A concepção de família no estado de bem-estar social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano 8, n. 24, 1. São Paulo, Cortez, 1987.

HOBBS. **Do cidadão** (1642). Trad. de Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IASI, M. L. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999

_____. As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento), 2. Ed. – São Paulo, Expressão Popular, 2012.

_____. **De onde vem o conservadorismo?** Blog da Boitempo, São Paulo, p.1, 15 abr. 2015. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>>. Acesso: out. 2020.

Internacional | Brasil caiu 6 posições em número de mulheres no parlamento. 2019. Disponível em: <https://pt.org.br/internacional-brasil-caiu-6-posicoes-em-numero-de-mulheres-no-parlamento/>. Acesso em mar.2021.

JACOB, C.R., HEES, D. R., WANIEZ P. **Religião e território no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. PUC-Rio, 2013.

JOHNSON, A. G. Dicionário de Sociologia. Guia Prático da Linguagem Sociológica. Trad. Ruy Jungmann. Consultoria: Renato Lessa. Rio de Janeiro: Zahar, 1997

KOIKE, M.M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In. CEFSS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFSS/ABEPSS, 2009.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, abr. 2018.

KREIN, J. D., OLIVEIRA, R. V. de., FILGUEIRAS, V A. AS REFORMAS TRABALHISTAS: promessas e impactos na vida de quem trabalha. **Cad. CRH**, Salvador, v.32, n.86, p.225-229, ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000200225&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Mar. 2021.

KUNZER, A.Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de exclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 96, v.27, número especial, Cedes, out., 2006.

LESSA, S. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007

LOSADA, B.L. & ROCHA-COUTINHO, M.L. Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: o caso das pequenas empresárias. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12 n.3, p. 493-502, 2007.

LOUZANO, P. et.al. Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação docente no Brasil. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 543-568, set./dez. 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Nélio Schneider, com a colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **História e Consciência de Classe**. Trad. Rodnei Nascimento, São Paulo, ed. Martins Fontes, 2003.

_____. O neopositivismo. In. Teoria e Política, n.9. São Paulo: Brasil Debates, 1988.

MACEDO, E. As Demandas Conservadoras do Movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Revista Educação Social**, abr.- jun. v. 38, nº. 139, p.507-524, Campinas, SP 2017.

MACEDO, U. B. **O Tradicionalismo no Brasil**. In: As Ideias Políticas no Brasil – v.2. São Paulo: Convívio, 1979.

MANDEL, E. **Crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1990. Cap. XXV.

MARCONDES, N. A. V; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, v. 20, n. 35, jul.2014. São José dos Campos-SP-Brasil

MARTIN-BARÓ, I. El latino indolente. Carácter Ideológico del fatalismo latino-americano. In. MONTERO, M. (ORG.) **Psicología política latino-americana**. Caracas: Panapo, pp. 135-162, 1987.

MARTINS, V. **A prática de valores na escola**. 2009. Disponível em: www.educacaoonline.pro.br. Acesso em jul. 2019.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política I. São Paulo: Editora: Boitempo, 2017.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política III. São Paulo: Editora: Boitempo, 2017.

_____. **Para a crítica da economia política**. (Prefácio). São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2.ed. São Paulo: Editora: Boitempo, 2010.

MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã – Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Editora Moraes LTDA. 1984.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, A. P. Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero" gênero e sexualidades em disputa na educação. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7427424>. Acesso em abr.2020

MAZIERO, J. C. Paulo Freire: um homem do seu tempo. **Comunicação & Sociedade** n.25, 1996. p.95-113.

MCLELLAN, David. **Karl Marx**. Vida e pensamento. Petrópolis: Vozes, 1990.

MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de políticas públicas: Desafios a análises e à prática do planejamento e da gestão. **Revista Tópos**, São Paulo, V. 4, N° 2, p. 9 - 32, 2010

MENESES, J. S. Igreja Universal do Reino de Deus (IURD): institucionalização e mudanças de paradigmas. **Revista Lusófona de Ciências das Religiões**, n. 20 2017

MENEZES NETO, A. J. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Cad. CRH**, Salvador, vol. 20, nº. 50, p. 331-341, mai/ago 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>? Acesso em 26 de fevereiro de 2021.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Unicamp: Boitempo, 2002

MOREIRA, A. S. Esquerda católica, pentecostais e eleições no Brasil: Um conflito entre projetos antagônicos. **Caminhos**, Goiânia, Especial, v. 17, p. 96-119, 2019.

MOTA, A.E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In. CFESS/ABPESS. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009, v.1. p. 5-68.

NETTO, J. P; BRAZ. M. **Economia Política**. Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 10)

NOVASKI, A. Sala de aula: uma aprendizagem do humano. In. MORAIS, R. **Sala de aula: que espaço é esse?** 18ª ed. Campinas: Papyrus, 2004.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In. NÓVOA, A. (ORG.). **Os Professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, T. A. Uma reflexão sobre o atual fundamentalismo religioso a partir de Freud. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v.19, n.46, p.543-555, dez. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 fev. 2021.

ONU. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Publicado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento, 2015.

PINTO, A. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**. São Paulo: Editora: Cortez/ Autores Associados, 1982.

POLITIZE. Esquerda e direita: o que dizem história e teoria. Disponível em <https://www.politize.com.br/tag/historia-mundial/>. Acesso em mai.2021.

PORTELLI, A. **A filosofia e os fatos**: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, 1996, p. 59-72.

_____. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016

RAMALHO, B.L.; NUÑEZ, I.B.; GAUTHIER, C. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

RAMALHO, N. Bendito é o fruto entre as mulheres: um estudo sobre professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental na região Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Educação), Belo Horizonte: PUC/MG, 2002.

RAMOS, L. REIS, J. G. Emprego no Brasil: os anos 90. In: VELLOSO, João Paulo. R. **Brasil: desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p. 217-246.

RIBEIRO, M. de P. Por mais Paulo Freire e menos Escola sem Partido. **Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 220-234, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/495/273>. Acesso em fev. 2020.

ROCHA, Z. A perversão dos ideais no fundamentalismo religioso. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, Vol. 17, (3-Suppl.), p.761-774, set.2014.

ROJAS, E. **O homem moderno**. São Paulo: Mandarim, 1996.

RUBIN, I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.** [online].2009. Vol.14, n. 40, p. 143-155.

SCHNEIDER, R. P. **A instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 16, nº 2, jul./dez. 1990, p.5-22

SEVERINO, A. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Editora: Olho d`Água, 2002

SILVA, A. O. Esboço para a História da Esquerda no Brasil. **Revista Espaço Plural**, Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná CEPEDAL, órgão de apoio do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon (PR), p.155-164, 2009.

SILVA, A. M.; DIAS, I. O. **O Futuro da Religião na Sociedade Global**. São Paulo. Editora: Paulinas, 2008.

SILVA, J. S. Conceituações teóricas: esquerda e direita. *Rev. Humanidades*, São Paulo, v.6 n.5 p. 149-162, out. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/download/106265/104928/187616>

SILVA, M. C. Quem quer ser professor? Uma análise social, econômica e cultural dos alunos de Pedagogia de uma universidade particular paulista. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – EDUCAÇÃO, 2.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 4., 2013, Curitiba. Anais... Curitiba: [s.n.], 2013.

SILVA, M. P. **AS JORNADAS DE JUNHO: O terremoto social que chacoalhou a cena política brasileira e seus reflexos na atualidade**, Monografia (graduação em serviço Social), Taubaté: UNITAU/SP, 2020.

SILVA, S. M. P. da; MACIEL, V. V.; FRANCA, M. H. de O. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p.256-265, ago. 2020. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php/ Acesso em 21 fev. 2021.

SILVA, T. C. M. da; AMAZONAS, M. C. L. de A.; VIEIRA, L. L. F. Família, trabalho, identidades de gênero. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 1, pág. 151-159, março de 2010. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php. Acesso em set. 2019.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3. ed. Florianópolis: UFSC. São Paulo: Editora: Cortez. 2004.

SIQUEIRA, E. M. *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1879-1889)*. Tese de Doutorado em História da Educação. Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso, 1999.

SHIROMA E. O., Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais, **Momento: diálogos em educação**, v. 27, n. 2, p. 88-106, mai./ago., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/momento.v27i2.8093>

SOBRINHO, J. P. S. de. Uma análise crítica ao pensamento pós-moderno: Da racionalidade formal ao irracionalismo. **Revista Dialectus**, ano 2, nº 5, ago/dez 2014 p. 12-24.

SOUZA, A. N. de. Professores, trabalho e mercado. **Cafajeste. CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, pág. 47-55, abril de 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php/ Acesso em out. 2020.

SOUZA, J. M. A. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18011/1/TESE%20JAMERSON.pdf>. Acesso em fev. 2021.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAVARES, D. N. QUIROGA, T. O reforço do “homem cordial” nas conexões entre senadores e cidadãos nas redes sociais online. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 60, p. 110-128, abr. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i60p110-128>

TEIXEIRA, R. A. Capital e colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 539-591, Set. 2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php. Acesso em out. 2020.

TUMOLO, P. S. (ORG.) Trabalho, Capital e Formação da classe trabalhadora. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2019. Disponível em www.editoriaemdebate.ufsc.br / www.lastro.ufsc.br. Acesso em abr. 2021.

VALENCIA, A. S. TRABALHO, CLASSE TRABALHADORA E PROLETARIADO: Ensaio sobre as contradições e crises do capitalismo contemporâneo. Campinas, SP, **Revista HISTEDBR On-Line**, n. Especial, mai.2009, p.3-15.

VASAPOLLO, L. Por uma política de classe. Uma interpretação marxista do mundo globalizado. Trad. De Juliana Coli.1 Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

VÁZQUEZ, A.S. Ética. 20 Ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira. 2000

VIANNA, C. P. O Sexo e o gênero na docência. **Cadernos Pagú**, v. 17/18, p. 81-103, 2001/2002.

VYGOTSKY. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984 [org. M. Cole e outros – textos originais de diferentes datas].

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2011.

APÊNDICES

Apêndice I

Roteiro para a entrevista:

- 1) Fale-me sobre a sua trajetória profissional
- 2) Comente sobre a polarização que ocorreu na sociedade brasileira após 2014.
- 3) Fale-me sobre sua participação na sociedade como: atuações políticas, culturais, ambientes onde a participação acontece.
- 4) Conte-me como percebe seu papel de sujeito formador enquanto professor.

II Ofício nº PPGEDH – _____ / 2019
de 2019.

Taubaté, 30 de julho

Prezado (a) Senhor (a)

Somos presentes a V. Exa. Para solicitar permissão para a realização de pesquisa pela aluna **Rosalba Ramos Reis**, aluna do Mestrado em Desenvolvimento Humano, da Universidade de Taubaté, trabalho a ser desenvolvido, durante os correntes anos de 2019 e 2020, intitulado: “**PROFESSORES: Valores Sociais, Culturais e Ideológicos da Participação Política e Formação Profissional**”. O estudo será realizado na cidade de Taubaté, sob a orientação da **Prof. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola**. Para tal, será realizada a coleta de dados com 08 professores da rede de ensino, 2 da Educação Infantil, 2 do Ensino Fundamental I, 2 do Ensino Fundamental II e 2 do Ensino Médio, por meio de entrevista com roteiro para este fim, junto à população a ser pesquisada. Será mantido o anonimato dos participantes.

Ressaltamos que o projeto da pesquisa passará por análise e aprovação do Comitê de Ética em pesquisa da Universidade de Taubaté.

Certos de que poderemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos no Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12.080-000, telefone (12) 3625-4100, ou com **Rosalba Ramos Reis**, telefone (12) 991624432, e solicitamos a gentileza da devolução do Termo de Autorização da Instituição devidamente preenchido.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Rita de Cássia Foroni Oliveira

Secretária do Programa de Pós-graduação em Educação Secretário de Educação: Cláudio
Teixeira Brazão

Secretaria de Educação do Município de Taubaté Apêndice III

Endereço: Praça Oito de Maio nº 17 - Centro

Taubaté - SP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **“PROFESSORES: Valores Sociais, Culturais e Ideológicos da Participação e Formação Política”**, sob a responsabilidade do pesquisador **“Rosalba Ramos Reis”**. Nesta pesquisa pretendemos **“compreender quais são os elementos sociais, culturais, ideológicos e políticos que foram determinantes para compor as percepções dos professores sobre suas condições de trabalho, seus valores e consciência ao pertencimento à categoria dos professores.”** por meio de **“de entrevista semiestruturada que será gravada e acontecerá com 8 professores participantes, que sejam efetivos na rede municipal de Taubaté, com representação em igualdade de sexo e etapas da Educação Básica.**

Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios consistem em **estabelecer o perfil e constituição dos professores de sua consciência enquanto trabalhadores e formação política permitindo que, estas informações venham colaborar com a sociedade taubateana e os riscos embora, as possibilidades sejam baixas, podem ocorrer no âmbito psicológico ao retomar suas lembranças, por meio do método da História Oral.** Entretanto para evitar que ocorram danos **o entrevistador se compromete a parar a entrevista caso seja mencionado qualquer incômodo vindo do participante.** Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo, procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo (**podendo ser restituído de transporte caso ocorra a necessidade**) nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr.(a) receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma, em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a). Para qualquer outra informação o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone **(12) 991624432 “inclusive ligações a cobrar”** ou e-mail **(rosalba_manu@hotmail.com).**

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o(a) Sr.(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 510/16.

Rubricas: pesquisador _____ responsável _____
participante _____

Rosalba Ramos Reis
Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“PROFESSORES: Valores sociais, culturais e ideológicos da participação e formação política”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) participante



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROFESSORES: Valores sociais, culturais e ideológicos da participação e formação política

Pesquisador: ROSALBA RAMOS REIS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 26980819.7.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.217.776

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativo, fundamentada no método do materialismo histórico dialético será adotada a metodologia da História Oral. A população da pesquisa serão oito professores da rede municipal de Taubaté. Será aplicada uma entrevista semi-estruturada, as entrevistas serão gravadas em mídia digital e posteriormente transcritas e devolvidas aos entrevistados para sua validação. Após a validação da transcrição, se fará a análise dos dados por meio da técnica da triangulação na busca de articular as narrativas, os contextos e reflexões.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as percepções dos professores acerca dos elementos sociais, culturais e políticos determinantes da polarização ideológica brasileira na contemporaneidade.

Objetivo Secundário:

- Conhecer a trajetória de professores da Rede Municipal de Ensino, do município de Taubaté
- Identificar as condições de trabalho dos professores e suas percepções sobre elas
- Compreender a formação, organização e participação política dos professores, seus valores acerca da polarização ideológica presente na sociedade brasileira e de seu pertencimento à categoria de professores.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

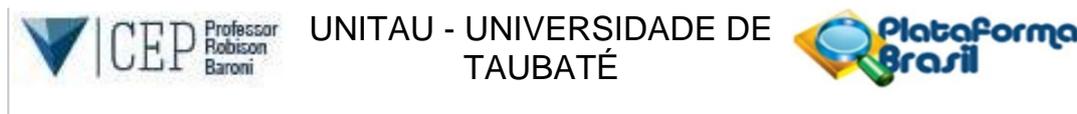
UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cep@unitau.br



Continuação do Parecer: 4.217.776

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Sobre os riscos os pesquisadores relatam :Embora as possibilidades de risco sejam baixas, elas existem, pois podem ocorrer no âmbito psicológico ao retomar suas lembranças, por meio do método da História Oral. Entretanto para evitar que ocorram danos o entrevistador se compromete a parar a entrevista caso seja mencionado qualquer desconforto vindo do participante. Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo, procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização."

Benefícios

Os benefícios consistem em estabelecer o perfil e constituição dos professores de sua consciência enquanto trabalhadores e formação política permitindo que, estas informações venham colaborar com a sociedade taubateana, mas para além disso, aumentar a produção científica acerca do tema, proporcionando não apenas material acadêmico, mas para impactar de maneira positiva a sociedade de modo geral.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e adequou todos as pendências citas anteriormente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados adequadamente

Recomendações:

Caso ocorra qualquer mudança metodológica importante, como a alteração na forma de coleta de dados ou do instrumento de coleta em decorrência do isolamento social em virtude da COVID 19, a alteração deverá ser informada ao CEP/UNITAU por meio de uma emenda postada na Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 14/08/2020, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



Continuação do Parecer: 4.217.776

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1480729.pdf	04/08/2020 20:30:00		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoAGOSTOcronogramaCEPUNITAU.docx	04/08/2020 20:29:01	ROSALBA RAMOS REIS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorijunho.jpg	08/06/2020 20:14:47	ROSALBA RAMOS REIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLJunho.pdf	08/06/2020 20:12:35	ROSALBA RAMOS REIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo.pdf	03/04/2020 14:53:49	ROSALBA RAMOS REIS	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	03/04/2020 14:52:18	ROSALBA RAMOS REIS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 17 de Agosto de 2020

Assinado por:
Wendry Maria Paixão Pereira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br